

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
Instituto de História
Programa de Pós-Graduação

Gustavo Fernandes Domingues

ITAÚ E O (ESQUE)CIMENTO
Mineração, Memória e Justiça em Itaú de Minas-MG (2004-2019)

Uberlândia

2026

Gustavo Fernandes Domingues

ITAÚ E O (ESQUE)CIMENTO

Mineração, Memória e Justiça em Itaú de Minas-MG (2004-2019)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de Pesquisa: Territorialidades, Cultura e Poder

Orientador: Marcelo Lapuente Mahl

Uberlândia
Instituto de História
Universidade Federal de Uberlândia
2026

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

D671 Domingues, Gustavo Fernandes, 1999-
2026 ITAÚ E O (ESQUE)CIMENTO [recurso eletrônico] : Mineração,
Memória e Justiça em Itaú de Minas-MG (2004-2019) / Gustavo
Fernandes Domingues. - 2026.

Orientador: Marcelo Lapuente Mahl.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em História.

Modo de acesso: Internet.

DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2026.304>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. História. I. Mahl, Marcelo Lapuente, (Orient.). II.
Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em História.
III. Título.

CDU: 930

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074


UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em História

Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H50 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902

Telefone: (34) 3239-4395 - www.ppghis.inhis.ufu.br - ppghis@inhis.ufu.br


ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	História				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado, 35, PPGHI				
Data:	Vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e seis	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	17:00
Matrícula do Discente:	12412HIS013				
Nome do Discente:	Gustavo Fernandes Domingues				
Título do Trabalho:	Itaú e o (Esque)Cimento: Mineração, Memória e Justiça em Itaú de Minas-MG (2000-2020)				
Área de concentração:	História, cultura e poder				
Linha de pesquisa:	Territorialidades, Cultura e Poder				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	- Meio Ambiente, Impactos Ambientais e Divulgação Científica: Uma Análise Dos Dados Sobre O Desmatamento No Território Brasileiro Produzidos Pelo Inpe (1992 2020).				

Reuniu-se de forma remota através da plataforma de webconferências Mconf RNP, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em **História**, assim composta: Professores Doutores: ; **Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu - UFU**; **Prof. Dr. Roger Domenech Colacios - UEM**; **Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl orientador do candidato**.

Iniciando os trabalhos o presidente da mesa, Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de **Mestre**.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Lapuente Mahl, Membro de Comissão**, em 26/02/2026, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jean Luiz Neves Abreu, Membro de Comissão**, em 26/02/2026, às 16:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roger Domenech Colacios, Usuário Externo**, em 03/03/2026, às 08:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7010468** e o código CRC **36BB2F6E**.

GUSTAVO FERNANDES DOMINGUES

**Itaú e o (Esque)Cimento: Mineração, Memória e Justiça em Itaú de Minas-MG
(2004-2019)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Uberlândia
como requisito parcial para obtenção do título de Mestre
em História.

Linha de Pesquisa: Territorialidades, Cultura e Poder
Orientador: Marcelo Lapuente Mahl

Uberlândia, 2026.

Banca examinadora

Prof. Dr. Marcelo Lapuente Mahl (Orientador)
(UFU)

Prof. Dr. Jean Luiz Neves Abreu
(UFU)

Prof. Dr. Roger Domenech Colacios
(UEM)

AGRADECIMENTOS

Essas palavras iniciais são uma tentativa de lembrar de alguns humanos que passaram pela trajetória dessa pesquisa. Dada a “natureza” da memória, peço desculpas por algum esquecimento. Agradeço aos meus familiares e pessoas à minha volta que sempre apoiaram minhas decisões acadêmicas, desde quando decidi deixar a zona rural para estudar aos caminhos que ainda sigo buscando. Agradeço a todos os professores que tive desde os anos iniciais da minha educação. Devido a beleza dessa profissão, me inspiraram a segui-la. Agradeço a Marcelo Lapuente Mahl, Gilberto César de Noronha, Dalva Maria de Oliveira Silva, professores da Universidade Federal de Uberlândia que me ajudaram a pensar a construção desse trabalho. Agradeço a Gustavo Henrique Andrade Vilela dos Santos, Wesley da Silva Martins e Maria Eduarda Tavares de Moraes, amigos e esposa que pensaram comigo grandes questionamentos. Agradeço a equipe do Fórum da Comarca de Pratápolis, em especial Carlos Eduardo de Souza Neto e Neliton Alves da Silva, que desde os momentos iniciais disponibilizaram e me ajudaram com os processos jurídicos. Agradeço a Ronaldo Amorim Teixeira, itauense que me ajuda na caçada aos documentos no território da cidade. Agradeço aos diferentes profissionais que me auxiliaram em minhas idas à biblioteca da Casa da Cultura em Passos-MG, ao Centro Cultural de Pratápolis e ao arquivo da Unesp de Franca. Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais pelo financiamento da pesquisa em seu último ano. Muitas pessoas tornaram essa pesquisa possível.

RESUMO

Esse trabalho de História Ambiental segue os rastros dos impactos de uma mineradora ao mesmo tempo que desvenda os mistérios que cercam a memória oficial construída sobre ela. A fábrica de cimento localizada em Itaú de Minas-MG explora a região desde 1939, inicialmente sob o nome de Companhia de Cimento Portland Itaú e, desde 1977, como Votorantim Cimentos. Esse empreendimento se sobrepõe às leis por meio do poder econômico e político, exercendo forte influência sobre as instituições fiscalizadoras. A história da fábrica com o Ministério Público devido aos danos ambientais que ela provoca nos mostrará isso, paga pequenas multas e consegue “carta branca” para poluir. Em 2004, um morador vizinho denunciou a poluição do Córrego do Ferro e do ar. Em 2006, iniciou-se outro processo, relacionado ao derramamento de barro das comportas da hidrelétrica no Rio São João. Posteriormente, em 2013, foi instaurado um outro em razão de emissões de poluentes acima do permitido por lei. No cruzamento desses processos ambientais - que se estenderam até 2019 - com jornais, fotografias, relatórios, textos acadêmicos e literários, e até calendários, esse texto evoca experiências que revela diferentes memórias, e proporciona uma nova perspectiva de contar a história de Itaú de Minas e da fábrica de cimento.

PALAVRAS-CHAVE: Fábrica de Cimento; Crise Ambiental; Memória; Itaú de Minas.

ABSTRACT

This Environmental History study traces the impacts of a mining company while simultaneously uncovering the mysteries surrounding the official memory constructed about it. The cement factory located in Itaú de Minas, Minas Gerais, has exploited the region since 1939, initially under the name Companhia de Cimento Portland Itaú and, since 1977, as Votorantim Cimentos. This enterprise overrides laws through economic and political power, exerting strong influence over regulatory institutions. The history of the factory with the Public Prosecutor's Office, due to the environmental damage it causes, will demonstrate this: it pays small fines and obtains a "blank check" to pollute. In 2004, a neighboring resident reported the pollution of the Córrego do Ferro and the air. In 2006, another case began, related to the spilling of mud from the hydroelectric dam gates into the São João River. Later, in 2013, another case was initiated due to emissions of pollutants above the limits permitted by law. At the intersection of these environmental cases—which extended until 2019—with newspapers, photographs, reports, academic and literary texts, and even calendars, this text evokes experiences that reveal different memories and provides a new perspective for telling the history of Itaú de Minas and of the cement factory.

KEYWORDS: Cement Factory; Environmental Crisis; Memory; Itaú de Minas.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Diagrama da organização da pesquisa	20
Figura 2 – Fotografia de trabalhadores em meados da década de 1940	35
Figura 3 – Fotografia do churrasco de inaugurações do segundo forno da fábrica	54
Figura 4 – Fotografia de Itaú de Minas no jornal comemorativo da prefeitura	56
Figura 5 – Fotografia utilizada pelo jornal regional para anunciar Itaú de Minas	57
Figura 6 – Fotografia da capa do livro de Andrade (2001)	65
Figura 7 – Fotografia de peixes mortos no Rio São João	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela do Pensamento quanto à situação dos problemas da comunidade	95
Tabela 2 - Tabela das Causa-mortis – de 1960 a março de 1969	97
Tabela 3 - Tabela de Morbidade – menos de 1 ano de idade	99
Tabela 4 - Tabela de Morbidade – de 1 a 10 anos”	99

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ACP - Ação Civil Pública

ARPA - Associação Regional de Proteção Ambiental de Passos

BO - Boletim de Ocorrência

CCPI - Companhia de Cimento Portland Itaú

CNT - Carteira Nacional de Trânsito

CO₂ - Monóxido de Carbono

COPASA - Companhia de Saneamento Básico de Minas Gerais

CODEMA - Conselho do Meio Ambiente de Itaú de Minas

COPAM - Conselho Estadual de Política Ambiental

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

fls. – Folha

FMUSP - Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo

FUNEMP - Fundo Especial do Ministério Público

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IGAM - Instituto Mineiro de Gestão das Águas

IPS - Índice de Progresso Social

MG - Minas Gerais

MP - Material Particulado

MPMG - Ministério Público de Minas Gerais

PET - Programa de Educação Tutorial

PL - Projeto de Lei

SISEMA - Sistema Estadual de Meio Ambiente

TAC - Termo de Ajustamento de Conduta

UEMG - Universidade Estadual de Minas Gerais

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

Unesp - Universidade Estadual Paulista

Unifran - Universidade de Franca

NTU - Unidade Nefelométrica de Turbidez

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO 1: UMA INTRODUÇÃO A ITAÚ DE MINAS	21
1.1. O lugar e a mineração	21
1.2. A “chegada” da fábrica (1937)	31
1.3. Banco Itaú S.A., o braço econômico	43
1.4. Os múltiplos territórios dessa história	47
CAPÍTULO 2: A PAISAGEM LEMBRADA	51
2.1. Paisagem e Memória de Itaú de Minas	52
2.2. Os contadores da história local	59
CAPÍTULO 3: POLUIÇÃO DAS ÁGUAS	69
3.1. História nos tribunais	69
3.2. Córrego do Ferro, o esgoto da fábrica	72
3.3. Rios São João e Santana, e as lágrimas de lama	78
CAPÍTULO 4: POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA	90
4.1. A história de uma irmã	90
4.2. Carta branca às chaminés!	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
REFERÊNCIAS	111
Fontes documentais	111
Referências Bibliográficas	112

INTRODUÇÃO

Esse trabalho é uma leitura de indícios à luz do grande problema que a humanidade enfrenta e enfrentará nos próximos tempos devido as alterações climáticas. Essa grande mudança que a espécie humana está causando no planeta, por vez, está e deve abalar as estruturas dos saberes – epistemologias – construídas nos recentes séculos por uns grandes contingentes de povos que habitam o planeta, as ditas sociedades modernas, do cimento, das energias elétricas, dos combustíveis fósseis, das técnicas que fazem das matas e outros biomas um território de exploração para o uso econômico diante desse estilo moderno de viver (mineração, agronegócio, as ditas “*commodities*”). Como Bruno Latour anunciava, precisamos ressignificar nossos sentidos de moderno¹, rever o modo como estamos habitando a Terra.

Cada vez que um evento climático desabriga ou mata humanos em algum canto da Terra, pensemos no planeta enquanto personagem das nossas histórias. Personagem esse que está compondo suas histórias há bilhões de anos, e nós, existindo há tão pouco tempo, nos tornamos uma força geológica capaz de influenciar no seu enredo. Isto é, pensando em escalas, não nos cabe somente nos interpretarmos enquanto agente biológicos, infelizmente fomos além, nos tornamos agentes geológicos. Um dado interessante que ilustra parte de como essa força humana acontece, e que não foge a discussão da realidade de Itaú de Minas, diz que:

De acordo com uma estimativa de 1944, “as práticas humanas de deslocamento de terra vinham provocando globalmente a movimentação de 30 bilhões de toneladas de solo por ano”. Uma estimativa de 2001 indica a cifra de 57 bilhões de toneladas por ano. A título de comparação, a quantidade de sedimentação que os rios de todo o mundo deslocam anualmente para o oceano está entre 8,3 bilhões e 51,1 bilhões de toneladas. Os seres humanos, dizem o geólogo Colin Waters et al., “deslocam hoje mais sedimentos dessa maneira [pedreiras e mineração] do que todos os processos naturais somados (26 gigatoneladas por ano)”. O fato de termos peso geomorfológico e biológico dessa dimensão é algo que não pode ser separado da história que vincula o capitalismo ao aquecimento global.²

Em Itaú de Minas, as crateras de centenas de metros de profundidade desde 1939 são criadas pela mineradora – mina à céu aberto (Mina Monte Alto e Mina da Taboca), deixando na

¹ LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 1, editora 34, 1994.

² CHAKRABARTY, Dipesh. O Global e o Planetário: a História na Era da Crise Climática. Traduzido por Artur Renzo. São Paulo/Rio de Janeiro: Ubu Editora/Editora PUC-Rio, 2025, p. 17.

paisagem essa marca irreversível. Vão quebrando e moendo as jazidas de calcários que ali existem, formadas há bilhões de anos, para fabricar o cimento. A cifra apresentada pelo historiador Dipesh Chakrabarty sobre a movimentação de sedimentos anualmente na Terra contempla a realidade de Itaú de Minas, que há muitos anos tem suas jazidas moídas e movimentadas por humanos para outros lugares. Ficando um excedente de poluição local que tem consequências planetárias, como o aquecimento global e as várias mudanças geológicas que ele provoca. O modelo de produção capitalista concedeu ao humano a capacidade de interferir no clima do planeta, vivemos no tempo do Antropoceno.

O conceito de Antropoceno tem sido amplamente questionado nas ciências humanas nas últimas décadas, “[...] talvez seja o único termo da periodização geológica a ser amplamente debatido por estudiosos humanistas sem formação oficial em estratigrafia [...]”³. Cientistas do sistema Terra, como o químico Paul Crutzen e o biólogo Eugene F. Stoermer, desde o ano 2000 propuseram essa nomenclatura para indicar a força geológica que a espécie humana (*anthropos*) passou a exercer sobre o sistema Terra, apontando a magnitude da pegada humana no planeta.

Ao proporem essa perspectiva para compreender a geologia do planeta, esses cientistas não excluem as questões de (in)justiça e as diferenciações entre os grupos humanos. De acordo com Chakrabarty:

[...] enquanto pensarmos o nome e conceito do Antropoceno como uma medida – e uma crítica – do impacto que os seres humanos têm exercido na geobiologia do planeta, não podemos fugir do campo gravitacional moral da história mundial, pois dessa forma nunca estão longe de nossas preocupações as questões ligadas a impérios, colônias, instituições, classes, nações e *lobbies* de interesses especiais - em poucas palavras, o sistema mundial criado pelo capitalismo e pelos impérios europeus. Esse é claramente o motivo pelo qual o Antropoceno talvez seja a única proposta de nome de período geológico que mobilizou criticamente (quando não indignou) muitos estudiosos das ciências humanas.⁴

Outras nomenclaturas foram propostas no âmbito dessa crítica, que busca evitar responsabilizar uma humanidade vaga e abstrata. Entre elas está o conceito de Capitaloceno, elaborada pelo sociólogo Jason W. Moore⁵. Esse autor procura atribuir o foco das mudanças no sistema Terra ao modelo de produção capitalista. Tal interpretação não está equivocada, mas

³ CHAKRABARTY, Dipesh. O Global e o Planetário: a História na Era da Crise Climática, *op. cit.*, p. 239.

⁴ *Ibidem*, p. 259.

⁵ MOORE, Jason W. Antropoceno ou Capitaloceno?: Natureza, história e a crise do capitalismo. Tradução de Antônio Xerxenesky, Fernando Silva e Silva. São Paulo: Elefante, 2022.

acaba ofuscando a escala geológica, fundamental para mensurarmos o problema com o qual estamos lidando.

De fato, a história rasa de quinhentos anos do capitalismo é imprescindível para narrar o Antropoceno. No entanto, se não enquadrarmos essas experiências dentro da “história profunda” da Terra, não seremos capazes de compreender plenamente o tipo de problema que estamos causando e lidando. Ao contrário do conceito Capitaloceno, o Antropoceno descentraliza o humano dentro de um processo planetário mais amplo, enquanto o primeiro se apoia fundamentalmente na própria “história mundial” para tentar explicar as grandes transformações do sistema Terra. Nesse sentido, o conceito de Antropoceno deve ser pensado em duas escalas diferentes,

[...] as dezenas de milhões de anos que uma época geológica abarca *versus* os quinhentos anos no máximo que, pode-se dizer, constituem a história do capitalismo”. No entanto, na maioria das discussões a respeito do Antropoceno, as questões de tempo geológico saem de vista, e o tempo da história mundial humana passa a predominar. Essa conversão unilateral do tempo histórico da terra em tempo da história mundial cobra um preço intelectual, pois, se não levarmos em conta os processos da história da terra que ultrapassam a escala da nossa percepção humana de tempo, deixaremos de enxergar a profundidade dos impasses que os humanos enfrentam hoje.⁶

Partindo desse contexto de reformulações que o Antropoceno nos impõe enquanto sociedades modernas, esse trabalho é acima de tudo, uma tentativa de reescrever a história de um lugar assolado pela mineração – Itaú de Minas. Ele revelará as circunstâncias nas quais os humanos e não humanos estão submetidos por causa de uma fábrica de cimento, que há mais de oitenta anos está contribuindo para o aquecimento do planeta em múltiplas escalas. Apresentará histórias/experiências de uma comunidade assolada pela produção desse material à base de pedra moída em pó, hoje fortemente utilizado no nosso modo de habitar a Terra. Veremos que a falsa autonomia de comprar e utilizar sacos de cimento quando quiser, se liga diretamente às circunstâncias socioambientais de outros lugares, que serão explanadas. Desafiando assim, a crença no progresso. Minhas histórias, guiadas por diferentes indícios, navegaram no mar raso de Itaú de Minas, mas para serem compreendidas, deverá levar em consideração as águas profundas nas quais essas experiências estão inseridas. A Crise Climática não pode ser compreendida sem Itaú de Minas e Itaú de Minas não deve ser interpretada sem a Crise Climática. Parece um absurdo fazer essa associação/afirmação, mas não podemos olhar para os impactos somente em uma perspectiva local. Não sejamos ingênuos de pensar que uma

⁶ CHAKRABARTY, Dipesh. O Global e o Planetário: a História na Era da Crise Climática, *op. cit.*, p. 240.

das mais antigas fábricas de cimento do continente não contribuiu/contribuí para o aquecimento do planeta com suas variadas poluições. Ela se soma há muitas outros esparramadas pelos continentes. Se o Antropoceno implica em contarmos a história relacionando a escala geológica de milhões de anos com a de quinhentos anos da história do capitalismo, como disse Chakrabarty, a história das fábricas de cimento nos moldes modernos portanto é parte intrínseca da história do capitalismo.

Com essas considerações, minha missão aqui se iniciará com o objetivo de introduzir o lugar da pesquisa (Capítulo 1 – Uma introdução a Itaú de Minas), contando a partir de diferentes fontes e em diálogo com escritores locais, uma breve história de Itaú de Minas e da fábrica de cimento. Busco mostrar como as relações de poderes dessa comunidade foram/são fortemente atravessadas por essa atividade econômica em diferentes perspectivas, que tratarei a partir dos múltiplos conceitos de “território”.

Outro “território” que surgirá, de grande importância para entendermos as relações de poderes, é o da memória. Entender o que as sociedades optam por lembrar e esquecer, nos dá indícios para muitas perguntas. E nesse caso, o segundo capítulo (Capítulo 2 – A Paisagem Lembrada) provoca a seguinte questão: Como a memória da fábrica de cimento é narrada nos trabalhos de história local? Quais experiências são exaltadas e quais são silenciadas ou esquecidas? A partir desse principal questionamento, vemos a “paisagem” oficial de Itaú de Minas sendo construída nos textos da histórica local e inclusive em fotografias usadas pelos jornais, mais uma manifestação da memória sobre o lugar que revela a fábrica.

A “atmosfera” desses primeiros momentos – capítulo 1 e 2 – predomina o enfoque no que é lembrado, repetindo como veremos, memórias de desenvolvimento, progresso e emprego. A partir do terceiro capítulo, novas fontes entram em cena e a “atmosfera” da história muda. Nas entrelinhas de processos criminais com o cruzamento de outros vestígios, passamos a ver que a história da resistência também existe, mas escondida nos porões dos poucos arquivos públicos e alguns pessoais. A partir desse momento – capítulo 3, esse trabalho narra experiências interpretadas através do cruzamento de indícios que vão na direção contrária à história já oficializada na memória sobre o lugar.

Entre os dias 25 e 27 de outubro de 2021, ainda na graduação, fui ao Fórum da Comarca de Pratápolis procurar materiais para montar meu projeto de pesquisa da monografia, quando digitalizei todo o material (quatro processos) pois não estavam/estão disponíveis no formato digital. Minha pesquisa sobre Itaú de Minas já tinha começado no início deste mesmo ano,

através da Iniciação Científica do Programa de Educação Tutorial (PET) do qual fazia parte, onde pesquisava o livro de memória do ex-prefeito da cidade. Desde então, persigo os rastros dessas fontes. Ainda proponho uma discussão que mescla a memória, só que agora, às prerrogativas socioambientais. Prerrogativas essas guiadas por um tipo de fonte específica, os processos de crime contra o meio ambiente em que o Ministério Público processou a fábrica.

A lei que atribuí ao Ministério Público a responsabilidade de processar por crimes ambientais, ou contra os “direitos coletivos e difusos” como é dito, é de 1998⁷. Seis anos depois, os desdobramentos dessa lei entre a fábrica estudada e a justiça começam. Em 2004 um vizinho da fábrica vai ao Fórum iniciar essa história que aqui será contada. Apartir desse ano, outros processos foram iniciados (em 2006, 2013 e 2014) e depois de anos nos tribunais, foram arquivados entre 2017 e 2019. Deste modo, a temporalidade desses documentos, fontes principais dessa pesquisa para levantar experiências subversivas, marcam o recorte dessa pesquisa, de 2004 a 2019.

A metodologia para compreender esses documentos foi/está sendo construída a partir de leituras – onde destaco a perspectiva da “ficção” do Boris Fausto (2014), de leituras de textos da área jurídica e conversas com amigos do direito – fundamental para eu entender os mecanismos do território jurídico e através de leituras repetitivas desses materiais, onde novos caminhos foram se abrindo e ideias surgindo. Nunca deixando de lado a atenção à “memória”, as experiências que os processos escondem me mostraram estarem esquecidas quando o assunto é a fábrica de cimento, e aqui as trarei para contrapor e propor uma nova abordagem para a história de Itau de Minas.

No terceiro capítulo (Capítulo 3 – Poluição das Águas), vemos os impactos sendo causados nas águas que passam próximo a cidade – Córrego do Ferro, Rio São João e Rio Santana, onde em um deles a fábrica deposita seus esgotos industriais e em outros gera energia em suas três usinas hidrelétricas. Com as perguntas certas aos processos criminais, notamos fagulhas de resistências da sociedade aos classificados “crimes ambientais”, com itauenses indo à promotoria fazer denúncias – vizinho da fábrica, de um pescador e de um ex-funcionário da companhia pública de saneamento básico responsável pelo abastecimento de água local, que traz relatos importantes nos documentos policiais anexados. Com a percepção atenta em entender a relação com o não humano, percebemos a agressão que esse tipo de mineração provoca nesses novos personagens da história – córrego e os rios, matando e adoecendo vidas

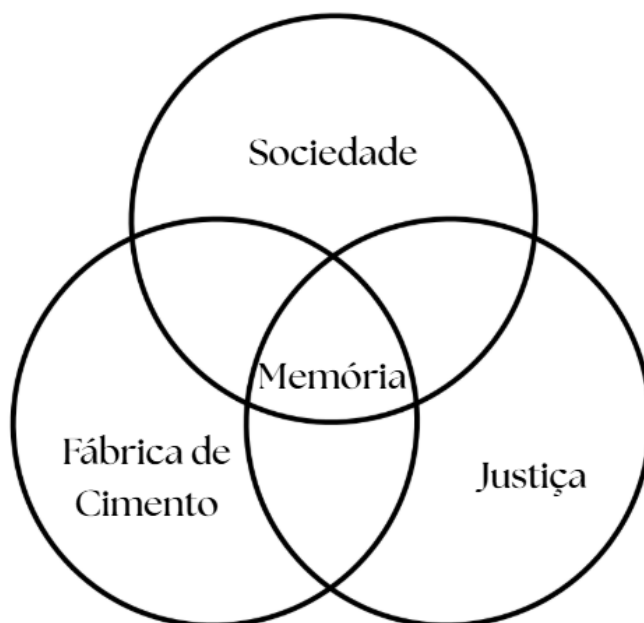
⁷ Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998).

com o mal trato dessas águas. O que se revela também a partir desse capítulo, é o “território jurídico”, onde outros novos personagens, como atores jurídicos (Promotores, Juízes, advogados e desembargadores) e órgãos ambientais, entram em cena. A teia de relações que surgem no cruzamento dessas fontes que estão guardados no acervo do fórum é de fundamental interesse público, pois mostra como a mineradora age em relação às leis e órgãos ambientais, à Justiça, às águas e atmosfera da região.

O quarto capítulo (Capítulo 4 – Poluição Atmosférica), com a mesma metodologia e objetivo, continuo tentando narrar experiências que trazem em seu bojo as considerações comentadas no parágrafo anterior. No entanto, se tratando agora da poluição atmosférica, e de um processo criminal que durou mais tempo nos tribunais, movimentando outras instâncias, outros ângulos de análise surgem e diálogos com outras fontes acontecem. Mas a “atmosfera” do texto continua a mesma. Uma direção seguida nesse documento para interpretar a realidade socioambiental de Itaú de Minas e a memória em torno dessas questões, é os vestígios do “pó” que a fábrica emite e o quadro clínico da comunidade, estabelecendo relação entre a poluição do ar com as doenças e as causas de mortes. Apesar de como veremos, a mineradora conseguir uma “bandeira branca” para poluir, esses processos não devem ser interpretados enquanto uma tentativa falha, ao contrário disso, devem serem vistos como experiências que evocam tentativas de frear as poluições, guardam histórias que expõe que a relação entre a sociedade e a fábrica não é tão harmoniosa como a memória oficial diz ser.

O diagrama a seguir (Figura 1) é uma espécie de esqueleto dessa pesquisa, que revela procurar nas interseções entre a sociedade, a fábrica de cimento e a justiça, vestígios de como a memória sobre essa empresa é construída entre lembranças e esquecimentos. Na tentativa de mostrar caminhos para ressignificarmos aspectos dessa memória, é que justifico a mudança de “atmosfera” comentada. Isto é, partindo de uma preocupação maior entre as conexões da memória lembrada entre a sociedade e a fábrica de cimento (capítulo 1 e 2) – intersecção do círculo superior com o inferior da esquerda, passamos no segundo momento (capítulo 3 e 4) a pensar os novos elos de memória esquecidas do “campo” da justiça dentro desse conjunto de relações proposto – todas interseções criadas.

Figura 1 – Diagrama de organização da pesquisa



Deste modo, aqui se iniciará um trabalho cujo principal objetivo se tornou travar a batalha sobre a memória da fábrica de cimento em Itaú de Minas. “Peço vênias para tal”. A partir de indícios deixados no tempo, essa pesquisa interpretará experiências e apontará uma outra memória, que agora interroga criticamente a presença dessa mineradora. As conexões formadas pela “Sociedade”, a “Fábrica de Cimento” e a “Justiça” serão agora preenchidas.

CAPÍTULO I: UMA INTRODUÇÃO A ITAÚ DE MINAS

1.1. O LUGAR E A MINERAÇÃO

[...] lugar - um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.⁸

O espaço para o qual vamos olhar nesse trabalho tem uma longa história, seria ingênuo me comprometer a contá-la por completo. Imaginemos as relações que aconteceram durante milhares de anos ali entre a espécie humana e os não humanos. E mais, para além da nossa história enquanto espécie, consideremos também nossa “história profunda”⁹, a história do planeta de bilhões de anos. Como teriam sido formadas as jazidas minerais presentes no atual município Itaú de Minas? Certamente, por tempo que excede as escalas humanas com as quais a História tem considerado.

Estabelecer um começo para a contribuição desse espaço no mosaico do Antropoceno demanda várias considerações. A mineração assolou esse lugar desde o tempo da colonização, a invasão do homem ocidental vindo através dos rios impactou-o há centenas de anos, além das atividades agropecuárias exercidas pelas grandes fazendas. Não esqueçamos desse horizonte histórico. Mas esse “quebra-cabeça climático” ganha muitas peças novas no século XX com a chegada do “progresso”, que iria transformar esse lugar e contribuir para o desequilíbrio geológico do planeta.

O que muitos cientistas chamam de a “grande aceleração” da Crise Climática que acontece no século XX, em Itaú de Minas intensificou-se com a “invasão” de uma fábrica de cimento nesse pequeno vilarejo na década de 1930. Na história da espécie humana nesse lugar, a exploração de humanos e não humanos pela mineração ganha contornos totalmente

⁸ SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2006, p. 218.

⁹ CHAKRABARTY, Dipesh. O Global e o Planetário: a História na Era da Crise Climática, *op. cit.*, 2025.

exorbitantes com a construção da Companhia de Cimento Portland Itaú (CCPI) a partir de 1937¹⁰.

Localizado no Sudoeste de Minas Gerais, o município de Itaú de Minas é reconhecido por muitos devido a fábrica de cimento. Na década de 1930, o Estado incentivou o desenvolvimento das indústrias - “desenvolvimentismo”, levando à construção de várias mineradoras¹¹. A fábrica de Itaú de Minas é consequência desses incentivos, ela foi a primeira fábrica de cimento no estado de Minas Gerais, e a quinta no país¹².

A história aqui contada, é, sobretudo, um fragmento para compreendermos o processo de formação do capitalismo brasileiro (lido por alguns como “progresso” e “desenvolvimento”), e vislumbrará as consequências socioambientais desse modelo de sociedade. Percorreu o complexo jogo de relações de poderes na constituição dos lugares de onde vem o cimento, este elemento base (literal e literário) dos tempos ditos modernos, onipresente em nossas vidas contemporâneas. Portanto, as imbricações que aqui serão postas, é também uma fenda para refletirmos sobre o nosso modelo dominante enquanto espécie de habitar o planeta.

Para quem passa na rodovia MG050 ao lado da cidade e da fábrica, não deixa de desviar o olhar para o parque industrial de 364,10 hectares, com as chaminés que colore o céu com uma cor bege acinzentada. A área ocupada pelo parque industrial da mineradora é praticamente o mesmo da cidade, que é de aproximadamente 364,7 hectares¹³. Se o viajante continuar o caminho, logo em seguida na pista, irá se deparar com uma cratera de centenas de metros de profundidade (mina a céu aberto) onde se explora as jazidas de calcário – Mina da Taboca. O simples fato aqui descrito, de um viajante passando pela rodovia movimentada ao lado, julgando o quanto a fábrica ocupa agressivamente a paisagem que ele vê, já faria com que percebesse o tamanho da força exercida pela mineração nas relações de poderes daquele espaço, que aqui tentarei mostrar ao longo do texto.

¹⁰ Até 1977, era “Companhia de Cimento Portland Itaú”, após esse ano, as sete unidades existentes foram vendidas para o Grupo Votorantim, se tornando “Votorantim Cimentos”.

¹¹ FONSECA, Pedro C. D. Do progresso ao desenvolvimento no Brasil. In: BASTOS, Pedro P. Z.; FONSECA, Pedro C. D. A era Vargas: Desenvolvimento, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 51-68.

¹² CAMPOS, V. A. A Emancipação Política e Administrativa de Itaú de Minas. Franca: Universidade de Franca, 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (História) – Universidade de Franca, 2001, p. 44.

¹³ A área do parque industrial foi identificada em um “Levantamento Planialtimétrico” enviado pela mineradora à justiça em anexo no Inquérito Civil nº MPMG-0529.11.000019-5, acompanhado das fls. 317-320. Por curiosidade, com a ajuda de um amigo geógrafo, me arrisquei a medir a área urbana (da cidade) no programa (*software*) QGIS, querendo comparar com o parque industrial da fábrica de cimento. Após delimitar de forma precisa os contornos da cidade e gerar a área, a medição deu aproximadamente 364,7 hectares. Isto é, a área ocupada pelo complexo industrial da mineradora é quase o mesmo da cidade.

Para o filósofo Yi-Fu Tuan, o lugar é uma pausa no movimento do tempo e do espaço, essa pausa faz com que uma localidade seja reconhecida pelos valores e paixões humanas. Segundo ele, “O lugar é um mundo de significado organizado. É essencialmente um conceito estático. Se víssemos o mundo como processo, em constante mudança, não seríamos capazes de desenvolver nenhum sentido de lugar”¹⁴. Deste modo, o espaço torna-se lugar conforme adquire significados. Nessa perspectiva, esse trabalho acima de tudo, dará significados a um espaço, convertendo-o em um lugar. Lugar que se torna uma categoria para observarmos um fragmento de experiências da mineração lidas às luzes da crise ambiental.

Apesar dessas singularidades que aqui serão destacadas na “composição” do lugar, não podemos esquecer que pensar Itaú de Minas é uma oportunidade para refletir sobre processos maiores, inclusive aquele que chamamos capitalismo. Levaremos, até o fim do trabalho, essas dimensões que atravessam a ideia de espaço estudado. Segundo o geógrafo Milton Santos, “Cada lugar é, à sua medida, o mundo [...]. Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferentes dos demais”¹⁵.

Além das preocupações voltadas ao tempo – uma categoria privilegiada pela História, esse trabalho se preocupa também em pensar o papel do espaço¹⁶. As experiências humanas acontecem no tempo e no espaço (espaço-tempo). Os novos tempos do Antropoceno não podem ser interpretados sem considerarmos nossa relação enquanto espécie com o espaço - planeta, por exemplo. A história de Itaú não deve ser explicada sem antes considerarmos que historicamente os interesses econômicos foram guiados em parte, pelas jazidas de calcário que ali existem. Isto é, esta pesquisa tem como pressuposto que a História deve ser pesquisada levando em consideração o espaço, e não só o tempo. E justificar assim, meus diálogos com a Geografia.

Irei historicizar esse espaço a partir de alguns recortes para compreendermos um pouco a dinâmica histórica dos humanos com a mineração. A ausência de memória e história sobre a presença indígena na região, dificulta imaginarmos as relações que aconteciam ali antes da exploração do antigo sistema colonial. A mineração enquanto atividade moderna para alimentar

¹⁴ TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983, p. 198.

¹⁵ SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção, *op. cit.*, p. 213.

¹⁶ O “espaço” enquanto categoria da História não é algo novo, os Annales por exemplo, com Braudel já percebia e estudava essas relações. No entanto, como Chakrabarty e Latour colocam, considerando o tamanho do impacto causado por nós no planeta e suas consequências, essa categoria ganha conotações novas. A relação entre humanos e não humanos (mar mediterrâneo, a exemplo de Braudel), não devem ser interpretadas na chamada “longa duração”. O que talvez parecesse estar longe das nossas possibilidades enquanto espécie de alterar os sistemas do Planeta Terra, agora parece que essa duração/intervenção não é tão longa/branda assim.

o capitalismo, surge a partir da invasão e saqueio a outros territórios (colonização)¹⁷, é nesse contexto que surgem os primeiros arraiais na região estudada, produzindo documentos cartoriais para que fossem lembrados como “origem”.

O historiador Antonio Grilo ao ser convidado em 1993 para escrever uma coluna sobre a história de Itaú de Minas, no jornal comemorativo da prefeitura (Informativo Municipal) no aniversário de emancipação, diz para a sociedade itauense que

Tudo tem origem ainda na primeira metade do século XIX, quando se estabilizavam os arraiais dos “Sertões do Jacuí”, e se configuravam com nitidez os caminhos que os ligavam. Já é bem conhecido o chamado “caminho do Desemboque”, roteiro das caravanas, sertanistas ou aventureiros que do Rio Sapucaí buscavam aquela importante Vila, ainda no século XVIII – do porto do Rio Claro cortavam pelo vale do Itapiché e vinham sair nas serras da Ventania; daí, costeando-a, iam em direção a Jacuí (pelo sul) ou ao Desemboque (pelo norte), passando pelo Bonsucesso, barra do São João, Quartel do Aterrado, serra das sete-voltas e finalmente, Desemboque.

Ao lado desse, havia ainda o caminho que deixando Jacuí seguia o curso do Santana (ou do São João, mais a leste) até encontrar o caminho anterior e rumar para o Desemboque. O certo é que, nesse caminho, na região que fica fechada pelos dois rios, São João e Santana, assumiram importância os vales dos pequenos ribeirões, como o da Prata e o Córrego do Ferro. É que, esgotadas as alternativas de mineração de ouro na região, as atenções se voltavam para a busca da prata, e na ausência desta, de outros minérios, como o ferro. Os primeiros assentamentos aí dizem respeito a essas experiências e deram origem aos povoados futuros.

[...]

O Córrego do Ferro é o desdobramento de tais atividades e foi o ponto de convergências não só da presença humana de muito mineradores e garimpeiros anônimos como também das primeiras afazendas de porte, como dos Amorim, cujo estabelecimento mais conhecido é o de Pedro Quita, como ficou conhecido. A mineração de ferro, parece, não foi bem sucedida e terminou esquecida... em compensação, jazidas calcárias aí descobertas se converteram logo na principal atividade econômica e serviu de suporte à fixação dos homens. Junto à “colônia” da fazenda, os estabelecimentos rudimentares das caieiras e logo, uma venda. Essa é a origem do povoado que em todos os documentos, tinha o nome de Córrego do Ferro...¹⁸

Certamente, a ocupação humana desse espaço se estende para além desses limites coloniais, é um tanto perigoso estabelecer origem a partir da colonização, pois como fica a relação com as sociedades que já habitavam essa localidade? O relato de Grilo sugere que antes não havia história, ou podemos falar que foram memórias que entraram no esquecimento, que foram sufocadas pelos documentos oficiais que nos cegaram para outras histórias, que

¹⁷ ARÁOZ, Machado Horacio. Mineração, genealogia do desastre: O extrativismo na América como origem da modernidade. Trad.: João Peres. São Paulo: Elefante, 2020, p. 85.

¹⁸ INFORMATIVO MUNICIPAL. Jornal da Prefeitura de Itaú de Minas - edição nº 21, Itaú de Minas, 5 de outubro de 1993, p. 4-5.

apagaram outras origens locais. A história de Itaú de Minas contada a partir da colonização é uma manifestação da memória coletiva de um grupo, nesse caso construída a nível nacional, que apaga outras experiências. Nesse sentido, o historiador Michael Pollak diz que: “[...] uma memória estruturada com suas hierarquias e classificações, uma memória também que, ao definir o que é comum a um grupo e o que, o diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais”¹⁹.

Apesar dessa “desconexão”, sabemos que esse território era habitado pela etnia caiapós e que foi invadido pela bandeira de Bartolomeu Bueno do Prado²⁰. “Como temos notícia que garimpeiros, mineradores e Bandeirantes visitaram nossa região no século XVIII, podemos facilmente deduzir que as terras que hoje pertencem ao município de Itaú de Minas, foram caminho destes aventureiros”²¹.

Uma possível conexão que esse trabalho suscita para que outras pesquisas a busque, é a do nome do espaço onde se encontra a atual mina explorada, a Taboca, com as populações que ali habitavam desde antes da chegada do homem moderno. De acordo com o dicionário da língua tupi para o português publicado pelo padre Antônio Lemos Barbosa em 1951, a única palavra usada por ele para explicar o significado de taboca é “taquara²²”, que se refere a um tipo de vegetação específica da América do Sul, conhecida popularmente como uma espécie de bambu, usada em artesanatos, na construção de casas (ripas), ferramentas de caça (zarabatanas) entre outros materiais. Já o dicionário de mesma natureza publicado por Moacyr Ribeiro de Carvalho em 1987, traz em suas páginas a palavra de uma forma um pouco diferente, mas com a mesma explicação do conteúdo, “Taboka: Botânica: Taquara, da família das gramíneas²³”, a diferença está na letra “K” ao invés da “C”. Outro dicionário amplamente usado por pesquisadores é o organizado por Eduardo de Almeida Navarro de 2013, ele descreve dessa forma: “Tabocas: bambus de colmo alto, que alcança muitos metros²⁴”.

Apesar dessas memórias, mesmo que timidamente, apontar os Caiapós como os povos locais, lembremos que a língua tupi era amplamente difundida entre as diferentes sociedades indígenas da época. Dessa forma, a definição dessa palavra nos dicionários nos leva para este

¹⁹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos. Rio de Janeiro: CPDOC, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989, p.3.

²⁰ ANDRADE, A. K. Estação Itaú: berço histórico de uma cidade. Itaú de Minas: Letrícia, 2001, p. 8.

²¹ *Ibidem*, p. 10.

²² BARBOSA, A. Lemos. Pequeno vocabulário tupi-português. Livraria São José: Rio de Janeiro, 1951, p. 147.

²³ CARVALHO, M. Ribeiro. Dicionário tupi (antigo) português. Salvador, 1987, p. 274.

²⁴ NAVARRO, E. de Almeida. Dicionário de Tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil. 1ª edição. Global: São Paulo. 2013, p. 656.

tipo de vegetação. Seria ela – taboca - e a argila que ali existem usadas pelos Caiapós na reprodução da sua vida material? Será que está aí uma ligação da tão famosa “Taboca/Mina da Taboca”, atualmente explorada pela companhia de cimento, com o passado o indígena dessas terras? Uma ligação das sociedades que ali já habitavam com o que denominamos de “recursos naturais”. O objetivo deste trabalho não é responder essas questões, mas faço questão de trazê-los às luzes das discussões ambientais, para pensarmos possíveis ligações com passados silenciados. Mas voltemos à historiografia regional.

Os historiadores e memorialistas de Itaú de Minas, referenciam os trabalhos de Antonio Grilo para construir uma narrativa histórica sobre as origens do lugar, ele foi professor de História da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), realizando excelentes trabalhos sobre a história política de Passos e região, analisando a política dos coronéis locais no começo da república. Mas nos interessa aqui, perceber o traço da mineração na constituição da história e da memória desse espaço.

Era de ouro, prata, ferro e por fim, calcário. Essa é a periodização que marca as “origens” da história na historiografia e na memória coletiva, que de certo modo, forjaram a identidade de Itaú de Minas ao longo da história. Começamos pelo nome dado a esse lugar, nem sempre ele chamou “Itaú de Minas”, ele já foi conhecido por “Córrego do Ferro” ainda quando tinha poucas casas nas terras de grandes fazendas, as denominadas “colônias” das fazendas. Esse nome era devido ao leito d’água que era conhecido como Córrego do Ferro, que ao que tudo indica é por causa da exploração das jazidas de ferro no século XIX. Além dessas águas, as montanhas deformadas por essa atividade também ficaram conhecidas até os dias atuais como “Morro do Ferro” e “Morro do Níquel”. Esse minério era escoado pela ferrovia que partia da cidade vizinha São Sebastião do Paraíso, construída pela Mogiana, que já existia desde 1911²⁵. Os nomes desses lugares foram criados a partir da mineração. Notemos, segundo as memórias de Andrade apoiadas no livro a “História social de Passos” de Grilo, percebemos os “ciclos econômicos” que assolaram há séculos essa localidade:

Vejamos: em Itaú de Minas, existia o minério da pedra calcária; na localidade do Morro do Níquel, vestígio de uma grande mineração de ouro e diamantes era visto há pouco tempo nas margens do Ribeirão Contagem, que nasce no chapadão da Fortaleza de Minas. Eram toneladas e mais toneladas de cascalhos que foram bateados e arremessados para suas margens. Temos informações que a empresa de mineração Morro do Níquel aproveitou parte ou quase todo este material para colocar no leito da estrada de acesso à sua indústria. Dado a grande quantidade de cascalho encontrado

²⁵ ANDRADE, A. K. Estação Itaú: berço histórico de uma cidade, *op. cit.*, p. 14.

nas margens do referido córrego, é de supor que foram muitos os elementos humanos utilizados nos serviços de garimpagem de ouro e diamantes na região [...]. Já na região do Morro do Ferro existe o minério para a fabricação do ferro, embora seu teor seja baixo em relação ao encontrado na região do vale do aço em Minas Gerais, certamente foi também explorado pelos que aqui demandaram [...]. Ao final do século XVIII, a agricultura e a pecuária eram as principais explorações existentes na região. [...] No início do século XIX, a cultura cafeeira também ajudou na ocupação destas terras, mas em pequena escala. O forte era a criação de gado e a lavoura de subsistência.²⁶

O gado, que foi o grande processo de ocupação desta área, aos poucos começou a ser absorvido pela exploração da pedra calcária, abundante na região e que fez num curto espaço de tempo um expressivo processo de ocupação e urbanização desta localidade.²⁷

Imaginemos como era a vida das pessoas nessa localidade antes da chegada do “progresso”. Segundo Grilo, no século XIX a população vivia em um arraial dentro de uma grande fazenda – dos Amorim, formado por “mineradores e garimpeiros anônimos”²⁸. Apesar de não ser o foco deste trabalho, além da mineração, as atividades agropecuárias também devem ser lembradas ao falarmos das transformações socioambientais que aconteceram ao longo de muitos anos. Percebe-se os “ciclos econômicos” que historicamente orquestrou as transformações socioambientais em Itaú de Minas e proximidades, que por sua vez devem ser compreendidas às luzes das alterações planetárias - ou geológicas, provocadas pela espécie humana nos últimos séculos. Um desequilíbrio cometido em pequeno intervalo de tempo que terá consequências por tempos talvez inumanos.

No começo do século XX, a estrutura “sertaneja” - nas palavras de Amorim (2000), continuava orquestrando as relações dos humanos que habitavam aquele local no interior de grandes fazendas de coronéis. Essa designação (coronéis) é proposital para pensarmos nesses personagens e suas relações de poder. Antonio Grilo em suas pesquisas deixa claro o quanto a política local era comandada por esses homens conhecidos como “lavouristas”²⁹. Essa ligação fica mais forte ainda quando sabemos que um dos latifundiários dessas três fazendas – Gasparino de Andrade, era irmão do coronel Lourenço de Andrade, que não à toa era prefeito daquele município do qual Itaú de Minas fazia parte naquela época (Passos).

²⁶ ANDRADE, A. K. Estação Itaú: berço histórico de uma cidade, *op. cit.*, p. 10-11.

²⁷ *Ibidem*, p. 14.

²⁸ ITAÚ DE MINAS, Prefeitura de. A fundação da Fábrica de Cimento: "UMA AVENTURA". In.: Itaú de Minas: Trajetória de uma cidade progressista - Edição comemorativa de 14 anos de emancipação, Itaú de Minas, p. 3, 10 set. 2001.

²⁹ GRILO, Antonio. Tocaia do Fórum: Violência e modernidade. Bauru, SP: Edusc, 2012, p. 36.

Itaú era, na verdade, um conjunto de três fazendas, sendo a mais antiga de propriedade de Pedro Rodrigues de Amorim, a outra de José Calixto, de 1908, e uma terceira de posse de Francisco Mendes e, posteriormente comprada pelo Coronel Gasparino de Andrade. Todas elas conhecidas como Fazenda Córrego do Ferro, por se situarem às margens do referido córrego.³⁰

Gasparino de Andrade foi quem vendeu para Joaquim Mário as pedreiras e o espaço onde foi construída a fábrica de cimento em 1937, como veremos com mais detalhes. Seu avô – Gaspar Lourenço de Andrade já tinha posses na região desde o século XVII e seu irmão era prefeito de Passos. Uma família intimamente fluente nas relações de poderes.

Essas fazendas tiveram acesso à energia desde 1912. Um dos fundadores da fábrica – Joaquim Mário, antes mesmo de construí-la na década de 1930, tinha negócios na região, como uma usina de açúcar em Passos, a exploração já das jazidas de calcários de Itaú de Minas denominada na época de “caieiras” e a empresa de vender energia Siqueira Meirelles Junqueira & Cia, cujas hidrelétricas eram situadas em rios próximos a Itaú de Minas, que por sinal, são usadas pela cimenteira³¹. Antes da construção da hidrelétrica de Furnas (1957-1965), grande parte da energia “por essas bandas” vinha dos seus negócios.

Joaquim Mário era “ligado às famílias Junqueira e Meirelles muito poderosa e donas de fazendas e engenhos de açúcar no estado de São Paulo e em Minas”³². Pensemos nesse personagem como um dos arquitetos das bases desse modelo de produção predatório, além da cimenteira que iria dar lucro a ele com a venda de “pedaços moído” de Itaú de Minas, antes já rendia seu capital com a venda de energia elétrica para as cidades vizinhas explorando os rios. Seus negócios foram as bases de grandes processos de transformação, que devem ser compreendidos às luzes da Crise Climática, e não de uma memória que o exalte às luzes do progresso. Apesar de se destacar na memória por talvez já ter terras e negócios naquele local, outros também estavam por trás das iniciativas para construir a mineradora, “Os fundadores da empresa eram Joaquim Mário de Souza Meirelles (advogado mineiro) e José Balbino de Siqueira (engenho paulista), também donos de empresa de força e luz [...], e o engenheiro paulista Jorge Dias de Oliva”³³. Diante do sucesso econômico dessa mineradora, constroem

³⁰ AMORIM, Moisés Alves. Transformação e Modernização de Itaú de Minas: da paisagem sertaneja à indústria do cimento (1910-1937). Franca, 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, campus de Franca da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2000, p. 10.

³¹ Os impactos provocados por essas hidrelétricas que existem ainda hoje em função da mineradora, serão investigados no terceiro capítulo.

³² ANDRADE, A. K. Estação Itaú: berço histórico de uma cidade, *op. cit.*, p. 16.

³³ AMORIM, Moisés Alves. Transformação e Modernização de Itaú de Minas: da paisagem sertaneja à indústria do cimento (1910-1937), *op. cit.*, p. 46.

mais seis outras unidades no país e depois é incorporada pelo Votorantim Cimento em 1977. Uma dessas unidades será comparada com a estudada, como veremos melhor no capítulo quatro, com algumas experiências que aconteceram em Contagem-MG.

Segundo Amorim “A paisagem sertaneja foi modificada, essencialmente, pela energia elétrica, permitindo vislumbrar o tão almejado ‘progresso’”³⁴. Além de considerar esse momento na história desse povoado, o importante aqui é considerar que os personagens por trás dessas modificações (energia) é quem viria a “mexer os pauzinhos” para construir a fábrica de cimento anos depois. Não imaginemos que a energia iria chegar para todos no arraial, ela estava servindo às forças produtivas dominadoras dos humanos como apontou Amorim ao dizer que

Como uma zona rural, a Fazenda Córrego do Ferro não desfrutava dos benefícios da urbanização e do crescimento. Excetuando-se os fazendeiros, que, muitas vezes, construíam suas casas na cidade, [...] as pessoas comuns que trabalhavam para estes iam muito pouco a cidade.³⁵

A chegada da energia no arraial Córrego do Ferro é um dos festejados “paradigmas do progresso”. Outro, recordado pelas memórias desse lugar é a chegada da ferrovia, que iria mudar inclusive o nome do povoado. Antes de construir o ramal ferroviário de São Sebastião do Paraíso a Passos (1919-1921), que passaria dentro do arraial Córrego do Ferro, não “existia nem mesmo traços urbanos e era apenas local de passagem de carro-de-boi e cavaleiros”³⁶. Existiam “criações de gado, olarias, caieiras e mármore”³⁷. A construção da ferrovia oito anos após o início da energia elétrica, viria a imprimir outro ritmo para aquele pequeno povoado. Junto com ela, “vieram muito trabalhadores, da própria região, em busca de trabalho e de melhores salários”³⁸.

Apesar de não promover uma urbanização, seguindo os trilhos do trem vieram trabalhadores que seriam aproveitados na Companhia de Cimento – fundada em 1937 –, tempos mais tarde. Por sua vez, esse contingente atraía vários tipos de negócios, desde o comércio de secos e molhados – o primeiro foi de Otávio Rodrigues Amorim, - até uma “casa de mulheres”.³⁹

³⁴ AMORIM, Moisés Alves. Transformação e Modernização de Itaú de Minas: da paisagem sertaneja à indústria do cimento (1910-1937), *op. cit.*, p. 33.

³⁵ *Ibidem*.

³⁶ *Ibidem*, p. 40.

³⁷ *Ibidem*.

³⁸ *Ibidem*.

³⁹ *Ibidem*, p. 43.

As jazidas de calcário já estavam na mira dos humanos, a atividade econômica lembrada como “caeira” era predominante. Eram processos de fabricação de cal que já aconteciam nesse lugar, as jazidas eram exploradas em intensidade menor, “feitas em grandes barrancos que eram escavados horizontalmente em baixo, onde se punha a lenha, e em cima, verticalmente, onde o calcário era posto e queimado”⁴⁰. Nas memórias de Andrade, e aqui é importante ressaltar que o seu pai, João Kirchnner, tinha uma caieira em Itaú de Minas, ele descreve que:

Estes fornos eram cavados em buracos, geralmente em alguma encosta, cujas paredes internas eram revestidas com tijolos, tendo a frente também de alvenaria, onde deixavam um buraco na parte de baixo para colocar a lenha que iria calcinar a pedra calcária transformando-a em cal virgem. Era um processo rústico, pois demandava o enchimento manual do forno com a pedra calcária criando uma zona de calor onde era queimada a lenha jogada manualmente por operários denominados de “foguistas”. Após 72 horas de queima, o fogo era apagado e após seu esfriamento era possível a retirada da cal de seu interior.⁴¹

A ferrovia, por facilitar o escoamento, já havia impulsionado a exploração das jazidas de calcários na década anterior à construção da mineradora – as caieiras, que lembremos, era um dos negócios de Joaquim de Oliveira (um dos futuros fundadores da cimenteira). Já havia uma relação entre as jazidas minerais, o lucro e esse humano. Segundo Andrade, em relação ao principal ponto explorado por essa atividade naquela época, “o forte, era a extração da pedra calcária para a fabricação de cal na região da Taboca”⁴². Isto é, as jazidas atualmente destruídas pela Votorantim (Mina da Taboca), antes mesmo da construção da mineradora em 1937 (Companhia de Cimento Portland Itaú), já era explorada pelos humanos locais, obviamente em uma escala menor, a transformação da paisagem com a enorme mina a céu aberto escancara isso.

Com a construção da ferrovia, a Mogiana deu o nome para a estação construída no Córrego do Ferro de “Itaú”, passando esse lugar a ser conhecido como tal. Itaú na língua tupi, significa “pedra preta”⁴³, esse nome foi escolhido pela empresa ferroviária por causa do histórico da atividade de mineração de ferro na região. Sendo as jazidas de ferro de coloração “preta”. Assim, as jazidas exploradas desde então são as de calcário, cuja coloração em

⁴⁰ AMORIM, Moisés Alves. Transformação e Modernização de Itaú de Minas: da paisagem sertaneja à indústria do cimento (1910-1937), *op. cit.*, p. 19.

⁴¹ ANDRADE, A. K. Estação Itaú: berço histórico de uma cidade, *op. cit.*, p. 19.

⁴² *Ibidem*, p. 14.

⁴³ ITAU: pedra e U:preta. Esta explicação está presente nas memórias de CAMPOS (p. 40) e ANDRADE (p. 14), nas páginas de suas obras já citadas.

comparação com as de ferro, é menos “preta”. O que não é menor, é o tamanho da exploração e do impacto socioambiental.

1.2. A “CHEGADA” DA FÁBRICA (1937)

Esse nome – Itaú - durou até a construção da fábrica de cimento dezesseis anos depois (1937), pois como havia um outro local com o mesmo nome no Rio Grande do Norte, a mineradora provocaria essa mudança, de “Itaú” para “Itaú de Minas”. Essa alteração aconteceu por causa dos serviços burocráticos demandados por ela na rede global do capitalismo, levando a rebatizar o local adicionando o “de Minas”. Notem o quanto a chegada do “progresso” com a ferrovia e depois com a fábrica engoliu esse lugar, provocando uma constante “(re)territorialização”, inclusive no nome. A alteração do nome é simbólica, revela noções de pertencimento construídas em uma comunidade que foi atravessada pela força do capital, gerido pelos interesses de poucos homens (por exemplo, os diretores da fábrica).

Além desta mudança que ela provocaria, podemos concluir também que a própria fábrica iria se apropriar do recente nome daquele lugar, pegando-o ao se intitular “Companhia de Cimento Portland Itaú”. Ainda hoje, há mais de oitenta anos desde que ela começou a funcionar, mesmo sendo comprada pela Votorantim em 1977, as sacarias de cimento esparramadas pelo país ainda carregam os dizeres “Cimento Itaú”. A história desse lugar não começa com essa mineradora, já a dela desde os seus momentos iniciais se apropria e explora esse lugar em diferentes territórios, inclusive no campo semântico. Mas esse apoderamento do nome aconteceu também em outras atividades. Porque uma das principais redes bancárias do nosso país se chama “Banco Itaú”? Seria coincidência ou não? Veremos isso depois, porque essa resposta merece um certo carinho da minha parte. Farei a partir de uma pesquisa que estabelece relações que em muitos veículos de informações não são feitas.

De acordo com as histórias contadas, vimos que o pequeno povoado já fora se alterando antes mesmo da fábrica existir, com a energia e a ferrovia. Mas tudo iria mudar ainda mais com a construção dela. Esses processos não devem ser interpretados separadamente, estão ligados. Como Amorim muito bem apontou, as estruturas para que a construção da mineradora fosse possível estavam sendo montadas⁴⁴. As hidrelétricas que geravam a energia seriam usadas para

⁴⁴ AMORIM, Moisés Alves. Transformação e Modernização de Itaú de Minas: da paisagem sertaneja à indústria do cimento (1910-1937), *op. cit.*, p. 57-58.

alimentar a fábrica e o transporte do cimento estava garantido para os mercados paulistas através da estrada de ferro da empresa Mogiana.

A partir de 1937, Itaú de Minas não seria mais o mesmo. Aquele lugar datado pelas memórias a partir da colonização, descrito como calmo, com poucas casas na colônia de uma fazenda, cujo trabalho era o gado, as caieiras, olarias, e não esqueçamos da memória das “roças de subsistência”, que já tinha sido impactado pela estação ferroviária, iria ser fortemente atravessado agora pela presença de uma mineradora que passaria a orientar a dinâmica desse território, como veremos durante todos os capítulos.

Como já anunciado, um dos grandes latifundiários locais, dono de uma das três fazendas conhecidas como Córrego do Ferro, foi quem vendeu as terras (pedreira Monte Alto) onde foram inicialmente exploradas pela cimenteira,

Nos anos de 1936, Lourenço Ferreira de Andrade, irmão de Gasparino Ferreira de Andrade, proprietário de terras na localidade de Itaú, procurou Dr. Joaquim Mário, dono da empresa Siqueira Meirelles para lhe oferecer a venda de uma pedreira calcária localizada na região do Monte Alto.⁴⁵

Não seria coincidência que no ano seguinte, após começarem a construir a fábrica “num vasto campo próximo à estação ferroviária, onde os meninos costumavam jogar futebol”⁴⁶, o fazendeiro Gasparino (seu avô já dominava essas terras desde o final do século XVII) iria lotear pedaços de suas terras ao lado da fábrica e da estação ferroviária. Nesse loteamento, foi separado um espaço onde se tornaria mais tarde a praça e a igreja, realizando uma mudança no centro religioso e social daquele lugar. Observando-se os negócios desses irmãos, podemos afirmar que lucraram com a construção da mineradora (a famosa “especulação imobiliária”), portanto, estão por trás das articulações dessas histórias. O irmão do Gasparino que fora citado, Lourenço Ferreira de Andrade, era prefeito de Passos nesta época, defendendo os interesses dos coronéis locais na política durante dezoito anos (1927-1945).

Além dessa nova parte da cidade, foi construída uma vila operária de casas também na lateral do outro lado da fábrica, para abrigar os trabalhadores, conhecida como “Pátio da Fábrica”⁴⁷. Além de trabalharem na fábrica ou na mina, ainda habitavam uma parte da cidade popularmente chamada de pátio, seus espaços de habitação continuavam sendo uma extensão

⁴⁵ ANDRADE, A. K. Estação Itaú: berço histórico de uma cidade, *op. cit.*, p. 16.

⁴⁶ *Ibidem*, p.17.

⁴⁷ *Ibidem*.

da fábrica na vida dessas pessoas. Esses traçados urbanos eram cortados por linhas ferroviárias da fábrica que ligava a fábrica e a vila operária “à pedreira do Monte Alto” e ao Córrego do Ferro para extrair argila, “usado também na fabricação do cimento”⁴⁸. Imaginemos essas mudanças no ritmo de um “pequeno arraial”, agora as chaminés cobrindo a paisagem com a poeira e vários poluentes⁴⁹, as casas sendo construídas próximas à fábrica, em meio as estradas de ferro que baldeavam pedaços da primeira mina para serem moídos.

Segundo Amorim, antes da fábrica de cimento, a paisagem daquele lugar era marcada pela “agricultura de subsistência, as pequenas criações, a caça, a pesca, ainda que as pessoas trabalhassem para um grande fazendeiro”⁵⁰, havendo o que ele chama de um “modo de vida sertanejo” do “lavrador-roceiro”. Esse estilo de vida, segundo ele, foi sendo gradualmente alterado com a chegada da indústria do cimento, porém mesmo assim, sobreviviam as características daquele local, construindo a figura que ele chama de “operário sertanejo”. Os trabalhadores “não se desligaram da terra uma vez que, suas famílias continuavam trabalhando para os fazendeiros e, até mesmo eles, quando não estavam na fábrica”⁵¹.

O que Amorim considera uma “resistência”, é a continuação dessas características chamada por ele de “sertanejas”, que constantemente foi sendo alterado pelo “progresso”. Pensemos desde as práticas capitalistas e não capitalista presentes antes da fábrica, desde as “roças de subsistências” às “caieiras”. A mineradora alteraria ambas as dinâmicas, seja com a especulação imobiliária da propriedade privada na vida das pessoas, ou no sufocamento das caieiras (economia local) por agora não conseguirem mais competir com a mineradora. A partir da cimenteira, esse lugar sofre um processo de (des-re)territorialização em diferentes perspectivas por causa do poder e interesses dela. Esse momento da história de Itaú de Minas carece de estudos que apontem melhor essas mudanças, Amorim nos oferece vestígios para entender que houve grandes rupturas e algumas permanências/resistências.

Com a construção da fábrica de cimento no final da década de 1930, Itaú de Minas teria traços urbanos, formou-se a partir daí, o começo de “cidade” naquele distrito de Passos. “Dezenas de pessoas, vinda de várias regiões do Brasil, acorreram para estas bandas para

⁴⁸ ANDRADE, A. K. Estação Itaú: berço histórico de uma cidade, *op. cit.*, p. 17.

⁴⁹ Veremos sobre a poluição atmosférica e seus impactos no capítulo quatro, tendo como foco analisar uma Ação Civil Pública (nº 0028069-19.2013.8.13.0529) iniciada em 2013 por causa de poluições atmosférica acima do permitido de Monóxido de Carbono e Material Particulado.

⁵⁰ AMORIM, Moisés Alves. Transformação e Modernização de Itaú de Minas: da paisagem sertaneja à indústria do cimento (1910-1937), *op. cit.*, p. 12.

⁵¹ *Ibidem*, p. 48.

trabalharem como braçais”⁵², não esqueçamos dos novos projetos urbanos provocados pela fábrica já comentados, isto é, a especulação imobiliária do fazendeiro e casas geminadas para abrigar os trabalhadores (“Pátio da Fábrica”). Em uma pesquisa financiada e publicada pela fábrica em 1970 sobre a comunidade, mostra que as origens dos trabalhadores “braçais” eram principalmente de Passos, São Sebastião do Paraíso e Pratápolis⁵³. Isto nos diz que a fábrica provocou migrações em um raio curto de distância, mudaram-se para Itaú de Minas principalmente quem já habitavam as cidades vizinhas, promovendo uma reorganização de como os humanos estavam habitando aquele lugar.

Os trabalhadores lembrados como “braçais” merecem aqui um destaque. Além de sofrerem com as poluições causadas pela fábrica - que ainda acontecem, eles iam para a mina e com os braços (manual), usavam ferramentas para quebrarem as jazidas de calcário na pedreira Monte Alto, que em seguida eram baldeadas na linha de ferro até a fábrica, por isso “braçais”. Nos porões dessa pesquisa, encontrei uma fotografia desses personagens usada em três momentos diferentes, ela foi utilizada pela fábrica em um jornal comemorativo publicado em 1987. Em 1997, editou também um calendário de mesa com diferentes fotografias, dentre as quais estava a foto dos “braçais” que figurava o mês de janeiro. E ela também está arquivada na “Galeria de Fotos” do site da prefeitura municipal, vejamos essas diferentes aparições/reapropriações:

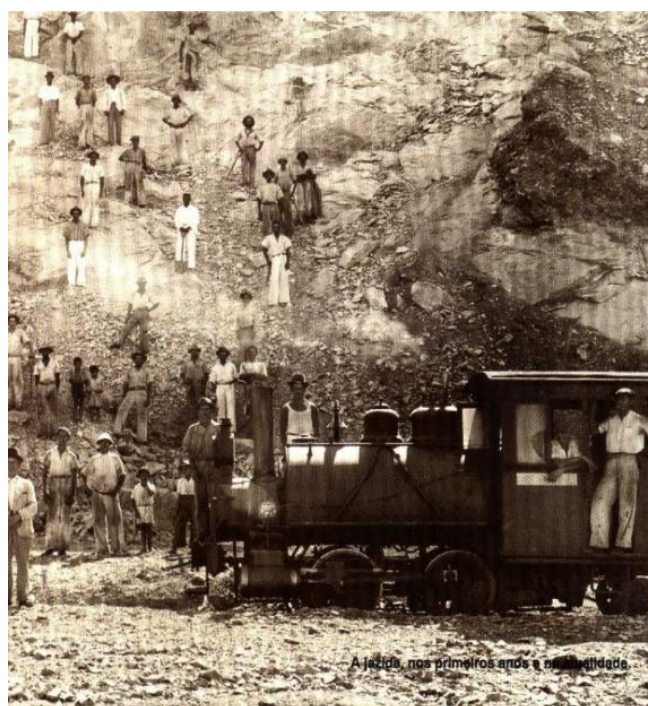
⁵²AMORIM, Moisés Alves. Transformação e Modernização de Itaú de Minas: da paisagem sertaneja à indústria do cimento (1910-1937), *op. cit.*, p. 45.

⁵³ COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND ITAÚ. Itaú de Minas: estudo de uma comunidade brasileira, tal como é e como poderá ser. São Paulo: Empresa Paulista de propaganda, 1970, p. 109.

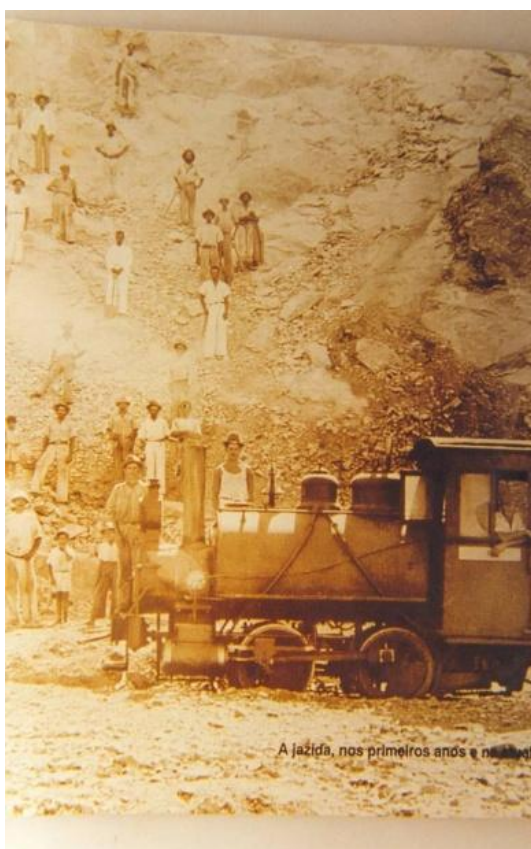
Figura 2 – Fotografia de trabalhadores em meados da década de 1940



(Imagem recortada do Jornal Edição Especial O ITAÚ: o 50º aniversário, de 1987).



(Imagem usada no mês de janeiro no calendário de mesa feito pela Votorantim Cimentos em 1997).



(Imagem do acervo da Prefeitura de Itaú de Minas, 2025)

No site da prefeitura, digamos que a fotografia é a fonte histórica em si mesma, o site nesse sentido, funciona como um arquivo que de forma intencional, preserva esse documento em uma plataforma digital acessível à população. Nos outros dois momentos (1887 e 1997), essa fotografia foi selecionada e está inserida em um documento maior, e nesse caso, elas devem ser analisadas levando em consideração outros elementos que as rodeiam, tanto no jornal quanto no calendário.

Digamos que a aparição dela no jornal impresso pela fábrica em 1987 para comemorar o seu aniversário de 50 anos, é a mais completa. Isto é, nos outros momentos, essa fotografia aparece com recorte e edição diferentes, sendo a do jornal mais próxima do original, nesse sentido. Nela contei setenta trabalhadores, sendo cinco crianças, como fica evidente pelo tamanho dos indivíduos⁵⁴. A análise sobreposta dessas diferentes edições revela mais detalhes, nos recortes usados tanto no calendário quanto na versão que está no site da prefeitura, a qualidade e nitidez da fotografia revelam melhor os detalhes daquele momento em que a

⁵⁴ Usei programas para melhorar a qualidade da imagem (nitidez), em seguida, fui marcando um ponto em cada humano, e por fim, contei.

fotografia foi capturada. Apesar de neles a grande maioria dos trabalhadores terem sido excluídos, a “nitidez” dos que ficaram mostram eles com ferramentas nas mãos, provavelmente usadas para quebrar e jogar as pedras nos vagões do trem. É possível identificar também algumas crianças em meio à multidão de trabalhadores, com as roupas sujas por frequentarem a mina, provavelmente acompanhando os pais. Muitas delas de camisa, calções (bermudas) e descalças em meio às pedreiras.

A atenção de todos voltada para a câmera é marcante, foi um gesto organizado. Duas crianças bem pequenas de mão dadas uma com a outra, revelam essa orientação. No meio dos trabalhadores, ao centro na parte inferior da fotografia não recortada, se destaca alguém com as roupas limpas, vestindo um paletó, com o corpo ereto e as mãos reunidas na altura da barriga. Sua postura se diferencia com o enquadramento privilegiado. Podemos suspeitar que essa pessoa seria uma espécie de gerente? Ou um engenheiro? Ou até mesmo um dos fundadores da mineradora? Talvez estivesse na mina apenas para produzir esse registro histórico, não sabemos. Apesar de não o reconhecer, podemos concluir que ele exercia uma função de poder sobre os demais indivíduos na imagem pelas observações apontadas.

Quando falei em considerar os outros elementos que rodeiam essas imagens, quis dizer interpretá-los para entender para quais objetivos essa imagem foi usada. Como comentei, na edição especial de um jornal da fábrica, ela foi usada para ilustrar os 50 anos da mineradora, reunindo imagens inclusive de outras unidades no país, com textos descritivos e curtos que glorificavam a empresa ao contar sua história, parte de uma comemoração gloriosa – efeméride.

Já no calendário, interpretei como uma fonte muito interessante e não convencional, que às vezes passa despercebida por nós pesquisadores. Mas é um documento que permite perceber as linguagens do poder, a grande maioria está atravessado por anúncios escolhidos a partir do dinheiro e da política, por exemplo. Para além dos números sequenciais que marcam nosso calendário, a presença de outros elementos visuais se relaciona diariamente com as pessoas, que em seu cotidiano olham para ele. No caso do calendário feito pela própria mineradora, que foi distribuído na cidade para que a sociedade o usasse durante todo o ano de 1997, as imagens foram organizadas por meses, e em cada um, há duas imagens de antes e depois, alimentando a ideia de “inovação” e “progresso”. O recorte da fotografia analisada usada nesse material ao ser comparado com a outra que escolheram para estar ao lado dela, mostra que ele foi feito para destacar não o personagem de paletó, mas sim o trem usado pela fábrica naquela época (conhecido como “baronesa”). Pois a outra mostra uma máquina carregando com pedras um

caminhão usado nas minas, construindo assim uma noção de mudança “positiva” por causa da tecnologia (dos meios de transporte). Suspeito que a fotografia arquivada no site da prefeitura, deriva dessa que foi produzida para o calendário, e lá, junto com outras imagens divididas entre “Antigas” e “Atuais”, ela cumpre um papel de memória sobre a história da cidade.

Novas mudanças aconteceram com esses eventos, que como ainda veremos, são lidos pela história local/regional como “progresso”. Desde o mundo do trabalho às características urbanas que esse local passou a ter. Esse povoado teve seus primeiros “delegados municipais”⁵⁵ no ano que começaram a construir a fábrica (1937). Em 1940, as idas e vindas à sede municipal que era a cidade de Passos, foi facilitado com uma “jardineira” que fazia o transporte de pessoas diariamente, provavelmente de trabalhadores⁵⁶. No ano seguinte (1941), começa a funcionar a primeira agência postal, pedem a iluminação pública⁵⁷, e nesse mesmo ano, foi levantada a Igreja Matriz no novo loteamento feito por Gasparino de Andrade ao lado da fábrica, que segundo algumas memórias, foi “construída pelos diretores da fábrica de cimento e o povo”⁵⁸. Além dessa afirmação que liga a mineradora à sociedade, a manutenção de uma fotografia desse dia, com os membros da Igreja e os diretores da fábrica ao lado, revela a construção harmoniosa na memória que explorarei melhor no próximo capítulo. A reprodução desse registro fotográfico foi identificada tanto no livro de Andrade⁵⁹ quanto na edição especial do jornal de 50 anos feita pela fábrica em 1987⁶⁰.

Em 1941 também, inaugurou-se o primeiro cemitério. Antes da fábrica, os mortos eram levados (em banguês ou padiolas⁶¹) para Pratápolis ou Passos para serem enterrados no “campo santo” dessas cidades. Nessa mesma década (1943)⁶², foi instalado o Cartório de Registro Civil, sendo o primeiro oficial indicado pelo “diretor da fábrica de cimento”⁶³, que passou a registrar burocracias como nascimentos, casamentos e registro de mortes, e o Juizado de Paz⁶⁴. Como

⁵⁵ Policiais José Marciano e Ladislau Ferreira Ribeiro, e os “inspetores de quarteirões/sub-delegados” foram Dionísio Pereira da Fonseca e Geraldo Ferreira. Ver CAMPOS, V. A. A Emancipação Política e Administrativa de Itáu de Minas, *op. cit.*, p. 50 ou ANDRADE, A. K. Estação Itáu: berço histórico de uma cidade, *op. cit.*, p. 24.

⁵⁶ CAMPOS, V. A. A Emancipação Política e Administrativa de Itáu de Minas, *op. cit.*, p. 48.

⁵⁷ *Ibidem*, p. 49.

⁵⁸ CAMPOS, V. A. A Emancipação Política e Administrativa de Itáu de Minas, *op. cit.*, p. 49 ou ANDRADE, A. K. Estação Itáu: berço histórico de uma cidade, *op. cit.*, 2001, p. 20.

⁵⁹ ANDRADE, A. K. Estação Itáu: berço histórico de uma cidade, *op. cit.*, p. 20.

⁶⁰ COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND ITAÚ. 50º Aniversário. Edição especial de 50 anos, Itáu de Minas, março de 1987.

⁶¹ Os mortos eram colocados em “lençóis amarrados num pau e carregados por duas pessoas” em ANDRADE, A. K. Estação Itáu: berço histórico de uma cidade, *op. cit.*, p. 15.

⁶² Decreto nº 1058 de 31 de dezembro de 1943.

⁶³ CAMPOS, V. A. A Emancipação Política e Administrativa de Itáu de Minas, *op. cit.*, p. 24.

⁶⁴ *Ibidem*, p. 50.

veremos neste trabalho, a mineradora opera um enorme controle político para atingir seus objetivos econômicos, e já notamos isso através dessa remodelação (ou territorialização) da cidade após a sua construção. Desde a mudança do nome do lugar, e agora, observamos como a fábrica historicamente esteve envolvida com os processos políticos. Indicar e escolher os representantes das instituições itauenses em formação é uma forma de controle, que a memória não trata como tal, e sim como uma aliança harmoniosa rumo ao “progresso”.

Uma grande evidência desse “controle político” exercido por ela nos primeiros anos de exploração, é a provocação do desmembramento do território do distrito de Itaú de Minas do município de Passos por conflitos de interesses entre a fábrica e os políticos passenses. Oficialmente em 1943, Itaú de Minas se tornou distrito de outro município que foi emancipado no mesmo processo político - Pratápolis, no qual o precursor local da fábrica (Joaquim Mário), “mantinha um bom relacionamento com as lideranças [...] que possuíam grandes propriedades rurais em Itaú”⁶⁵. Até então, conhecida como Espírito Santo do Prata, era distrito da cidade de São Sebastião do Paraíso, que não esqueçamos, é a cidade em que Joaquim Mário mantinha a sede da sua empresa de vender energia.

A história por trás desses processos políticos (emancipação) na década de 1940, pode ser claramente compreendida como indícios dos interesses da fábrica ou dos que são gerados por causa dela, como veremos. Joaquim Mário,

Assim, emprestou todo seu apoio, moral e técnico à causa emancipacionista, tornando peça chave desta decisão, dado a sua grande influência junto ao então Governador do Estado de Minas Benedito Valadares, tendo inclusive indicado a este o nome Sr. José Soares de Melo para ser nomeado o primeiro Prefeito do Município de Pratápolis.

José Soares de Melo era proprietário de uma fazenda de terras em Itaú, embora residisse em Pratápolis era muito amigo de Joaquim Mário.⁶⁶

As indicações aconteceram inclusive para escolher o prefeito daquele território em processo de territorialização pela mineradora, que mantinha bons relacionamentos com o governador do estado na ditadura de Getúlio Vargas. Mas porque isso aconteceu? Começando pelo que diz o trabalho da Vânia Campos, que se propôs a estudar o tema da emancipação, foi porque os políticos de Passos não injetaram dinheiro no distrito de Itaú de Minas como os diretores da fábrica reivindicavam, como o pedido da iluminação pública, da agência postal,

⁶⁵ CAMPOS, V. A. A Emancipação Política e Administrativa de Itaú de Minas, *op. cit.*, p. 64-65 ou ANDRADE, A. K. Estação Itaú: berço histórico de uma cidade, *op. cit.*, p. 23.

⁶⁶ ANDRADE, A. K. Estação Itaú: berço histórico de uma cidade, *op. cit.*, p. 23.

por causa de dívidas da ponte construída sobre o Rio São João para ligar os dois lugares. Sobre esses argumentos, a fábrica teria retardado o pagamento de impostos aos cofres passenses, fazendo com que perdessem um processo na justiça iniciado pela Prefeitura de Passos e, por este motivo, esquentando as relações políticas entre o diretor Joaquim Mário e Lourenço de Andrade. O mesmo personagem (prefeito/coronel de Passos⁶⁷) que procurou Joaquim Mário anos antes para vender as pedreiras e as terras do seu irmão (Gasparino), onde foi construída a “poderosa fábrica”, tempos depois, se via envolvido em um conflito de amplitude relevante com ela.

Um ponto crítico e relevante desse conflito foi o desligamento da energia da Santa Casa de Passos (hospital), feita pela fábrica de cimento⁶⁸. Lourenço, além de prefeito, era diretor clínico da Santa Casa, hospital que comprava a energia gerada nas usinas da mineradora (empresa Siqueira Meirelles). Diante dessas circunstâncias, a “zona de guerra” incluiu a interdição de uma instituição cujas vidas dependiam do seu funcionamento. Esses indícios nos mostram o clima pesado desse embate travado no processo que aqui chamo de “territorialização”.

Esses eventos teriam levado a fábrica a fazer movimentações políticas no governo, e oficialmente, emancipar outro povoado tornando Itaú de Minas agora distrito deste novo município. “Oficialmente” porque na forma como interpreto as entrelinhas desses processos, Itaú de Minas apesar ter continuado figurando como distrito, mesmo com os impostos sendo pagos à Pratápolis, as circunstâncias políticas em que a mineradora estava envolvida agora era outra, ele praticamente se emancipou. Como as memórias bem sugerem, a sede municipal agora era um “território amigo” da fábrica, um indício relevante disso é a escolha do prefeito.

Tanto Andrade quanto Campos se indignam e se perguntam por que a fábrica não teria emancipado Itaú de Minas naquela época? Creio que uma perspectiva interessante para responder essa questão, além de considerar as ausências de estruturas necessárias para tal no povoado de Itaú de Minas, é perceber que a “movimentadora política” desses processos, no final das contas, tinham atingido seus objetivos. Antes, a fábrica se relacionava com a maior cidade do sudoeste mineiro (Passos), e hostilmente por sinal, agora, as influências políticas da cimenteira se davam com uma sociedade política de “amigos”, de tamanho menor. Apesar de

⁶⁷ O historiador de passense Antonio Grilo faz um ótimo trabalho ao analisar a política de Passos no começo da República, mostrando como a política local era orientada por poucos coronéis, como é o caso do prefeito Lourenço de Andrade. No livro: GRILO, Antonio. Tocaia do Fórum: Violência e modernidade, *op. cit.*

⁶⁸ CAMPOS, V. A. A Emancipação Política e Administrativa de Itaú de Minas, *op. cit.*, p. 64.

ter havido várias tentativas de emancipação de Itaú de Minas tensionada por grupos políticos locais, que por sinal não devemos tirar a fábrica do plano de fundo econômico, na década de 1940 os objetivos não eram esses. Portanto, respondendo à pergunta, Itaú de Minas não foi emancipado já nessa época pois interessava à fábrica compor um território maior, que incluía Pratápolis.

Não nos deixemos enganar pela armadilha da memória, de achar que os desmembramentos desse território giraram em torno das tensões provocadas por políticos, como foi o caso do próprio Andrade, que não à toa foi o primeiro prefeito de Itaú de Minas (1989-1992). Essa pergunta feita por ele próprio em sua autobiografia e Campos em seus trabalhos de 2001⁶⁹, estão conectadas nessa armadilha da memória daquele momento. Não faz sentido projetar esse horizonte para interpretar a territorialização da década de 1940, ela deve ser compreendida à luz dos interesses da fábrica de cimento em seus anos iniciais de exploração. Andrade até diz que não havia lideranças políticas locais nessa época, é só mais uma justificativa e exemplo dessa memória. A liderança naquele contexto eram os diretores da fábrica, essa afirmação feita por ele está deslocada historicamente pela memória da emancipação que aconteceria mais de quarenta anos depois por outros grupos. De acordo com o geógrafo Rogério Haesbaert,

Criar novos recortes territoriais – novos Estados ou municípios, por exemplo, é ao mesmo tempo um ato de poder no sentido mais concreto e o reconhecimento e/ou a criação de novas referências espaciais de representação social. Pode-se, com um novo recorte ou “fronteira”, legitimar certas identificações sociais previamente existentes ou, o que é mais comum, ao mesmo tempo criar ou fortalecer outras.⁷⁰

O que nos interessa aqui, é perceber a fábrica exercendo seu poder de diferentes formas na história desse lugar, sufocando-o, explorando-o, transformando-o. Ainda vendo essa dinâmica de poder na arena política, constata-se que:

Muitos trabalhadores da empresa recordam das reuniões ocorridas no interior da indústria, os diretores convocam primeiro os chefes e depois os chefes transmitiam o recado aos empregados para elegerem o candidato de preferência dos diretores, caso não apoiassem, seriam dispensados. Sem dúvida os eleitos sempre foram os indicados, porque os trabalhadores não arriscavam em perder o emprego, pelo fato de no local ter apenas duas fontes de trabalho, um na lavoura e outro na indústria.⁷¹

⁶⁹ CAMPOS, V. A. A Emancipação Política e Administrativa de Itaú de Minas, *op. cit.*, p. 69 ou ANDRADE, A. K. Estação Itaú: berço histórico de uma cidade, *op. cit.*, p. 23.

⁷⁰ HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 14ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2024, p. 93.

⁷¹ CAMPOS, V. A. A Emancipação Política e Administrativa de Itaú de Minas, *op. cit.*, p. 67.

Para interpretarmos essa memória, outra diz que:

Tanto é verdade, que enquanto o PSD – Partido Social Democrata existiu, todos os Prefeitos foram apoiados pela empresa e eleitos. Seus dirigentes agiam com mão de ferro. Aqueles que não a seguiam, eram cobrados, muitas das vezes até com demissão do emprego que exerciam na empresa.⁷²

Notamos que nas décadas após a construção da mineradora, as memórias sugerem que os diretores da fábrica exerciam uma espécie de “voto-de-cabresto”, obrigando os itauenses/trabalhadores a votarem em quem eles apoiavam ou indicavam. Até em contextos de ditadura, em que nem mesmo parcela da população votava, esse “dedo” na política acontecia para a manutenção desse poder. Além do regime varguista como vimos com a escolha do prefeito de Pratápolis em 1944, na época dos militares não era diferente, pois “No período de 1967 a 1971, governou o município o Prefeito Geraldo Bernardes da Costa, tendo como vice-Prefeito o Sr. Paschoal Taliberti representando Itaú de Minas, e indicado pela Cia. Cimento Itaú”⁷³.

Itaú de Minas se emancipou de Pratápolis em 1987, sendo o primeiro prefeito o autor de um dos trabalhos de história local aqui investigado – Alberto Kirchner de Andrade. Por isso, esse trabalho de memória é fortemente atravessado pelas experiências dele enquanto ator político. Tanto Andrade quanto Campos, articulando seus trabalhos juntos⁷⁴, optam por registrar a crítica a fábrica de cimento somente na perspectiva das atuações políticas dos diretores, enquanto os impactos socioambientais provocados por ela não fazem parte de suas preocupações históricas.

A emancipação de Itaú de Minas teve como plano de fundo os interesses econômicos gerados pela mineradora, os políticos pratapolenses não queriam perder a maior fonte de renda do município, ao passo que as lideranças itauenses queriam aproveitar desse poderio econômico para a política e o dinheiro. Segundo um relatório da prefeitura produzido na década anterior à emancipação, “A atividade econômica mais importante do Município [de Pratápolis] é sem dúvida, a produção de cimento e cal pelo grupo Itaú, em torno da qual se processo, praticamente, toda atividade econômica da cidade de Itaú de Minas”⁷⁵. Apesar de ser um distrito, referenciá-

⁷² ANDRADE, A. K. Estação Itaú: berço histórico de uma cidade, *op. cit.*, p. 24.

⁷³ *Ibidem*, p. 25.

⁷⁴ As referências duplas de ANDRADE e CAMPOS feitas em vários momentos dessa pesquisa (notas de rodapé número 55, 58, 63, 65 e 69), mapeiam essa convergência entre esses autores.

⁷⁵ PRATÁPOLIS, Prefeitura Municipal de. Relatório preliminar de desenvolvimento integrado de 1970. Livro Tombo Nº 01, Registro 266, Pág. 28-29. Pratápolis, 1992, p. 45.

lo como “cidade” revela o que chamei de “começo de uma cidade” a partir da construção da fábrica em 1937. Um outro indício desse “plano de fundo” foi a negociação da emancipação, ficou acordado que durante quatro anos (1988-1991) o imposto da fábrica pago aos cofres municipais seria dividido entre os dois municípios⁷⁶. Outra memória que mostra esse controle político, orquestrado inclusive por meios religiosos, diz que

Consta-se que quando o padre era muito exigente e lutava pelos menos favorecidos e pelos direitos dos trabalhadores, os diretores da fábrica de cimento conseguiam meios de enviá-los para outra localidade, por preceito de aumentar a força dos empregados e trazer alguma repercussão na fábrica.⁷⁷

Perceber esses sinais de poder aqui indicados, será fundamental para compreendermos os próximos capítulos, que por outros caminhos – da justiça, analiso materiais para entender como a mineradora ainda articula a mantêm seus tentáculos. Essa “manutenção” é percebida desde as influências políticas exercidas por ela ao longo do tempo na política local, estadual, no governo e na memória oficial construída sobre a história de Itaú de Minas. Esse “espaço” simbólico onde o poder também é exercido⁷⁸ – o território da memória, também está na mira das minhas investigações. Os impactos causados pela mineração na memória de um lugar são muito relevantes para o historiador, é aqui encarado como uma das manifestações do que chamo de “impactos socioambientais” da mineração.

1.3. BANCO ITAÚ, O BRAÇO ECONÔMICO

Fiquei me perguntando durante anos, e ainda me questiono, sobre a veracidade da afirmação de que a origem da rede bancária Itaú teria sido em Itaú de Minas. O que ela – memória - significa quando olhamos para a história de Itaú de Minas? Que interpretações devemos dar a ela? Partindo dessa memória e cruzando com livros da história dessa instituição bancária (biografias financiadas por ela), buscarei responder essas indagações fazendo conexões e atribuindo uma interpretação para essas experiências. De que modo a fundação do Banco Itaú se entrelaçam com os mitos fundação de Itaú de Minas.

⁷⁶ Essas informações foram encontradas em fragmentos do jornal Folha da Manhã guardados pela prefeitura de Pratápolis no pequeno museu da estação Cultural. O título da manchete é “Maioria na Câmara decide apoiar Novelli: Novelli não descarta mais demissões”, circulado dia 31 de agosto de 1989.

⁷⁷ CAMPOS, V. A. A Emancipação Política e Administrativa de Itaú de Minas, *op. cit.*, p. 43.

⁷⁸ Como bem apontou LE GOFF em “LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: UNICAMP, 1994”.

Esses vestígios foram encontrados inicialmente em dois dos três trabalhos que contam a história local. Segundo Andrade, “[...] em 1944 o grupo da Cia. Cimento Portland Itaú, com outros sócios, fundavam o Banco Itaú S/A, tendo em 12.06.1954 instalado uma agência no Distrito de Itaú de Minas”⁷⁹. Além de já indicar a relação da mineradora com o banco - importante para esse trabalho, ele data a agência. A professora Campos, oferece outras particularidades ao se apoiar nas memórias do itauense Vitor Alves Ferreira, entrevistado por ela em sua pesquisa.

Foi fundada em 1954, a Agência do Banco Itaú, pelos membros da diretoria da fábrica, pois o distrito movimentava muito dinheiro e necessitava diariamente do serviço bancário que era realizado em cidade vizinhas e por apresentar dificuldades em locomoções, criou-se o Banco Itaú, que teve raízes nessa localidade e expandiu para todo o país. O primeiro gerente foi João Wilson Alcântara junto com o assistente Bento Alves da Silva.⁸⁰

Tal banco, o “Itaú S.A.”, foi de fato criado em 1944 pelos dirigentes da Companhia de Cimento Portland Itaú. Porém, a agência de Itaú de Minas foi construída dez anos depois (1954), apesar de terem escolhido o nome “Itaú” para colocar no banco que criaram, as primeiras agências foram construídas inicialmente no estado de São Paulo, na capital, Campinas e São João da Boa Vista⁸¹. A criação do banco está ligada ao poder econômico desses homens, que ficaram ainda mais ricos com o sucesso da cimenteira em suas economias nas décadas anteriores. Não é por acaso que o nome do banco seria o mesmo de suas empresas, que por sua vez fora apropriado do nome do arraial onde construíram a primeira fábrica, que na época chamava “Itaú”.

Estamos falando aqui sobre a história do capitalismo brasileiro, ou melhor, sobre um lugar apropriado por esse modelo em sua plena formação. Onde se conecta a maior atividade econômica em termos de escala (mineração) com a criação de um banco, que mesmo após fusões com outros como veremos, a semântica do nome ainda continua presente nas ruas das cidades brasileiras, na televisão, na propaganda das plataformas digitais. Enfim, apesar das justaposições e imprecisões da memória individual que atribuem pioneirismo à agência do banco Itaú a Itaú de Minas, quando vemos a palavra “Itaú” estampada nesse que é hoje

⁷⁹ ANDRADE, A. K. Estação Itaú: berço histórico de uma cidade, *op. cit.*, p. 24.

⁸⁰ CAMPOS, V. A. A Emancipação Política e Administrativa de Itaú de Minas, *op. cit.*, p. 52. Relatos/memória do itauenses Vitor Alves Ferreira, entrevistado por Campos dia 10 de outubro de 2001.

⁸¹ FOLHA ONLINE. Conheça mais sobre a história do banco Itaú. Folha de S. Paulo, São Paulo, 13 ago. 2008. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/mercado/2008/08/438399-conheca-mais-sobre-a-historia-do-banco-itaui.shtml>. Acesso em: 15 mar. 2026.

considerado o maior banco da América Latina, saibamos que existe um fio histórico que o liga à Itaú de Minas: o nome não é mera coincidência.

Se investigarmos a história das principais redes bancárias do Brasil, perceberemos que essas instituições são negócios de familiares, onde mesclam a atividade bancária com seus negócios pessoais, como é o caso da mineração em questão. Também veremos que ela é marcada pelas chamadas “fusões”, isto é, pela compra de um banco sobre o outro, incorporando-o. Se olharmos para o início da ditadura civil-militar, os interesses dessas famílias estavam intimamente relacionados com o golpe político, tensionado e financiado por esses homens do dinheiro⁸². Segundo o historiador Rafael Vaz da Motta Brandão:

A primeira importante fusão da história do grupo ocorreu em 1964, poucos meses depois do golpe. Tratava-se do Banco Itaú, braço financeiro da Companhia de Cimento Portland Itaú, de Minas Gerais, instituição funda da em 1944 por José Balbino Siqueira. Ocupava a 47ª posição no ranking dos maiores bancos do Brasil e possuía uma importante rede de 76 agências. Além de Minas Gerais, estava presente no Paraná, São Paulo, Mato Grosso, Guanabara e no Distrito Federal.⁸³

Não por coincidência, em 1964 ocorreu a fusão entre o banco Itaú S.A. com o Federal de Crédito S.A., que existiria desde 1924 sobre outros nomes - Casa Moreira Salles, Casa Bancária Moreira Salles, Unibanco, Banco Moreira Salles, Banco Central de Crédito. A história dessa outra rede bancária que começou na década de vinte com o café, em 1964 incorpora-se com a rede Itaú S.A., que por sua vez está ligada à personagens da mineração. Segundo o livro biográfico escrito pelo jornalista Ignácio de Loyola Brandão em 1995, que comemora os cinquenta anos de história do banco Itaú,

A fusão foi efetuada. Dias de Oliva ficou como presidente e Olavo Egydio Setubal como diretor-geral [...]. Foi uma tentativa hábil de compor um quadro satisfatório para as duas lideranças. [...] Seis anos após a fusão Dias de Oliva faleceu, assumindo em seu lugar João Nantes Júnior. Embora, de certo modo, liderando, o Federal de Crédito aceitou que o Itaú fosse o incorporador e ele o incorporado, ainda que, para efeitos externos, se apresentasse a operação como uma união. Havia, aqui, a questão do patrimônio líquido do Itaú, um pouco maior e mais antigo que o do Federal.⁸⁴

Notamos aqui que o presidente deste novo conglomerado bancário (Banco Federal-Itaú S.A.) que passou a ter 134 agências, foi um dos três personagens que financiou e dirigia a fábrica de cimento – Jorge Dias de Oliva. A relação entre mineração, Itaú de Minas e o Banco

⁸² DREIFUSS, René A. 1964, a conquista do Estado. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 37.

⁸³ BRANDÃO, Ignácio de Loyola. Itaú, 50 Anos. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 1995, p. 206.

⁸⁴ *Ibidem*, p. 67-68.

Itaú está feita⁸⁵. Ao pesquisarmos a história dessa instituição bancária nas redes, encontramos inúmeras explicações que optam por fazer alguns caminhos históricos e não outros, mas é fato que a semântica “Itaú” será compreendida somente considerando o fio histórico que o liga através da mineração à Itaú de Minas. As principais escolhas feitas para contar essa história, se concentram na trajetória do outro banco - dos negócios de Moreira Sales, “silenciando” outras forças que atuaram na formação desse conglomerado do capital.

Foi o Itaú S.A. que assumiu o papel de “incorporador”, enquanto o Federal de Crédito S.A. foi o “incorporado”, devido ao tamanho do “patrimônio líquido”, em outras palavras, o incorporador tinha mais dinheiro que o incorporado. Alguns indícios encontrados revelam isso. Até o ano da junção, o Itaú S.A. tinha 76 agências e o Federal de Crédito S.A. 58, segundo a Revista Bancária dessa época, o primeiro banco citado “Estava na 47ª posição no ranking, com depósitos superiores a 10 bilhões de cruzeiros”⁸⁶.

Essas associações aqui feitas, não tem como objetivo reivindicar a participação de Itaú de Minas ou da fábrica nesse processo histórico do capital econômico. Apesar de ela ter acontecido e ter sido aqui explanada, convenhamos que em termos humanos e não humanos é uma história (história do capital) da qual não nos cabe orgulhar, mas levar à reflexão sobre a complexidade dos arranjos políticos e financeiros desta atividade econômica. Quando falamos em “capitalismo”, consideremos as grandes atividades econômicas - como a mineração - e não esqueçamos do papel dos bancos, que está intimamente relacionado com empresários (algumas famílias) e com o governo. O objetivo dessas reflexões não é detalhar essa teia de relações, mas reconhecer que o lugar que nos ocupa, Itaú de Minas, constitui um nó nessa rede sócio-política e econômica mais ampla. São experiências que nos mostram um dos “braços do poder” da Cimento Portland Itaú, um tentáculo importante de considerar como tal. Estamos falando de uma rede bancária fundada pelos dirigentes da fábrica de cimento, que atuava em vários estados com setenta e seis agências.

Esse lugar, hoje amplamente lembrado pelas marcas dessa fábrica de cimento, foi historicamente impactado por diferentes formas, deverá ser compreendido em diversas camadas de interpretação que considere outros fluxos, espaços e tempos históricos para entendermos a

⁸⁵ Para além do que está presente no corpo do texto, no livro “ITAÚ: 50 anos” de 1995 escrito por Ignácio de Loyola Brandão, tem uma fotografia dos três diretores da Companhia de Cimento Portland Itaú e do Banco Itaú S.A. com os diretores do Federal de Crédito S.A, tirada nas reuniões que negociavam essa junção. Ver BRANDÃO, Ignácio de Loyola. Itaú, 50 Anos, *op. cit.*, 1995.

⁸⁶ BRANDÃO, Ignácio de Loyola. Itaú, 50 Anos, *op. cit.*, p. 67.

transformação socioambiental de Itaú de Minas e do Planeta. A mineração sem dúvida foi um critério posto para essas escolhas que operei, mas não deixando de ressaltar outras atividades, como a agropecuária. Em meio a essas “camadas”, uma se destaca ao ponto de estar amorosamente vinculada na memória do lugar, como será exposto no próximo capítulo. É a camada da “chegada da fábrica de cimento”. A vinda de um modelo exploratório que iria transformar o lugar, que na tese de Haesbaert, causaria um processo de “multiterritorialização”, do político (emancipações e indicações) ao simbólico (memória), será aqui mostrado.

Itaú de Minas hodiernamente tem 14.406 habitantes, incluindo a zona rural⁸⁷. Se considerarmos a década de 1920, antes de construírem a fábrica de cimento, quando havia poucas casas, podemos imaginar que eram menos de mil pessoas. Isto é, estamos falando sobre a história de uma das mais antigas e maiores fábricas de cimento do Brasil, que obviamente rendeu muito capital para alguns, e ao mesmo tempo de uma pequena cidade que apesar de acreditar na cimenteira como a mola propulsora do “desenvolvimento” local, há muitos anos está estacionada nessa parte do caminho prometido rumo ao “progresso”. Até que ponto podemos enxergar o desenvolvimento e os limites provocado pelas dependências criadas por ele? Essa é uma seara que não mergulharei à fundo, mas convido o leitor a refletir sobre o impedimento, ao que chamamos progresso, causado pela própria mineradora. Se a fábrica de cimento continua na ativa, por que o tão sugerido progresso parou no tempo?

1.4. OS MÚLTIPLOS TERRITÓRIOS DESSA HISTÓRIA

Uma das palavras mais evocadas até aqui foi “territorialização”. Apoio-me nesse conceito para interpretar as transformações provocadas pela fábrica de cimento em diferentes escalas, e compreender as distintas dinâmicas de poder exercida por ela constantemente. Para compreender o seu uso neste trabalho, irei primeiramente explicar diferentes conotações possíveis que o uso do “território” pode ter.

Esse conceito apresenta uma multiplicidade de sentidos. Usado em várias áreas do conhecimento, ele assume objetivos distintos para quem o propõe. Na Geografia predominou-se a perspectiva de que o território é algo “material”, lembremos da lógica utilizada na

⁸⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: Resultados de Itaú de Minas. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

construção dos mapas⁸⁸ - cartografia, na Ciência Política, o foco esteve nas “relações de poder”, enquanto na Economia é o “fator locacional”, ditado pelas relações de trabalho e capital, já na Sociologia, o famigerado conceito é estabelecido a partir do foco nas “relações sociais”. Na Psicologia, o critério está estabelecido de modo a identificar a “construção de subjetividades”, identificando territórios à nível psicológico, e na Antropologia, a atenção está voltada para a “dimensão simbólica”, identificando por exemplo “territorialidades” construídas por representações e símbolos. Há diferentes critérios empregados para estabelecer esse recorte do poder no espaço. A polissemia desse conceito nos obriga a explicá-lo e deixar claro quais noções são usadas para entender as experiências no tempo e no espaço que aqui estão sendo analisadas.

Para além desses nichos específicos, Haerbaert define algumas categorias principais para estabelecermos a noção de território. Na jurídico-política, ele “é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um poder”⁸⁹, no qual geralmente é associado ao Estado, aos municípios, e outras relações institucionais. Esse trabalho até aqui, considerou, sobretudo, essa perspectiva. Começando pela própria reconfiguração urbana e social que aconteceu a partir da década de 1930 com a construção da fábrica (mudança da praça central e do prédio da igreja ao lado da mineradora), como das indicações políticas para cargos públicos feitas pelos diretores da fábrica (prefeito, vice-prefeito, cartório de registro civil), a troca de padres a depender da sua atuação na comunidade. Essa noção de território fica ainda mais clara quando falo sobre as emancipações municipais provocadas pela mineradora (tanto de Pratápolis em 1944 quanto de Itaú de Minas em 1987), considerando nesse sentido, os desenhos do espaço sendo influenciados politicamente pelos interesses da fábrica. E a escala em que esses eventos políticos acontecem é no âmbito local e regional.

Já a percepção econômica de território “ênfatisa a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho”⁹⁰. Quando olhamos para a história de Itaú de Minas, temos que considerar esse “território do dinheiro” (na expressão de Milton Santos) e das relações de trabalho que aqui e ali passam a ter com a fábrica de cimento que nos remetem a uma escala

⁸⁸ Haesbaert faz essa afirmação olhando para o uso do conceito historicamente (2024, p. 37). Pois é claro, campos mais recentes como a Geografia Cultural, constrói outras interpretações, digamos mais “imateriais”.

⁸⁹ HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade, *op. cit.*, p. 40.

⁹⁰ *Ibidem*.

mundial. Desde a vinda de pessoas para trabalhar à história que aqui foi narrada sobre o Banco Itaú S.A.

Uma outra que existe é a categoria “sociedade-natureza”, no qual a meu ver faz sentido se considerarmos que o que chamamos de social e ambiental estão intrínsecos ao mesmo processo histórico (socioambiental), e não separar essas noções que há décadas, como Bruno Latour e Pierre Charbonnier bem descrevem, aconteceram. Colocando fogo nessa discussão, Chakrabarty nos oferece uma perspectiva que a meu ver, mostra que devemos sim considerar essa outra territorialidade não humana, inclusive para darmos conta do tamanho do impacto geológico que estamos causando enquanto espécie humana no planeta. Não considerar, significa estar cego para a relação entre humanos e não humanos, e focado somente nas relações humanas. Como se nós não tivéssemos relação nenhuma com o que, de forma errada exteriorizamos ao chamar de “meio ambiente”, o planeta não é um plano de fundo estático no qual somos atores em movimento sem nenhuma influência. Considerar essa relação sem cair nessa desvinculação das relações sociais, significa dizer que o não humano, desde os organismos com vida aos abióticos, também são atores históricos. Por exemplo, como contar a história das relações de poderes em Itaú de Minas sem considerar que nesse lugar há jazidas de calcários que desde antes da construção da fábrica, já eram exploradas pelos humanos que ali habitavam? Parece não ter como excluir esse personagem não humano da história local – as jazidas, ele está relacionado com os assuntos econômicos, políticos e culturais desse espaço. Nesse sentido, as questões adquirem uma relevância planetária.

Já na noção de território simbólico-cultural, “o território é visto, sobretudo, como produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”⁹¹ os símbolos nacionais são um exemplo dessa outra territorialidade. Aqui nesse ponto, retomemos ao que Amorim chama de resistência ao falar dos primeiros anos da mineradora. Na transformação daquela comunidade que ainda mantinha fortes relações comerciais de troca e do cultivo de roças de subsistências, que agora criava-se as relações com o trabalho na indústria. É indiscutível que nesse contexto, as relações “simbólico-culturais” foram impactadas pela fábrica de cimento, a vida do itauense adquiriu novos costumes. Lembremos também do novo centro da cidade que passa ser ao lado da fábrica, da Igreja construída ali (as fotografias analisadas no próximo capítulo mostram essa composição). Essa apropriação aqui também foi

⁹¹ HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade, *op. cit.*, p. 40.

refletida ao historicizar o nome do lugar, desde suas mudanças às apropriações feitas pela empresa.

Apontado a transformação desse “território cultural” na história de Itaú de Minas. Veremos outras manifestações dessa dimensão simbólica e cultural do território, que será explorada profundamente no segundo capítulo a partir de um estudo de memória, que busca entender como a fábrica é lembrada na “história oficial” de Itaú de Minas. Isto é, esse trabalho considera que pensar a construção da memória é uma maneira possível de identificar territórios construídos no nível “simbólico-cultural”. Como veremos, a mineradora é resumidamente lembrada pelo “progresso”, “desenvolvimento” e empregos gerados, que são consagradas nas paisagens pelo símbolo das chaminés. Estamos falando de uma outra forma de exercer o poder no espaço, uma que no plano “simbólico-cultural”, se articula através da memória. Por que os impactos socioambientais não são lembrados? Pense nas explicações dessa camada de análise do território como uma introdução para o próximo capítulo, onde perceberemos melhor essa manifestação do poder sobre o espaço no nível psicológico. Fechando o raciocínio dos conceitos às luzes dessa pesquisa,

Fica evidente neste ponto a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço como um híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “imaterialidade”, numa complexa interação tempo-espaço [...] Tendo como pano de fundo esta noção “híbrida” (e, portanto múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.⁹²

Portanto, resumindo as múltiplas territorialidades aqui apontadas, a perspectiva adotada nesse trabalho para ler a noção de território no espaço pesquisado é a que Haesbaert chama de “integradora”⁹³. Ciente de que “território” é um recurso conceitual elaborado por pesquisadores com objetivos díspares, considerá-lo em uma perspectiva “conectada” não é o mesmo que acreditar que ele dará conta de todas as arestas que o envolve (totalidade), mas que levará em consideração diferentes processos sociais/socioambientais que envolve pensar a manifestação do poder no espaço. É nessa chave de leitura que os vestígios são interpretados e as multiterritorialidades são percebidas. Agora veremos as representações culturais do espaço na “memória” e “paisagens” de Itaú de Minas.

⁹² HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade, *op. cit.*, p. 79.

⁹³ *Ibidem*, p. 74.

CAPÍTULO II: A PAISAGEM LEMBRADA

Este trabalho pretende fazer uma história ambiental não somente dos impactos socioambientais da mineração causados através das águas e do ar, mas também nos que são provocados no campo do imaginário e das sensibilidades relacionadas às políticas de memórias instituídas nesse [que constituiu o] lugar. Ela também é um campo em constante disputa, nela se exerce um poder invisível. A memória construída sobre a fábrica é de que ela foi responsável pelo “progresso” e “desenvolvimento” da comunidade, gerando empregos à população, enquanto seus custos socioambientais não fazem parte dessa história. Esse capítulo mostra como essa memória vencedora, portanto oficial, compõe a história contada sobre o local estudado. Essa camada da pesquisa mostrará como o poder exercido pela fábrica está presente das memórias sobre o lugar.

Para introduzir este debate, a análise de fotografias que foram preservadas, e capturadas ou utilizadas em momentos estratégicos (1941, 2001, 2024), forneceram um ponto de vista que dialogará com todo o texto. Esse giro no tempo, revela a paisagem sendo composta por símbolos de modernidade que se repetem em diferentes contextos históricos. Afinal, esta é a metodologia explorada para selecionar as fotografias para a análise, considerar os momentos e as circunstâncias em que elas se repetem.

Essa análise revelará a relação simbólica construída sobre a fábrica de cimento na identidade local, sendo mais um território de poder. Além destas fotografias, faço um estudo de memória dos autores que escreveram sobre a história de Itaú de Minas. O Trabalho de Conclusão de Curso de Moisés Alves Amorim (2000) e de Vânia Antônia Campos (2001) e o livro autobiográfico de memórias do primeiro prefeito de Itaú de Minas (2001), Alberto Kirchner de Andrade, ambos moradores dessa localidade.

Essas análises identificam semelhanças e diferenças que apontam para a construção de uma “história oficial”, que por sua vez exerce uma relação de poder sobre outras histórias. Ao buscar a história da cidade, esses trabalhos cumprem um importante papel, eles constroem uma narrativa sobre a comunidade estudada. Por isso, esse trabalho ao cruzar as memórias, têm como

hipótese que foi nesse contexto histórico (2000-2001) que se formou um grupo de contadores de história do município⁹⁴.

No primeiro capítulo, utilizei as obras desses autores para cruzar elementos (memórias) da história local, com o objetivo de nos introduzir no “lugar” de onde se fala. Agora a metodologia é outra, deslocando-nos do onde para o como, as memórias desses historiadores e memorialista serão confrontadas a partir das seguintes questões: Como a fábrica de cimento está sendo lembrada na história que eles constroem? Quais as memórias sobre a mineradora que eles optaram por compor suas narrativas? Os impactos socioambientais aparecem nesse “campo de produção cultural”?

2.1. PAISAGEM E MEMÓRIA DE ITAÚ DE MINAS

Para entendermos a discussão que será levantada, deixe-me explicar alguns conceitos norteadores dessa pesquisa, em especial desse capítulo. Um conceito importante é o de “memória coletiva”. Segundo o historiador Maurice Halbwachs em seu texto publicado inicialmente em 1952 (*A Memória Coletiva*), diz que:

Ainda não estamos acostumados a falar da memória de um grupo, mesmo por metáfora. Parece que tal faculdade só pode existir e perdurar na medida em que está ligada a um corpo ou um cérebro individual. No entanto, admitamos que existam duas maneiras de organizar as memórias e que elas possam, às vezes, agrupar-se em torno de uma pessoa específica, que as considera do seu ponto de vista, ou distribuir-se dentro de uma sociedade, grande ou pequena, sendo cada uma delas uma imagem parcial. Haveria, portanto, memórias individuais e, se preferirmos, memórias coletivas. Em outras palavras, o indivíduo participaria de duas formas de memória. Mas, dependendo se ele participa de uma ou de outra, ele adotaria duas atitudes muito diferentes e até mesmo oposta. Por um lado, é no contexto de sua personalidade ou de sua vida pessoal que suas memórias se encaixariam: aquelas que são comuns a ele e a outros seriam considerados por ele apenas sob o aspecto que o interessa, na medida em que se distingue deles. Por outro lado, ele seria capaz, em certos momentos, de se comportar simplesmente como membro de um grupo que contribui para evocar e manter memórias impessoais, na medida em que essas memórias interessam ao grupo. Embora essas duas memórias se cruzem frequentemente, especialmente se a memória individual pode, para confirmar algumas lembranças, para especificá-las e até mesmo para preencher algumas de suas lacunas, apoiar-se na memória coletiva, colocar-se nela, confundir-se momentaneamente com ela, ela ainda segue seu próprio caminho, e toda essa contribuição externa é assimilada e incorporada progressivamente à sua substância. A memória coletiva, por outro lado, envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui de acordo com suas próprias leis, e se algumas memórias individuais penetram nela de vez em quando, elas mudam de forma assim que são colocadas em um conjunto que não é mais uma consciência pessoal.⁹⁵

⁹⁴ O que Bourdieu chama de “campo de produção cultural” em: BOURDIEU, Pierre. *A gênese dos conceitos de habitus e de campo*. In.: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

⁹⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004, p. 53-54.

No primeiro capítulo problematizei fragmentos das obras dos autores que contam a história local, nesse capítulo, meu olhar é outro. Ele é guiado por esse conceito de memória coletiva, onde busco identificar pontos em comuns nas distintas memórias individuais sobre a mineradora, isto, com o objetivo de perceber como a fábrica é lembrada na “memória oficial”.

Já a paisagem, de forma simples, poderíamos pensar que é o traço da cultura humana na representação de um espaço. De acordo com Simon Schama, “paisagem” e “memória” são indissociáveis⁹⁶. Parto dessa relação para introduzir a análise de memória. A memória se manifesta também nos elementos visuais, o texto não-verbal implícito na paisagem é o atravessamento da cultura, corresponde aos elementos da memória de uma determinada sociedade ou grupo social.

Para observar aspectos dessa paisagem, serão analisadas três fotografias de épocas diferentes, utilizadas ou criadas em momentos significativos para o objetivo desse trabalho. A primeira foi criada durante o churrasco organizado pela fábrica (Companhia de Cimento Portland Itaú) fez para a inauguração do seu segundo forno em 1941, a segunda foi usada em 2001 no jornal de edição especial feito pela prefeitura para comemorar o aniversário de emancipação de Itaú de Minas e a última paisagem analisada é uma fotografia utilizada pelo jornal regional Folha da Manhã para anunciar notícias sobre Itaú de Minas em 2024.

Essas três fotografias revelam símbolos que permanecem ao longo do tempo, se tornando uma espécie de “cartão-postal” da cidade. Segundo Schama, “Perceber o contorno fantasmagórico de uma paisagem antiga, sob a capa superficial do contemporâneo, equivale a perceber, intensamente, a permanência dos mitos essenciais”⁹⁷. Começando pela fotografia do churrasco feito pela fábrica, as memórias de Andrade já faziam alusão a esse evento, vejamos:

Em 1941, a Cia. Cimento Portland Itaú, inaugurava o seu segundo forno, oferecendo um grande churrasco à população de Itaú e a vários convidados. Este churrasco foi realizado num antigo campinho de futebol que existia no final da atual Rua Alberto Knauff. [...] Nesta época Itaú possuía uma população considerável, estabelecida, principalmente em torno da Fábrica da Itaú.⁹⁸

A lembrança desse dia do ano de 1941, três anos após o início das explorações da mineradora, revela reflexões interessantes. Primeiramente, pelo fato de a mineradora fazer da inauguração do seu segundo forno uma comemoração pública, isto é, “um grande churrasco à

⁹⁶ SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1995, p. 17.

⁹⁷ *Ibidem*, p. 27.

⁹⁸ ANDRADE, A. K. Estação Itaú: berço histórico de uma cidade, *op. cit.*, p. 19.

população”. Algo que estava rendendo lucros as economias privadas de alguns e impactos a todos (público), fazia da intensificação desse processo um evento comemorativo. Esse acontecimento mostra o método de relacionamento da mineradora com a comunidade nos primeiros anos de sua existência.

Outro ponto interessante é a descrição da paisagem de Itaú de Minas nessa época. Essa caracterização de que a comunidade se estabelecia em torno da mineradora, compõem as paisagens construídas sobre essa comunidade até os dias atuais. Mesmo com a mudança do parque industrial para outro espaço na década de 1960⁹⁹, a presença dos lotes urbanos em meio às antigas chaminés da fábrica de cimento, ainda “fabricam” a paisagem construída sobre Itaú de Minas.

Figura 3 – Fotografia do churrasco de inauguração do segundo forno da fábrica



(Imagem do acervo da Prefeitura Municipal de Itaú de Minas, 2026)

A fotografia acima, referente ao dia do churrasco, está arquivada no site da prefeitura local. O enquadramento da fotografia mostra aspectos que se tornaram símbolos de Itaú de

⁹⁹ A fábrica construída entre 1937 e 1939, fez com que os loteamentos fossem construídos ao entorno dela. Esse primeiro parque industrial funcionou até a década de 1960, quando gradualmente a mineradora mudou e aumentou o seu parque industrial para a localidade conhecida como “Região da Taboca”. Essa atual área industrial – a fábrica, fica ao lado da cidade, e não mais no meio.

Minas, como as chaminés da fábrica e ao entorno, as casas e a igreja matriz. Esta fotografia, ou melhor dizendo, esta paisagem criada, não mostra as preocupações socioambientais e as desigualdades sociais presente nesse universo representado. Ao contrário, essa paisagem faz uma união harmoniosa entre a sociedade (multidão de pessoas), fábrica e a Igreja, considerando também o momento em que foi tirada.

Saber quem tirou a foto ajudaria a montar esse quebra cabeça paisagístico¹⁰⁰. Em comparação com a paisagem pintada, Schama diz que “[...] o gesto organizador do artista apenas se transfere da mão do pincel para o dedo obturador. E, nesse instante isolado de enquadramento, as velhas criaturas da cultura saem da toca, arrastando atrás de si as lembranças de gerações anteriores”¹⁰¹.

Apesar de não conseguir relacionar as interpretações visuais à pessoa ou organização que escolheu o ângulo e tirou a fotografia, os sentidos e significados nessa fotografia permitem refletirmos sobre os símbolos que passariam a compor a paisagem/memória de Itaú de Minas. Esta se torna uma imagem-lembrança significativa para instituir os lugares comuns de rememoração de Itaú de Minas.

Figura 4 – Fotografia de Itaú de Minas no jornal comemorativo da prefeitura



(Imagem do acervo da Prefeitura Municipal de Itaú de Minas, 2001, p. 3)

Essa outra fotografia, cujo ano em que foi tirada e autoria não foi identificado, é outro exemplo que mostra esses símbolos que compõem a paisagem frequentemente utilizada. Desta

¹⁰⁰ Apesar desta informação ser desconhecida, essa foto é relevante pelo momento que foi tirada e pelo fato de ser uma das poucas fotografias preservadas até os dias atuais. Ela está digitalizada no site da prefeitura. O sobrado em destaque na parte inferior da direita, era o escritório da fábrica, que foi construído a partir de 1937.

¹⁰¹ SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória, *op. cit.*, p. 23.

vez, a reflexão parte do um Jornal de edição comemorativa dos 14 anos da emancipação de Itaú de Minas realizado pelos grupos políticos na esfera do poder público no ano de 2001. Na parte do jornal que fala sobre a mineradora, cujo título destacado é “UMA AVENTURA - A fundação da Fábrica de Cimento”, é utilizado a imagem acima e trechos da monografia de Vânia Antônia Campos¹⁰².

[...] A fundação da Companhia de Cimento Portland Itaú veio aquecer a economia local atraindo para a região, além de trabalhadores, vários comerciantes que contribuíram para um desenvolvimento diferenciado em Itaú.

A paisagem familiar da cidade modificou-se a partir de então. A construção deu origem ao processo de migração devido à oferta local de empregos, e possibilitou a adaptação do trabalhador rural à cena industrial.¹⁰³

A noção da paisagem nesse documento é construída pela junção do texto verbal e não verbal. A noção de ruptura e modificações acontecidas com a vinda da mineradora proposto pelos “verbos” citados, em contraste com a fotografia acima, revela essa paisagem frequentemente utilizada sobre Itaú de Minas, desta vez memorada na efeméride da emancipação em 2001. Essa fotografia é capturada de forma que em primeiro plano, aparecesse as chaminés da fábrica, e em segundo, às sombras da chaminé, fique a igreja, destacando esses dois símbolos em meio as casas, que com uma serra, são separados do céu. Enquanto o texto verbal dá o tom de civilização industrial. O fantasma (memória) do progresso orchestra essas escolhas.

Continuando, outra fotografia amplamente utilizada pelo principal jornal da maior cidade próxima (Passos) – Folha da Manhã, revela a persistência por esses símbolos enquanto cartões postais. Vejamos:

¹⁰² CAMPOS, V. A. A Emancipação Política e Administrativa de Itaú de Minas, *op. cit.*, p. 47.

¹⁰³ ITAÚ DE MINAS, Prefeitura de. A fundação da Fábrica de Cimento: "UMA AVENTURA". In.: Itaú de Minas: Trajetória de uma cidade progressista - Edição comemorativa de 14 anos de emancipação, Itaú de Minas, p. 3, 10 set. 2001, p. 3.

Figura 5 – Fotografia utilizada pelo jornal regional para anunciar Itaú de Minas



(Imagem presente no jornal Folha da Manhã de Passos edição online, 2024)

Essa fotografia foi usada em 2024 na manchete do principal jornal regional que fica na cidade de Passos-MG, o Folha da Manhã, denominada “Itaú tem a melhor qualidade de vida na região, aponta IPS”¹⁰⁴. Como na análise da fotografia anterior, a paisagem nesta também é criada pelas intenções do texto verbal. Porém é importante ressaltar que essa fotografia não foi usada somente na notícia comentada, ela é utilizada para construir paisagens em outras notícias¹⁰⁵. Essa repetição, reforça mais ainda sua função enquanto “paisagem oficial de Itaú de Minas”. Esta, diferente das outras duas, não aparece o símbolo da igreja, mas as chaminés da fábrica antiga não ficam de fora, é o elemento simbólico principal na paisagem de Itaú de Minas. Esse universo simbólico se reflete na “memória oficial”, onde os custos socioambientais não fazem parte.

O jornal traz uma tabela com vinte e sete cidades do espaço chamado de sudoeste mineiro, sendo Itaú de Minas a com o melhor índice entre elas. O Índice de Progresso Social (IPS), segundo os institutos e fundações que criam esse índice, o método se baseia nos indicadores do Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Instituto Brasileiro de Geografia

¹⁰⁴ RENATO, Carlos. Itaú tem a melhor qualidade de vida na região, aponta IPS. Folha da Manhã, Passos-MG, 16 jul. 2024. Disponível em: <https://clicfolha.com.br/itau-tem-a-melhor-qualidade-de-vida-na-regiao-aponta-ips/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

¹⁰⁵ Títulos de outras notícias na qual foi vinculado essa fotografia: “Prefeitura de Itaú retoma festa do peão no Festival Raízes”, “Votorantim abre inscrições para Jovem Aprendiz em Itaú” e “Itaú disputa prêmio entre municípios mineradores do país”.

e Estatísticas, Conselho Nacional de Justiça, entre outros. Mas será que a qualidade de vida é um exemplo entre as vinte e sete cidades comentadas? Façamos rápido um giro no tempo.

Nos anos de 2008, 2009 e 2010, a Secretaria de Meio Ambiente responsável registrou emissões acima do permitido de dois poluentes nocivos à qualidade de vida dos itauenses, o Monóxido de Carbono e o Material Particulado¹⁰⁶. Por causa dessa poluição acima do permitido, o Ministério Público entra com uma Ação Civil Pública (ACP) contra a mineradora. Veremos melhor a história desse processo no terceiro capítulo.

Em 2004, um vizinho da fábrica, Laureano de Souza Amorim, foi à Promotoria de Justiça da comarca local denunciar a fábrica por poluição hídrica e atmosférica. Outro indício para terminar esse giro, é um documento da prefeitura de Pratápolis de 1970, município que Itaú de Minas era distrito na época, ele diz que:

O Grande problema da cidade de Itaú de Minas é a poluição da atmosfera, pela poeira lançada pela Cia. de Cimento Itaú, ficando a cidade bem na direção dos ventos dominantes, estando, pois, os telhados das habitações permanentemente cobertos de poeira, bem como as vias públicas, o que torna uma cidade, de certa forma, inóspita.¹⁰⁷

A qualidade de vida em Itaú de Minas deve ser questionada quando a prerrogativa for as questões socioambientais, como por exemplo a poluição atmosférica. Enunciar que Itaú de Minas tem a melhor qualidade de vida na região em junção com a fotografia analisada, com a simbologia da chaminé da antiga fábrica de cimento em meio às casas, corrobora com a visão da memória dominante, no qual associa-se a fábrica à modernidade (progresso, desenvolvimento, emprego).

De acordo com Schama, a lembrança é uma das camadas da paisagem¹⁰⁸. A presença das chaminés da fábrica antiga, continua compondo esse ponto simbólico da “paisagem” de Itaú de Minas. Considerando a última fotografia, continua sendo referente a fábrica que já foi desativada, isso mostra o quanto simbólico é, ainda persiste nas associações à cidade, nas lembranças. Na perspectiva de Pierre Nora, podemos interpretar que essas fotografias, cujas paisagens são formadas por esse símbolo que fica em destaque, é um “lugar de memória”, onde

¹⁰⁶ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Ação Civil Pública n.º 0028069 19.2013.8.13.0529. Averiguação de poluição atmosférica. Representante: Ministério Público e Representado: Votorantim Cimentos S.A., de 2013.

¹⁰⁷ PRATÁPOLIS, Prefeitura Municipal de. Relatório preliminar de desenvolvimento integrado de 1970, *op. cit.*, p. 54.

¹⁰⁸ SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória, *op. cit.*, p. 17.

a memória “[...] se apoia inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem”¹⁰⁹.

O indício da chaminé da fábrica, o principal símbolo de modernidade nessas análises, está sob diferentes ângulos nas fotografias. Quem tirou as fotos, independentemente do local onde estava no espaço urbano no momento do *click*, enquadrou a câmera de modo que as chaminés não ficassem de fora da paisagem construída. Esse símbolo é responsável pela definição de um grupo enquanto tal, ele constrói uma territorialidade no campo da memória, cujo conceito de “paisagem” se torna útil. Ele carrega consigo o significado de modernidade, como veremos, esse sentimento também está nas memórias construídas nos trabalhos de Alberto Kirchner de Andrade, Vânia Antônia Campos e Moisés Alves Amorim. No quarto capítulo, apresentarei outra perspectiva para olharmos para as chaminés, ressignificando os sentidos construídos em torno dela. Por hora, reconheçamos que o enquadramento das fotos privilegiam a paisagem humana construída pela Fábrica de Cimento (chaminés). E o enquadramento nos dá indícios dos quadros sociais que sustentam ou instituem as memórias individuais, a considerarmos a concepção de memória de Maurice Halbwachs.

2.2. OS CONTADORES DA HISTÓRIA LOCAL

Quem for fazer uma pesquisa sobre a história de Itaú de Minas, irá encontrar três trabalhos sobre a história da cidade. Um deles é uma monografia que está digitalizada no acervo da Universidade de Franca (Unifran). Através das referências desse trabalho defendido em 2001 ou de conversas com alguns itauenses, poderá encontrar o livro de memória do primeiro prefeito de Itaú de Minas também publicado no mesmo ano, em 2001. Este não está digitalizado. Esses dois trabalhos dialogam, como veremos.

Timidamente, na monografia é referenciado outro importante trabalho sobre a história de Itaú de Minas, uma outra monografia que está arquivada e não digitalizada no acervo da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Franca, defendida um ano antes aos outros dois (2000). Este trabalho, diferentemente dos posteriores, tem como objetivo pensar outro contexto histórico - (1910-1937), enquanto a monografia e o livro constroem a memória da emancipação política da cidade que aconteceu em 1987. A diferença do objeto discutido, não determina que

¹⁰⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993, p. 14.

a memória dos grupos políticos vencedores da emancipação, presente nos outros autores, estivesse presente nesse também. Apesar desses diferentes trabalhos estarem conectados ao mesmo período histórico, a análise deles aponta semelhanças e diferenças significativas.

2.2.1. Vânia Antônia Campos

Vânia Antônia Campos é professora na rede básica de ensino em Itaú de Minas, graduou-se em História na cidade paulista vizinha Franca em 2001, na faculdade privada Unifran (Universidade de Franca). Nasceu em Itaú de Minas em 1979. Entre os anos de 1998 até 2001, fez um “Curso de Graduação” em Ciências Sociais na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), na época em que ainda não era pública¹¹⁰, onde desenvolveu uma pesquisa nos asilos a fim de identificar as condições de vida neles.

Ela participou, com a prefeitura, na pesquisa “[...] para a publicação do Jornal em comemoração do 14º aniversário de emancipação política, quando, também, foi montada uma fita de vídeo comemorativo que relatava a história da localidade, através de fotografias, desde o início do séc. XX”¹¹¹. Campos estava articulada com o grupo político da prefeitura, é nesse jornal que ela menciona a segunda fotografia analisada na primeira parte deste trabalho.

A monografia de Vânia Antônia Campos, defendida em 2001, tem como objeto pesquisar o processo de emancipação política e administrativa de Itaú de Minas. Apesar de esse ser o foco, seu trabalho constrói a memória de vários aspectos da cidade, como veremos sobre a fábrica. Seu trabalho pretende construir uma memória histórica, não somente sobre o processo político, essas intenções estão claras, inclusive no título de um dos tópicos denominado de “História Oficial de Itaú de Minas”.

Desse modo, veremos as “paisagens” de Itaú de Minas construídas por Campos, e a relação com a fábrica de cimento. Começamos com a descrição que ela faz sobre a cidade na década de 1990, dizendo que a cidade “É hospitaleira com vários projetos de solidariedade em ação, onde investimentos e progresso caminham juntos, tornando-se assim uma cidade modelo, com experiência de um velho, mas com sonhos de um adolescente de 14 anos”¹¹².

Uma cidade “hospitaleira”, com “investimentos” e “progresso”, isto é, uma “cidade modelo”. Essa descrição é um ótimo exemplo para retomarmos a análise da fotografia utilizada

¹¹⁰ A Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) se tornou pública em 2007.

¹¹¹ CAMPOS, V. A. A Emancipação Política e Administrativa de Itaú de Minas, *op. cit.*, p. 2.

¹¹² *Ibidem*, p. 55.

para noticiar a suposta qualidade de vida de Itaú de Minas. A ideia de que essa cidade representa o progresso, se manifesta na memória. Ainda nesse mesmo sentido, ao refletir sobre o processo de emancipação, Campos diz que “Atualmente, mesmo estando diante da instabilidade política, econômica e social reinantes em nosso país, Itaú de Minas caminha dentro de suas possibilidades em direção ao progresso”¹¹³. Na interpretação dessas palavras, Itaú de Minas parece não fazer parte da realidade do país, se torna um “lugar congelado no tempo”, para lembrar de Yi-Fu Tuan.

Quando ela descreve Itaú de Minas na década de 1920, o sentimento em relação ao progresso, que segundo ela ainda estava por vir com a instalação da fábrica, não deixa de aparecer. Ela diz que “[...] Itaú era um pequeno povoado, com dezenas de casas ao redor da estação, um lugar tranquilo e desprovido de avanço e conforto [...]”¹¹⁴.

Independentemente da época que está sendo evocada, a memória construída por Campos parte do presente da evocação (2001). As lembranças não são retratos fiéis aos fatos e contextos históricos lembrados (década de 1990 e 1920), mas são reflexos da memória construída no ano de 2001. Essas memórias estão ligadas a fatores da época em que foram escritas, elas têm um caráter vivo, político e simbólico, é “[...] um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”¹¹⁵.

Dizer que Itaú de Minas antes da vinda da fábrica de cimento era um lugar desprovido de avanço e conforto, é associar que o “progresso” e o bem-estar – “conforto” dos itauenses está estritamente ligado a cimenteira. Justificar a ideia de “progresso” à presença da fábrica, é no mínimo compreensível, pois o desenvolvimento urbano da localidade estudada se explica pela vinda da Cia. de Cimento Portland Itaú, ela potencializa as redes de capital e trabalho na comunidade como vimos no primeiro capítulo. Agora, ao associar essa realidade ao sentimento de “conforto”, Campos traduz a subjetividade buscada nessa análise.

A memória oficial construída sobre Itaú de Minas coloca no esquecimento os desconfortos causados pela fábrica, os impactos socioambientais não são interpretados nessas memórias. Como foi discutido no tópico anterior e como veremos nos próximos capítulos, diferentes documentos apontam indícios de que os impactos sempre aconteceram. Isso abre interpretação para pensarmos que grupos diretamente afetados pela poluição interpreta(vam)

¹¹³ CAMPOS, V. A. A Emancipação Política e Administrativa de Itaú de Minas, *op. cit.*, p. 100.

¹¹⁴ *Ibidem*, p. 58.

¹¹⁵ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares, *op. cit.*, p. 9.

sim os impactos, já a memória oficial condicionada pelas relações de poderes exercidas pela mineradora, silencia(va) essas marcas na história.

Em relação a um dos personagens locais que fundou a mineradora, Joaquim Mário de Oliveira, Campos diz que:

[...] Joaquim Mário sabia onde pisava. Ele já conhecia Itaú e suas terras ricas em jazidas de calcário, pois era um dos donos de uma empresa concessionária de energia elétrica sediada em São Sebastião do Paraíso, a 57 km de Passos, e costumava andar pela região, guiado por sua curiosidade.¹¹⁶

Será que “curiosidade” é o melhor sentimento para explicar historicamente os anseios do latifundiário e empresário Joaquim Mário de Souza? Usar a palavra “curiosidade” ao relacioná-lo com o espaço estudado, constrói uma memória no qual o fundador da fábrica é visto como o empreendedor, uma espécie de visionário exemplar. Sendo que os custos socioambientais provocados por seus negócios, não são considerados nessa narrativa construída, isto é, nessa interpretação atribuída a ele.

2.2.2. Alberto Kirchner de Andrade

O pai de Alberto Kirchner de Andrade veio da Alemanha para a região (Passos) na década de 1930¹¹⁷, lembrado pelos seus negócios com as “Caeiras”, nome dado para a fabricação de cal realizada em fornos revestidos de tijolos, que já acontecia antes da construção da fábrica de cimento¹¹⁸. Em 1962 seu irmão foi eleito para vereador e em 1963 foi vice-prefeito do município do qual Itaú de Minas era distrito (Pratápolis). Desse modo, Andrade assim como Campos, nasceram em Itaú de Minas, o ambiente político para ele estava dentro inclusive dos espaços privados, considerando que sua família atuava politicamente na comunidade.

Em 1970 Andrade entra para a política como vereador, representando o distrito de Itaú de Minas na Câmara de Pratápolis. Aí está o objetivo principal da memória construída por ele, destacar ele e seu grupo político e social no processo de emancipação de Itaú de Minas, na construção de uma história. Quando emancipado o município, Andrade se torna o primeiro prefeito de Itaú de Minas (1989-1992). Em 2001 ele lançou seu livro de memórias, onde narra uma história dessa localidade, começando pela colonização. Nesta obra, evoca as origens do

¹¹⁶ CAMPOS, V. A. A Emancipação Política e Administrativa de Itaú de Minas, *op. cit.*, p. 46.

¹¹⁷ Andrade diz isso, e não explica o motivo da imigração. Ver: ANDRADE, A. K. Estação Itaú: berço histórico de uma cidade, *op. cit.*, p. 19.

¹¹⁸ Não foi a “curiosidade” de Joaquim Mário como Campos diz, que explica a construção da fábrica de cimento nesta época. As jazidas já eram comercializadas.

povoado, escreve sobre o “primeiro lote”, “primeira Igreja”, “primeira escola”, “instalação das usinas hidrelétricas e da CCPI¹¹⁹”, até começar a narrar a história da emancipação.

Assim como as similaridades apontadas entre as paisagens construídas tanto pelas fotografias quanto por Campos, os significados de “progresso” e “modernidade” atribuídos à memória da fábrica de cimento também está presente em Andrade. Apesar deste fazer um silenciamento político da fábrica na medida que precisa destacar o espaço do seu grupo na história, as interpretações atribuídas à fábrica sobre sua relação com a cidade, são pautadas pela memória de modernidade. Ao falar sobre a construção da fábrica, Andrade diz que

Em 1937, apesar dos problemas de ordens econômicas e sociais, normais para uma região desprovida de meios adequados para receber um impacto de investimentos de capital e riquezas, nosso povo soube conceber na sua singularidade urbanística mais uma expressão arquitetônica, testemunha da maturidade dos homens que a idealizaram.¹²⁰

Nessa memória, a relação entre a fábrica e a população é construída de forma harmônica. A paisagem que Andrade cria, assim como nas fotografias analisadas, remete ao antigo parque industrial da Votorantim Cimentos, a “expressão arquitetônica em meio a singularidade urbanística” é a fábrica de cimento com as suas chaminés. Não há uma reflexão crítica sobre os impactos socioambientais provocados pela mineradora, ao contrário, a memória dos fundadores estão postas de forma muito carinhosa por esses autores.

Há um predomínio das noções de “progresso”, de crenças da modernidade. Nesse sentido, outro elemento que compõe a paisagem moderna de Itaú de Minas, além da fábrica (chaminés) e a igreja, são as memórias da estação ferroviária da cidade. Ao falar sobre a instalação da fábrica, ele diz que Itaú de Minas se tornou em um “[...] irresistível polo gerador de desenvolvimento para toda a região e que a ESTAÇÃO DE ITAÚ, seria o berço histórico de uma das mais importantes empresas brasileiras produtoras de cimento e cal”¹²¹.

Ao construir memórias sobre a primeira década da fábrica nesse espaço, ele diz que “A Cia. Cimento Itaú, continuava sendo a maior fonte de recursos do município, bem como a maior empregadora, tendo contribuído muito para o progresso de Itaú de Minas”¹²². Outro elemento que chama atenção é a memória da mineradora enquanto “empregadora”. O argumento do

¹¹⁹ Sigla do nome da fábrica na época (1937-1977), Companhia de Cimento Portland Itaú.

¹²⁰ ANDRADE, A. K. Estação Itaú: berço histórico de uma cidade, *op. cit.*, p. 16.

¹²¹ *Ibidem*, p. 17.

¹²² *Ibidem*, p. 24.

“emprego” é mais um elemento dessa paisagem moderna. Esse argumento se repete na defesa da fábrica em diferentes processos criminais.

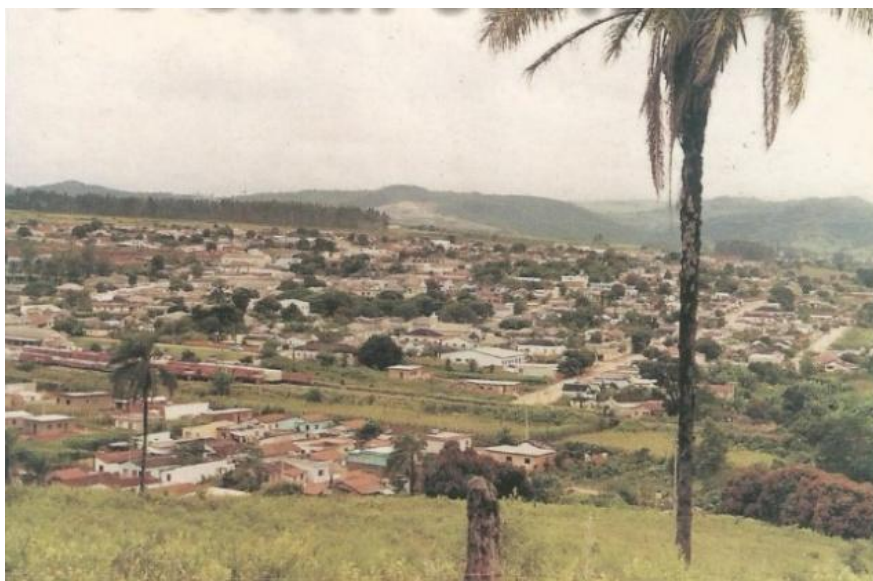
Nas suas memórias, é quando ele começa na política (1970) que a presença política da fábrica toma novas interpretações. Apesar da memória construída sobre a fábrica de cimento ainda ter pontos em comuns com as análises já apresentadas, como vimos, ao falar sobre sua atuação política, a evocação da fábrica é reduzida. Andrade diz que os fundadores da fábrica foram para São Paulo e apareciam esporadicamente de avião, e que houve uma “crise administrativa interna”. Após essas interpretações, a história de Itaú de Minas é contada unicamente a partir dos grupos políticos envolvidos no processo de emancipação e a fábrica passa a não compor mais uma “liderança” política nesse espaço, como ele dizia ser antes.

Sobre a “crise administrativa interna”, alguns indícios apontam para isso. Como vimos na primeira parte deste trabalho, anos antes (1964) os dirigentes da fábrica estavam atuando em São Paulo devido aos negócios bancários, do Federal Itaú S.A. nessa época. E não esqueçamos que anos depois (1977), a Companhia de Cimento Portland Itaú seria vendida para a mineradora Votorantim Cimentos. Portanto, apesar destes sinais que apontam para essa crise que de fato houve, essa transformação deve ser mais estudada para conclusões mais precisas. Mas de toda forma, é impossível tirar a fábrica do cenário político, como vimos as próprias decisões sobre a emancipação giravam em torno da renda proporcionada pela fábrica de cimento¹²³. O que vemos a partir desse momento em seu livro, é um silenciamento da fábrica para o enaltecimento do seu grupo político. Esse silenciamento operado por ele¹²⁴ pode ser observado também na capa do seu livro.

¹²³ Essas informações foram encontradas em fragmentos do jornal Folha da Manhã guardados pela prefeitura de Pratápolis no pequeno museu da estação Cultural. O título da manchete é “Maioria na Câmara decide apoiar Novelli: Novelli não descarta mais demissões”, circulado dia 31 de agosto de 1989.

¹²⁴ Ele e seu “grupo político” – memória coletiva.

Figura 6 – Fotografia da capa do livro de Andrade (2001)



(Imagem presente na capa do livro “Estação de Itaú” de ANDRADE, 2001)

Em contraposição às fotografias analisadas na primeira parte, essa fotografia utilizada por Andrade para compor a capa do seu livro, foi tirada de um ângulo no qual optou-se por não registrar as chaminés da antiga fábrica. O que aparece no centro à esquerda, é a Estação de Trem desativada, que segundo o próprio título¹²⁵, é o “berço histórico de uma cidade”. A estação também é um símbolo que remete à modernidade. A relação da fábrica com a “história oficial” escrita por Andrade é pautada pela memória de aspectos da modernidade (progresso, emprego e desenvolvimento). O silenciamento operado por ele sobre a fábrica, é compreendido pela própria “natureza” do seu trabalho. Ou podemos considerar que o enquadramento é outro, pois é sintoma de que suas lembranças pertencem a outro quadro social?

Cronologicamente, ele fala sobre várias origens locais (primeiras fazendas, Estação, fábrica, igreja, entre outros), nesse momento sua memória evoca insistentemente a fábrica, em diferentes momentos, e quando chega na década de 1970, ele começa a escrever suas memórias biográficas. Os processos políticos de emancipação de Itaú, onde sua atuação individual é evidenciada, ganham o centro na sua - “história oficial”, a memória dele (memória individual) e do seu grupo social (memória coletiva) aparece ao passo que a exclusividade da fábrica de cimento desaparece. Isso se explica pelo próprio propósito dele ao escrever o livro, que é narrar a história da cidade e a sua de modo que sejam uma só. Sobre as origens, Nora

¹²⁵ “Estação de Itaú, berço histórico de uma cidade”.

(1993) fala que o papel dessas memórias nas experiências humanas, “[...] contribuía para dar a uma sociedade em via de laicização nacional seu sentido e sua necessidade do sagrado. Mais as origens eram grandes, mais elas nos engrandeciam”¹²⁶.

O objetivo deste item do capítulo foi mostrar como a fábrica é lembrada na “história oficial”, compreender quais os sentidos históricos são atribuídos a um empreendimento multi poluidor. Nesse sentido, percebe-se que tanto Andrade quanto Campos, ao tratar a memória da fábrica, a relaciona com o “progresso”, “desenvolvimento” e “empregos”.

2.2.3. Moisés Alves Amorim

Já o historiador Moisés Alves Amorim¹²⁷, em 2000 defendeu seu Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Franca-SP. A história contada pelo itauense Moisés Alves Amorim atribui à fábrica interpretações que o diferencia dos demais trabalhos estudados. Seu trabalho tem como objetivo estudar os processos de modernização da região antes da construção da fábrica de cimento, buscando entender esse processo a partir de outros fatos intimamente ligados. Amorim conclui que esse processo maior de modernização deste espaço foi orquestrado pela elite local, significando a inserção do “sudoeste mineiro” à economia do estado de São Paulo. Essa captação de produtos pela economia paulista já acontecia nas proximidades, por causa das lavouras de café em São Sebastião do Paraíso, este município já fazia ligação com o estado de São Paulo.

As análises de Amorim apontam que a construção de hidrelétricas e da ferrovia, eram as estruturas que estavam sendo montadas para que fosse possível a construção de uma fábrica de cimento, como foi mostrado no capítulo anterior. A logística que precisava foi sendo construída, a energia e a ferrovia para escoar o cimento, e um nome estava por trás desses diferentes processos - Joaquim Mário de Oliveira.

Esta relação feita por Amorim sobre o fundador da fábrica, constrói uma outra interpretação histórica sobre a fábrica na história da cidade. O “progresso” e a “modernização” não são atribuídos unicamente à vinda da fábrica, mas à uma série de processos que explicam a construção dela. O fundador da fábrica aqui não é lembrado unicamente por ela, mas como um membro da elite local que articulava diferentes negócios, ligados ao processo de

¹²⁶ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares, *op. cit.*, p. 19.

¹²⁷ Em diálogo com o itauense Ronaldo Amorim Teixeira, descobri que Moisés Alves Amorim morreu de acidente em 2009 na MG050, após voltar de carro da cidade de Passos pela madrugada. Já os outros autores (Vânia A. Campos e Alberto K. Andrade) estão vivos e ainda moram em Itaú de Minas.

modernização. Porém, um ponto de contato dele com os outros trabalhos é o que eu chamo de “miopia socioambiental”, as críticas levantadas sobre a fábrica, sejam modestas ou não, não são tecidas às luzes da problemática tema da minha pesquisa.

Ao falar sobre a “chegada” da fábrica de cimento, é interessante notar a associação feita entre resistência e a fábrica, não somente enquanto força política e econômica, mas também como resistências no campo cultural. Porém, está “resistência” não significa um enfrentamento direto contra a fábrica, mas na transformação de novos modos de vida, com rupturas e permanências. Como já explanado, interpreto que as transformações estavam sendo provocadas no estilo de vida das pessoas que ali habitavam, na vida cotidiana, nas relações de trabalhos que mudava. Deste modo, ao ver isso, Amorim associa essa permanência dos traços culturais como uma resistência as mudanças impostas pela fábrica em diferentes territorialidades.

Segundo Amorim, “A modernização pode ser entendida como o desenvolvimento econômico que influi e interferiu nas formas como o lavrador-roceiro organizava a sua vida”¹²⁸. Observa-se que o sentido atribuído pelo autor ao processo de modernização local, leva em consideração pontos não lembrados por Campos e Andrade. A transformação no modo de sociabilidade local é uma memória que não compõe a “história oficial”.

Ao criar a paisagem anterior à vinda da fábrica (década de 1930), ele diz que a população local “[...] era composta basicamente de lavradores-roceiros, o local era carregado de hábitos e tradições sertanejos, com o cultivo de roças de subsistência e as pequenas criações”¹²⁹. Nesta parte, retomando o conceito de paisagem, é interessante analisar o “quadro simbólico” proposto por Amorim. A figura do “sertanejo” se contrapõe à “modernização”, representada principalmente pela cimenteira. O título geral do trabalho é bem expressivo nesse sentido, “Transformação e Modernização em Itaú de Minas: da paisagem sertaneja à indústria do cimento”. O conceito de paisagem é utilizado por ele, mas não explicado teoricamente.

A paisagem de Itaú de Minas é construída, pelos circuitos de memórias e discursos, de modo que a fábrica seja lembrada pelo “progresso” e “desenvolvimento”, ao passo que seus impactos não fazem parte da história contada. O giro temporal feito através das fotografias (1941, 2001, 2004) na primeira parte, apresentou aspectos da memória que também são

¹²⁸ AMORIM, Moisés Alves. Transformação e Modernização de Itaú de Minas: da paisagem sertaneja à indústria do cimento (1910-1937), *op. cit.*, p. 49.

¹²⁹ *Ibidem*, p. 52.

encontrados nos trabalhos estudados dos itauenses. Segundo Pollak, ao conceituar o que ela chama de “não-dito” em uma sociedade, ele diz que:

A fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, em nossos exemplos, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor.¹³⁰

A ideia de resistência construída por Amorim, de que o “estilo de vida sertanejo” resistiu ao tempo às imposições trazidas pelo “estilo de vida industrial” - por isso, “operário sertanejo”, pode ser um indício para pensar outras questões. Essa “resistência”, pode ser o sinal do *modus operandi* da propriedade privada com a presença da fábrica. Será que anterior à vinda da fábrica de cimento, podemos concluir que o acesso à terra era maior, e com a especulação imobiliária provocado pela mineradora, o acesso à terra diminui e forma-se assim uma “classe de operários” em Itaú de Minas? Talvez, a resistência dita por Amorim possa ser compreendida nesse sentido.

Falar sobre a história da resistência à fábrica de cimento, contribui na construção de uma outra memória, colabora para pensar o outro lado da história. Refletir sobre as experiências dos indivíduos que resistiram e enfrentaram a mineradora de alguma forma, é um caminho interessante para escrever essa outra história, que lembre da cimenteira por seus impactos, e não pelo “progresso” visto de cima. As histórias que serão narradas nos últimos capítulo, vai em direção contrária à esse quadro social da memória apontada nesse capítulo. Nesse sentido, vamos agora refletir sobre tentativas de resistência através da Justiça.

¹³⁰ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio, *op. cit.*, p. 8.

CAPÍTULO III: POLUIÇÃO DAS ÁGUAS

Diferentemente de como sugere a paisagem/memória oficial, a dinâmica histórica entre mineração e Itaú de Minas não devem ser lembradas somente pelas memórias de progresso e emprego, mas também precisamos considerar e pautar os problemas socioambientais causados nesse local. Impactos causados em nome de uma exorbitante renda que não fica em Itaú de Minas, enquanto o que fica são a degradação das jazidas – grandes buracos a céu aberto, poluição das águas, a poluição do ar, agredindo humanos e não humanos.

A história que aqui será contada, construída a partir de um estudo minucioso de processos de crimes contra o meio ambiente, terá como objetivo revelar como essa fábrica age em relação ao espaço em que ela está, mas também as leis e a Justiça. Agora, esse trabalho investigará um outro território em que a fábrica atua para manter a roda da exploração e do lucro girando, a justiça. As experiências trocadas entre a mineradora (representada por seus advogados), o Ministério Público, o Tribunal de Justiça, e outros atores jurídicos quando são solicitados (segunda ou terceira instância) forma um território em que a fábrica de cimento atua constantemente no século XXI. Nesse “território da justiça”, a sociedade que sofre com os impactos não o compõe, apesar de ser ela alvo inicial desses impactos¹³¹. As decisões e os caminhos tomados nesse território, devem ser de extrema preocupação para a comunidade, pois dizem respeito sobre em quais linhas a fábrica de cimento que está ali ao lado deles deve funcionar. Portanto, retomando Haesbaert ao falar de uma perspectiva “integradora” de território, esse trabalho a partir desse momento, reivindica a noção de um outro território construído nos tribunais, com atores jurídicos, onde a fábrica exerce seu poder para manter suas vontades acima de todos.

3.1. HISTÓRIA NOS TRIBUNAIS

Boris Fausto diz que o processo é uma “obra de ficção social”¹³². A partir do momento em que a história dos crimes narradas se transformam em “Autos” do processo em andamento,

¹³¹ “Iniciais” porque a comunidade itauense sofre primeiro os impactos e os percebe de forma mais direta por estar ali do lado, usando os rios e respirando o ar que a fábrica polui. Porém, devemos considerar também uma escala planetária para compreendermos a dinâmica desses impactos, que historicamente estão somados com vários outros na desestabilização dos sistemas geológicos – Antropoceno.

¹³² FAUSTO, Boris. Crime e Cotidiano: A Criminalidade em São Paulo (1880-1924) – 2. ed., 1. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p. 32.

os acontecimentos julgados se transformam em “versões” da realidade, no qual cada ator jurídico defende a todo custo, diferentes interesses, as verdades ficam sujeitas a interpretações que podem desconsiderar todo o ocorrido.

Devemos interrogar os diferentes documentos que formam o processo, não se deixando levar pela histórica oficial que esse documento conta. Não podemos

[...] confundir a verdade formal dos autos com a verdade material dos fatos. Assim, para que sejamos capazes de superar esta confusão, deveras ingênua, devemos possuir entendimento heurístico do funcionamento, das dinâmicas, das tensões e das disputas sociais existentes em um processo criminal e judicial, compreendendo estes como produtos de uma construção historicamente contextualizada e fundamentada em interesses múltiplos.¹³³

O historiador Carlos Bacellar, aponta a importância dos processos criminais e cíveis como fonte histórica para o trabalho do historiador. Grande parte dos processos judiciais de séculos passados (XVI-XIX), são importantes fontes analisadas em pesquisas realizadas no país.

São fontes preciosas para o entendimento das atividades mercantis, já que são recorrentes os autos de cobrança judiciais de dívidas e os papéis de contabilidade de negócios de grande e pequeno porte. A convocação de testemunhas, sobretudo nos casos de crimes de morte, de agressões físicas e de devassas, permite recuperar as relações de vizinhança, as redes de sociabilidade e de solidariedade, as rixas, enfim, os pequenos atos cotidianos das populações passadas.¹³⁴

No entanto, além das relações apontadas por esse autor, é interessante destacar que há, também, registro da relação dos seres humanos com os rios, o ar e todo um plano de fundo ecológico. Os processos criminais mudam de acordo com a época, esses documentos são um reflexo social e político. Como veremos, além da época em que foram produzidos, é importante compreender os diferentes tipos de processos criminais – trabalhista, criminal, ambiental, cada um assume uma lógica própria. Por exemplo, no território dos processos de “crimes contra o meio ambiente”, a sociedade desaparece em comparação aos outros tipos de processo.

3.1.1. O desaparecimento da sociedade

Após o registro das irregularidades cometidas pela mineradora, composto por depoimentos de moradores locais, registros periciais de professores e alunos da universidade,

¹³³ JUNIOR, Luís Carboni. Os processos criminais, a história vista de baixo e a voz dos excluídos da história: breves reflexões teórico metodológicas. XVII Encontro Regional de História da ANPUH-PR, 2020, p. 2.

¹³⁴ BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. Fontes Históricas. 2. ed. São Paulo: [s. n.], 2008, p. 37.

da Polícia Ambiental e do órgão ambiental local – Supram Sul de Minas, os próximos passos do processo que esse capítulo estudará são dados por outros atores – Ministério Público. Por se tratar de “crime contra o meio ambiente”, desde o começo da década de 1980, legislações foram criadas para tornar papel desse poder atuar em “defesa” do meio ambiente.

A lei 6.938/81 definiu o meio ambiente e concedeu legitimidade ao Ministério Público para a ação de responsabilidade civil contra o poluidor por danos causados ao meio ambiente, ou seja, explicitou-se, pela primeira vez em nosso ordenamento jurídico, uma responsabilidade de Ação Civil Pública Ambiental. Todavia somente com a Lei 7.347/85, de caráter processual, a Ação Civil Pública Ambiental fora devidamente formatada, bem como alargou seio raio de atuação.¹³⁵

Após esse primeiro momento, onde encontra-se mais vozes da comunidade local, inicia-se um novo capítulo da história, contada pelo Ministério Público – representando os direitos da sociedade, pela defesa de advogados da mineradora – defendendo os interesses dela - capital, e pelos desembargadores - atuando em segunda instância quando necessário ou solicitado, e do juiz. A voz do vizinho da fábrica, que ainda veremos com mais detalhes, fica limitada somente ao depoimento feito na origem do processo, ele não participa mais em nenhum instante.

Por se tratar de um “crime contra o meio ambiente e o patrimônio público”, desde 1985 o Ministério Público fica encarregado de defender os chamados direitos difusos ou coletivos, que são aqueles que “[...] pertencem a todas as pessoas indistintamente e, não a um indivíduo ou grupo determinado de pessoas”¹³⁶. Desse modo, o promotor abre-se um Inquérito Civil ou uma Ação Civil Pública para investigar o caso, que será decidido pelo juiz, e em alguns casos, desembargadores.

Aqui inaugura-se um novo momento da história, as interpretações sobre o ocorrido são feitas na régua da lei. Essa nova narrativa da história que começa com o julgamento, é muito relevante para compreender como a justiça lida com as degradações ambientais. Estudar essa conexão de anos nos tribunais, é uma forma também de entender como é feito o controle legal a essas mineradoras – de emissões de poluentes e efluentes nas águas, de compreender como os órgãos ambientais e a justiça lidam com esses casos.

Se estiver procurando documentos contidos no processo a partir desse momento que refletem a participação da população local, não encontrará. As vozes desses personagens estarão

¹³⁵ BARBOSA, *et. al.* História Ambiental e o Direito Ambiental: Diálogos Possíveis – 1. ed. – Campina Grande: Editora da Universidade de Campina Grande, 2010, p. 95-96.

¹³⁶ *Ibidem*, p. 97.

no começo, com depoimentos e relatórios. Depois haverá documentos jurídicos, de instrumentos e relatórios técnicos usados pelas partes, acórdão, decisões e sentença. É nesse contexto jurídico que as consequências ou não são pensadas, na luta das versões, a lei é usada tanto para acusar quanto para se defender. O pesquisador desse tipo de material, deverá ficar atento aos discursos construídos.

Esse “desaparecimento da sociedade” merece atenção. Outra característica que esse trabalho julga um problema é a “demora”, o atraso do órgão ambiental responsável e do sistema de justiça interferem nas decisões, afetando a qualidade de vida ligada as águas afetadas por ela.

Peça fundamental no desenvolvimento dessa trama é o promotor do Ministério Público, que decide ou não desde o início o desenrolar desses processos jurídicos. O promotor Samuel da Rocha Oliveira, que promoveu parte dos processos que apresentarei, sobre o Córrego do Ferro (2004) e o Rio São João (2006), mesmo após cinco anos ainda não tinha dado andamento nos casos.

O promotor Samuel da Rocha Oliveira morreu em setembro de 2008 em um acidente de carro com a sua família, quando estava indo em uma festa de casamento próximo à capital mineira, sobreviveu apenas sua filha que tinha poucos anos de vida¹³⁷. Diante dessa fatalidade, a comarca de Pratápolis teve uma sucessão de promotores por um curto período cujos nomes estão marcados nas páginas dos processos¹³⁸.

3.2. CÓRREGO DO FERRO, O ESGOTO DA FÁBRICA

A história da territorialidade construída nos tribunais por crimes ambientais, começa em 2004 com o itauense Laureano indo à Promotoria da Comarca de Pratápolis. Nesse ano, inicia uma longa história da mineradora (Votorantim Cimentos) e do Ministério Público nos tribunais de justiça. Essa longa história acontece através de processos judiciais (Inquéritos Cíveis e Ação Civil Pública) iniciados em momentos diferentes e encerrados em períodos próximos. O primeiro é sobre o leito d'água que um dia já foi o nome desse local – Córrego do Ferro. Na história narrada, veremos que muitos anos após o crime declarado pelo vizinho da fábrica -

¹³⁷ FOLHA DA MANHÃ. Acidente mata promotor. Edição nº 7343 – Passos-MG, 27 de setembro de 2008.

¹³⁸ Luís Augusto Belloti, Rodrigo Colombini, Daniel Saliba de Freitas, Andressa Isabelle Ferreira Barreto e Alan Carrijo Ramo assume em 2013.

demora, a justiça concentrou-se em “ajustar a conduta” da fábrica, a história de Laureano no processo encerra quando o promotor abre um Inquérito Civil, tornando personagens somente os atores jurídicos envolvidos.

3.2.1. Memória do Córrego do Ferro

Como vimos no primeiro capítulo, antes da ferrovia, das primeiras hidrelétricas, e da construção da fábrica de cimento, esse local era conhecido por outro nome. Até 1921, o nome desse lugar era Córrego do Ferro, que segundo as memórias analisadas, dizem ser por causa da fazenda que existia – Fazenda Córrego do Ferro, que margeava esse referido leito d’água¹³⁹. De acordo com o hino de Itaú de Minas, elemento simbólico da memória oficial, escrito pelo itauense Ronaldo Amorim Teixeira, notamos essa interpretação que há sobre “onde tudo começou”.

“Entre as serras, corre o Córrego do Ferro
Às suas margens forma-se o povoado
Integrando-se ao ambiente belo
Iniciando um sucesso anunciado”¹⁴⁰

Esse começo imaginado (paisagem) já foi transformado durante anos pela mineradora. As serras citadas, gravemente ameaçadas pelo simples fato de terem jazidas de calcário, correm o risco de ficarem como o espaço da primeira mina já desativada e da atual, a Mina da Taboca, isto é, com um enorme buraco de centenas de metros de profundidade, uma “paisagem” irreversível.

As águas, que segundo o poema (hino) cortam as serras – Córrego do Ferro, também é alvo desse empreendimento. Esse leito de água, carinhosamente lembrado pelos elementos que compõem a memória oficial, é usado como esgoto da fábrica. A transformação que acontece nesse “ambiente belo” por causa da mineradora será mais bem compreendido a partir dos processos do Ministério Público contra ela.

¹³⁹ O nome do lugar é discutido pelos três trabalhos que contam a história local analisados, ver os seguintes momentos: ANDRADE, A. K. Estação Itaú: berço histórico de uma cidade, *op. cit.*, p. 11; CAMPOS, V. A. A Emancipação Política e Administrativa de Itaú de Minas, *op. cit.*, p. 36-40; AMORIM, Moisés Alves. Transformação e Modernização de Itaú de Minas: da paisagem sertaneja à indústria do cimento (1910-1937), *op. cit.*, p. 10-11.

¹⁴⁰ TEIXEIRA, Ronaldo Amorim. Hino de Itaú de Minas – Itaú de Minas-MG, 2007.

A presença da mineradora reorganiza os espaços à sua volta, o material e o imaterial. Não interfere somente nas jazidas (ecologia), mas também na política e na memória. Estamos falando de uma cidade cuja identidade foi sendo construída a partir da fábrica de cimento.

3.2.2. Laureano vai à Promotoria! (2004)

A história da fábrica nos tribunais por crimes ambientais começa com um personagem, o vizinho da fábrica. Laureano Amorim foi à Promotoria de Justiça de Pratápolis para denunciar o adoecimento ecológico das águas do Córrego do Ferro e do ar em 2004. Ele mora há 800 metros da fábrica, as águas desse córrego passam dentro da fábrica e segue rumo a sua casa. Ele disse que,

[...] as folhas das hortaliças que planta na chácara ficam cheias de um pó branco-amarelado que não sabe o que é, e tem medo que seja prejudicial à saúde. Que sabe que constantemente é feita medida da quantidade de poluição emitida pelas chaminés, porém essa medição é feita somente durante o dia, e durante a noite acredita que as chaminés são liberadas para limpeza dos filtros, o que faz com que a poluição seja muito maior à noite. [...] Que acredita que não há mais peixes no córrego, pois faz muitos anos que não vê nenhum, e hoje em dia não tem visto nem mesmo girinos e sapos no córrego, o que era frequente antigamente. Que cria algumas vacas na chácara, mas não pode usar a água para dar para elas, por causa da poluição. Que há cerca de um ano e meio uma de suas vacas caiu no córrego e ingeriu água dele, e no dia seguinte começou a escorreu um líquido branco de suas narinas, e no segundo dia depois de ela ter caído no córrego ela morreu. Que ouviu comentários de que uns dois dias antes teria havido vazamento de óleo alcatrão no córrego. Que tem conhecimento de que um senhor chamado Osvaldo, que alugou o sítio do ‘Zebra do lanche’, usava a água do Córrego do Ferro para tratar de seus animais e perdeu quase todos eles, tendo morrido cerca de sete animais, entre vacas e cavalos, além de terem morrido gatos e cachorros; Que todos os animais morreram do mesmo jeito, pois não aguentavam levantar mais e morriam rapidamente. Que Osvaldo comentou que só salvou alguns animais que fechou e não deixou beber da água do córrego.¹⁴¹

Itaú de Minas é marcada pela presença de um pó acinzentado, que sai da mineradora, e colore desde “as folhas das hortaliças” aos órgãos do sistema respiratório dos humanos. A poeira lançada pela fábrica é um incômodo para a sociedade local desde quando ela começou a moer e transformar as jazidas.

Na década de 1960, em uma pesquisa financiada pela fábrica, foi feito um questionário com os moradores locais perguntando o que achavam que era o principal “problema da

¹⁴¹ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Inquérito Civil n.º MPMG 0529.08.000032-4. Mortandade de peixes de espécies diversas no Rio São João. Representante: Ministério Público e Representado: Votorantim Cimentos S.A., de 2012. Depoimento de Laureano Amorim dia 18 de março de 2004, fls. 4.

comunidade”, as duas opções mais respondidas foram a “Emancipação” e o “Pó”¹⁴². Esse indício mostra que a insatisfação de Laureano não era algo novo na opinião pública.

O pó relatado pelo vizinho é um elemento histórico na relação da fábrica com o local, que promove inúmeros impactos nos humanos e não-humanos. Essas associações não são realizadas pelos trabalhos que narram a “história oficial” de Itaú de Minas. A memória construída nos textos de itauenses esquecem esse elemento onipresente da paisagem desse lugar, o pó. Aquele progresso exaltado, aqui virou pó.

Para entendermos a relação entre o lugar, Laureano e os impactos da fábrica, o livro memorialista do primeiro prefeito da cidade oferece algumas pistas para compreender a posição social dos Amorim na história do município. Esse sobrenome é de uma das famílias tradicionais. No tópico denominado “As primeiras fazendas da região”, o ex-prefeito diz ao falar do “final do século XVIII” que:

Nesta época, muitas pessoas implantaram fazenda na região. Documentos da época fazem referências a João Pedro de Oliveira Rocha, Antônio Ferreira de Amorim e Maria Rodrigues de Amorim, como proprietários de terras na região hoje conhecida como “Taboca”.¹⁴³

A “região da Taboca” é o local onde está instalado o complexo industrial da mineradora (Votorantim Cimentos) e as jazidas atualmente exploradas. As terras de Laureano são próximas à fábrica na Taboca. Essa similaridade, deixa mais provável a ligação dele com a família tradicional comentada e a terra nesse lugar. Na mesma página do livro, o memorialista diz:

Beirando a margem esquerda do Córrego do Ferro e depois as margens do Córrego da Cordilheira, contornando terras da lagoa do Astorfo indo até a região da Taboca e depois margeando a Serra do Monte Alto, até beirar o Rio São João, ficava a grande propriedade de Pedro Rodrigues de Amorim que era casado com Idalina Emília de Amorim.¹⁴⁴

O latifundiário citado morreu em 1941, e suas terras foram divididas para os seus descendentes¹⁴⁵. É interessante olhar para além dos espaços geográficos comentados nessa

¹⁴² A tabela com o resultado do questionário está em: COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND ITAÚ. Itaú de Minas: estudo de uma comunidade brasileira, tal como é e como poderá ser, *op. cit.*, p. 94.

¹⁴³ ANDRADE, A. K. Estação Itaú: berço histórico de uma cidade, *op. cit.*, p. 12.

¹⁴⁴ *Ibidem*.

¹⁴⁵ Esmeraldina Emília de Amorim, Antônio Pedro de Amorim, Braziel Ferreira de Amorim, Antenor Rodrigues de Amorim, Evaristo Ferreira de Amorim, Elisio Ferreira de Amorim, Octávio Rodrigues de Amorim, Pedro Ferreira de Amorim, Octávio Rodrigues de Amorim, Pedro Ferreira de Amorim e José Ferreira de Amorim. Segundo o Termo de Declarações e outros documentos analisados (Carteira de Identidade Nacional, Certidão de Casamento), os pais de Laureano são Antonio Ferreira de Amorim e Laureta de Paula Souza Amorim. Deixo aqui

parte, e perceber também o espaço social ocupado pelos Amorim na obra que se propõe a contar a história da comunidade. Esse sobrenome aparece constantemente durante todo o livro, somente na divisão textual citada, dos vinte e cinco nomes que aparecem, quatorze tem o sobrenome Amorim, mais da metade (56%).

Para além da memória construída, a pesquisa desse sobrenome nos ajuda a entender a relação de Laureano com o espaço conhecido como região da Taboca. Dá indícios para compreender a sua posição social e sua relação histórica com o lugar. Ele ter ido ao Ministério Público para denunciar a mineradora, revela e anuncia uma maneira da sociedade tentar resistir à fábrica.

Os impactos causados pela atmosfera também relatado, iria ser discutido nos tribunais anos depois em um outro processo¹⁴⁶, como veremos no quarto capítulo. Nesse primeiro caso - processo, as investigações seguiram somente em relação a poluição das águas que a fábrica despeja poluentes córrego abaixo.

3.2.3. Nas águas mansas do tribunal (2012)

Sete anos após as denúncias do vizinho Laureano, em 2012, o processo começou a ser discutido com a instauração de um Inquérito Civil para apurar os impactos. Durante esses anos ficaram aguardando a vistoria do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) no Córrego do Ferro, que foi feita somente em 2011, comprovando os altos níveis de poluição das águas¹⁴⁷. Mesmo após todo esse tempo do depoimento, o nível ecológico do córrego ainda continuava sendo fortemente impactado pela fábrica, sem nenhum controle. Nesse, como em outros processos, a demora para julgar o crime impacta diretamente nas decisões tomadas pelos atores jurídicos, sem falar que deixam as águas indefesas.

O promotor da época, Luis Augusto Belloti, propôs uma série de exigências para a mineradora seguir¹⁴⁸ – Termo de Ajustamento de Conduta orientando a “melhorar e manter” os padrões da qualidade das águas até dezembro daquele ano (2012), a enviar relatórios de

registrado esses nomes, para uma possível identificação de Laureano de Souza na árvore genealógica da família Amorim. Ver ANDRADE, A. K. Estação Itaú: berço histórico de uma cidade, *op. cit.*, p. 12.

¹⁴⁶ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Ação Civil Pública n.º 0028069 19.2013.8.13.0529, *op. cit.* Nesse processo, o Ministério Público entra na justiça contra a fábrica por ela ter emitido o Monóxido de Carbono e o Material Particulado acima dos níveis permitidos.

¹⁴⁷ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Inquérito Civil n.º MPMG 0529.11.000019-5. Apuração de poluição atmosférica e de poluição hídrica (Córrego do Ferro) Representante: Ministério Público e Representado: Votorantim Cimentos S.A., de 2012. Relatórios laboratoriais de 17 de fevereiro de 2011, fls. 14.

¹⁴⁸ *Ibidem*, fls. 49-52. Termo de Ajustamento de Conduta de 12 de março de 2012.

automonitoramento da qualidade das águas mensalmente para a Promotoria, reservar dez hectares de terra para a preservação – “averbação”, caso do não cumprimento, pagar o valor diário da multa (R\$622,00) para cada descumprimento ao Fundo Especial do Ministério Público (FUNEMP). Apesar de ser acumulativa, esse valor da multa torna-se viável para a fábrica considerada de “grande porte” descumprir, poluir, e pagar um pequeno valor. Lembremos que o grupo Votorantim é um dos maiores grupos dessa atividade no mercado nacional.

De janeiro a dezembro de 2012, a fábrica solicitou dois laboratórios particulares para produzirem relatórios que medissem os níveis de poluição do Córrego do Ferro. Nesses documentos anexados ao processo, de acordo com os parâmetros legais dos órgãos reguladores da época, as águas continuavam sendo impactadas pela mineradora. Mas não nos limitamos somente neste ano crucial do julgamento, lembremos como tudo começou, com o depoimento relatando a poluição dessas águas já havia oito anos. Pela demora, a fábrica de cimento ficou todo esse tempo desimpedida de poluir, os níveis de poluição anos depois deixam claro essa continuidade.

A justificativa da mineradora para os níveis de poluição identificados nos relatórios, foi de que ela estava mudando a forma de tratar os “efluentes”, pois os produtos até então usados não estavam dando conta da quantidade de esgoto¹⁴⁹. Com a ajuda de relatórios da empresa que vendeu a “mudança”, argumentaram que o novo produto utilizado no “tratamento” da poluição – BIOMIX L – demoraria alguns meses para fazer efeito no córrego. Não deixemos nos levar por essas argumentações, ao que tudo aponta, o crime julgado – a poluição aquática - acontecia há muito tempo. Por causa dessa pressão da justiça, a fábrica teve que construir uma nova “Estação de Tratamento” para tratar o esgoto despejado¹⁵⁰.

No final de 2012 os relatórios começaram a mostrar que os níveis de poluição estavam diminuindo, ficando próximo ao que a legislação pedia. Mas o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) proposto pelo promotor não estava totalmente cumprido pela mineradora, o processo ficou aberto durante anos aguardando que a fábrica destinasse dez hectares para constituir Reserva Legal.

¹⁴⁹ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Inquérito Civil n.º MPMG 0529.11.000019-5, *op. cit.* Documento de defesa de 12 de março de 2012, fls. 35-38.

¹⁵⁰ A obra terminou em janeiro de 2013, ver PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Inquérito Civil n.º MPMG 0529.11.000019-5, *op. cit.* Documento de defesa de 12 de março de 2012, fls. 589.

Pelos danos comprovados no tribunal, isto é, relatórios que mostravam os altos níveis de poluição, o juiz decidiu multar a fábrica em sessenta mil reais¹⁵¹. O valor foi pago em duas parcelas à Associação Regional de Proteção Ambiental de Passos (ARPA). Valor insignificante perante o giro milionário de capital da mineradora, isso torna lucrável poluir.

Notem a importância que a fábrica de cimento atribui ao tão memorado Córrego do Ferro que corre “Entre as serras” itauenses. Enquanto esse leito d'água tem significados construídos pelos humanos na memória local, a mineradora transforma o com uma bela dose de poluição.

3.3. RIOS SÃO JOÃO E SANTANA, E AS LÁGRIMAS DE LAMA

A fábrica controla três usinas hidrelétricas. A primeira a ser construída na região foi em 1911 no Rio Santana, pela empresa de energia¹⁵² que iria fundar a fábrica de cimento vinte e seis anos depois – Joaquim Mário de Souza Meirelles. A Usina São João foi construída pela mesma empresa em 1930 no Rio São João, para aumentar a sua capacidade de vender energia para as cidades de “Passos, São Sebastião do Paraíso, Cássia, Pratápolis, São Tomás de Aquino, Capetinga, Jacuí e outras”¹⁵³. A fábrica começou a funcionar utilizando a energia gerada por essas duas usinas, até que quinze anos após a sua construção - em 1953 - construíram outra maior no Rio São João – Usina Monte Alto. Essas hidrelétricas continuam sendo usadas exclusivamente pela mineradora e provocam problemas socioambientais, como veremos.

3.3.1. Mineração e a Lama

Antes de começar a contar a história do processo iniciado em 2006 sobre os impactos causados no principal rio dessa localidade¹⁵⁴ - Rio São João, gostaria de lançar luz sobre uma das formas de impacto da mineração, as barragens de rejeito. Em 2019, o barro contaminado estourou as comportas da barragem da Vale em Brumadinho-MG, matando 272 humanos, contaminando e extinguindo com a onda de barro vários ecossistemas. Outro caso memorável

¹⁵¹ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Inquérito Civil n.º MPMG 0529.11.000019-5, *op. cit.* Decisão do Juiz de Primeira Instância dia 16 de dezembro de 2014, fls. 640-641.

¹⁵² Empresa de energia se chamava “Siqueira Meirelles Junqueira & Companhia”, de 1910. Ver AMORIM, Moisés Alves. Transformação e Modernização de Itau de Minas: da paisagem sertaneja à indústria do cimento (1910-1937), *op. cit.*, p. 34.

¹⁵³ CAMPOS, V. A. A Emancipação Política e Administrativa de Itau de Minas, *op. cit.*, p. 39.

¹⁵⁴ A Bacia Hidrográfica em que ele está é a “Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Rio Grande”, mais precisamente na “Sub-bacia Hidrográfica do Rio Sapucaí”.

aconteceu em 2015, com o rompimento da barragem da Samarco em Mariana-MG, cinquenta por cento das ações dessa empresa eram da Vale.

Esses são exemplos que marcaram a mídia nacional nos últimos anos, crimes que aconteceram no estado cujo próprio nome lembra mineração – Minas Gerais. Outros casos em outros continentes não faltaram nas últimas décadas. Esse problema é crônico da mineração, atividade hegemônica neste modelo destruidor de habitar o planeta - capitalismo. Apesar de explorarem diferentes minérios (ferro e calcário), a história da Vale se confunde com a construção das fábricas de cimento no nosso país, como é o caso da Itaú de Minas na década de 1930, estão entrelaçadas nas entranhas do estilo de vida moderno. No “desenvolvimentismo” do contexto varguista, a dita “modernização” foi fortemente alavancada pelo Estado. Historicamente o crescimento dessa atividade é fomentado pelos governos, e como vemos e sentimos, rende diferentes impactos no mundo hoje.

As barragens não são todas iguais, cada uma suporta o peso da destruição de cada tipo de mineração. Nos exemplos citados (Mariana e Brumadinho), as barragens foram construídas para segurar rejeitos contaminados que vão sendo juntados no processo da mineração de ferro. No caso da fábrica de cimento em Itaú de Minas, ela tem três hidrelétricas, responsáveis por gerar energia para o consumo próprio. Essas usinas possuem comportas que além das águas, vão armazenando também barro. Lama essa que propositalmente era liberada rio abaixo de tempos em tempo pela mineradora, impactando as formas de vida ligada a essas águas.

Diferentemente dos dois exemplos citados, esses impactos provenientes das barragens da hidrelétrica não foram um evento único que varreu humanos e não humanos, mas eram acontecimentos constantes, provocados sistematicamente pela Hidrelétrica Monte Alto no Rio São João. A lembrança desse barro descendo o rio deve ser comparada simbolicamente aos diferentes tipos de devastações socioambientais que a lama da mineração provoca em diferentes localidades.

3.3.2. Abrem as comportas, lama rio abaixo! (2006)

No ano que se iniciou esse processo (2006), teve uma participação maior de diferentes grupos da comunidade do que o primeiro (Laureano em 2004). É um momento chave para analisar a relação da sociedade de Itaú de Minas, órgãos locais, da comunidade científica e imprensa regional (Passos-MG) com os impactos gerados pela mineradora. Diferente do

primeiro processo, que encontramos somente a voz de Laureano e dos atores jurídicos envolvidos, aqui vemos mais indícios de reação do corpo social local/regional.

No final de março daquele ano, a polícia ambiental recebeu uma “denúncia anônima referente a mortandade de peixes” no Rio São João¹⁵⁵, que deságua no Rio Grande. Por que o anonimato? O silenciamento nesse caso merece atenção. Feito a denúncia, policiais¹⁵⁶ e cientistas¹⁵⁷ da Universidade Estadual de Minas Gerais foram ao local para “coletar material para a análise”, coletaram amostra de água, tiraram fotos dos peixes mortos e entrevistaram funcionários da usina hidrelétrica¹⁵⁸.

No primeiro dia, compareceram às nove horas da noite no rio próximo a ponte da rodovia MG050, e no dia seguinte, subiram as águas (5 Km) até a hidrelétrica da fábrica de cimento. Segundo o Boletim de Ocorrência (BO), os funcionários da usina disseram que “[...] uma vez por ano aproximadamente é feito a manutenção/limpeza nas comportas, o que devido ao acúmulo de material orgânico (barro e outros) na base da represa, fez as águas ficarem sujas durante os citados trabalhos [...]”¹⁵⁹.

A testemunha desse documento policial foi o itauense Sebastião Antônio Soares de Souza, químico da Companhia de Saneamento Básico de Minas Gerais (COPASA) à época. Ele apresentou aos policiais documentos de monitoramento das águas do Rio São João no dia que o barro desceu, medindo a Unidade Nefelométrica de Turbidez (NTU)¹⁶⁰ das águas, comprovando os impactos. O arquivo apresentado mostra que as variações da qualidade das águas no local medido aconteceram entre as 16 e 22 horas do dia 28 de março de 2006¹⁶¹.

Apesar de nesse dia ter havido vários indícios que registraram o acontecido, o impacto no Rio São João não deve ser lembrado somente por esse momento. Esse crime acontecia há

¹⁵⁵ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Inquérito Civil n.º MPMG 0529.08.000032-4, *op. cit.* Boletim de Ocorrência registrado dia 28 de março de 2006, fls. 3.

¹⁵⁶ Márcio Martins e Gilmar Antônio de Lima.

¹⁵⁷ Membros da Fundação de Ensino Superior de Passos (FESP) do curso de Ciência Biológicas da Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG). Professora Tania Cristina Tales Oliveira e três estagiários, Michael Silveira Reis, Tairone Maia Pádua e Karyna Cristilaine Pereira. A análise das amostras das águas coletadas foi feita pelo biólogo especialista em “Ciências Ambientais” Norival França.

¹⁵⁸ Luerici Francklin Ribeiro e Altamiro Batista dos Santos.

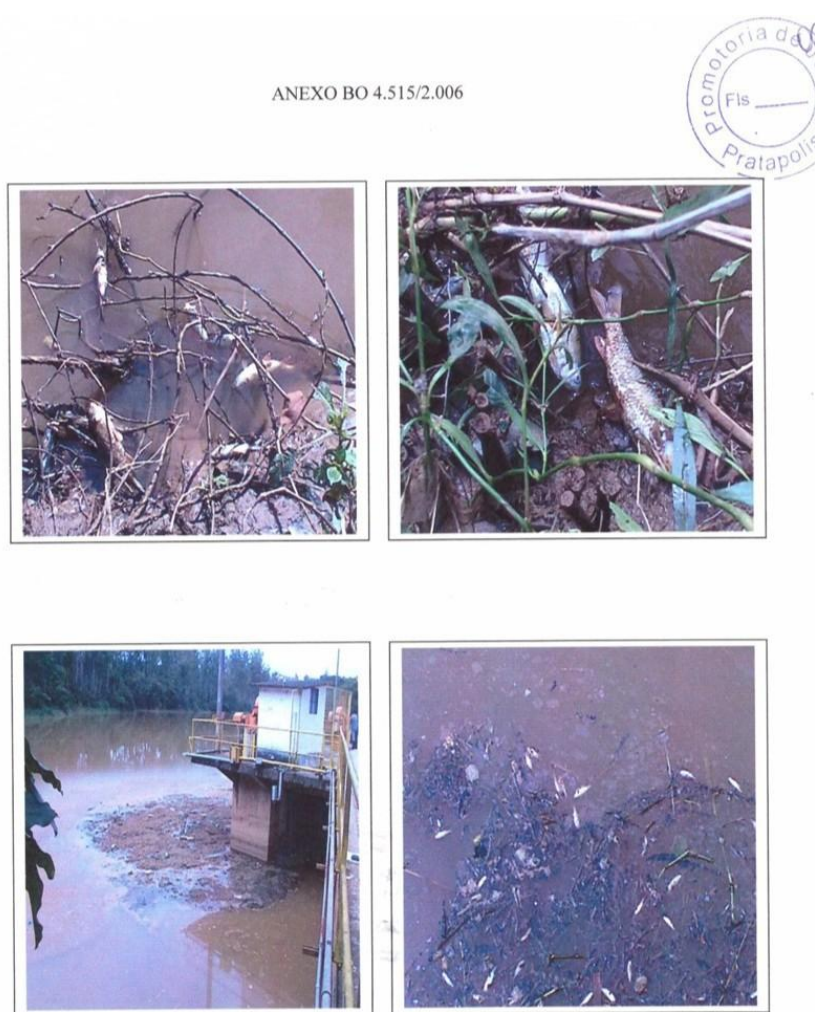
¹⁵⁹ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Inquérito Civil n.º MPMG 0529.08.000032-4, *op. cit.* Boletim de Ocorrência registrado dia 28 de março de 2006, fls. 3.

¹⁶⁰ Essa forma de analisar a poluição, mede através da capacidade de interação ótica entre a luz incidente e a água, a quantidade de materiais em suspensão (partículas sólidas – no caso, o barro/lama).

¹⁶¹ Às 16 horas foi de 90 NTU para 1.100 NTU e as 22 horas de 0,13 NTU para 780 NTU do dia 28/03/2006. São os dois momentos que houve os picos de sujeira da onda de barro no local feito as medições. Ver PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Inquérito Civil n.º MPMG 0529.08.000032-4, *op. cit.* Boletim de Ocorrência registrado dia 28 de março de 2006, fls. 3.

vários anos, repetidamente, recordemos que essa usina hidrelétrica da mineradora foi construída em 1953¹⁶². Segundo o relatório policial, Sebastião (testemunha) disse “[...] que trabalha a aproximadamente 14 (quatorze) anos no município de Itaú de Minas e que este fato se repete todo ano, durante a realização de trabalhos de manutenção na citada Usina”¹⁶³. Além de depoimentos, amostras d’água para análise, os policiais tiraram fotos da lama e dos peixes mortos no Rio São João. Vejamos:

Figura 7 - Fotografias de peixes mortos no Rio São João



(Fotos capturadas por Márcio Martins e Gilmar Antônio de Lima dia 28/03/2006, anexadas no BO 4.515/2.006 contido no Inquérito Civil MPMG-0529.08.000032-4 fls. 06, contido no acervo do Fórum de Pratápolis-MG. Digitalização da página feita pelo Fórum de Pratápolis dia 28/07/2025)

¹⁶² PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Inquérito Civil n.º MPMG 0529.08.000032-4, *op. cit.* Documento de defesa, 15 de abril de 2013, fls. 94.

¹⁶³ *Ibidem*. Boletim de Ocorrência registrado dia 28 de março de 2006, fls. 3.

Outro morador local que falou à Promotoria foi Deilson Ferrarez de Moura. Um mês após esse acontecimento, ele prestou depoimento dizendo que no dia do acontecido, tinha ido pescar com um amigo no Rio São João. Ao chegarem, viram “que o rio estava cheio de lama e os peixes estavam todos na superfície, com as guelras abertas, tentando respirar”¹⁶⁴, diz ainda que no dia seguinte pedalou de bicicleta por cerca de quinze quilômetros ao lado do rio, tendo notado durante todo o percurso peixes mortos presos entre as vegetações, “dava pra encher uma caminhonete”¹⁶⁵.

Um ponto interessante no depoimento transcrito do Deilson, é que ele diz que “Que seu falecido pai, José Manoel de Moura, trabalhava na Fábrica Itaú e lembra que quando ia ser feita a limpeza no barro que fica na comporta o pessoal avisava seu pai, para ele ir buscar peixes”¹⁶⁶. Suas memórias deixam claro que o evento registrado no ano de dois mil e seis é apenas um de muitos que aconteceram, esse modo de operar revela a consideração da fábrica com as águas ao seu entorno, expõe as circunstâncias socioambientais impactadas há muitos anos.

Além da lama despejada no Rio São João, há evidências de que o derramamento também era praticado em outro grande rio do município através de outra hidrelétrica. Em 2005, Ronaldo Fernandes Lopes solicitou à polícia ambiental a realização de um Boletim de Ocorrência por haver peixes mortos boiando no Rio/Ribeirão Santana. Relataram que a “água estava escura e com peixes mortos em decomposição”¹⁶⁷ próximo a Usina Santana, a testemunha foi o morador local Sérgio Silva Martins. Como não foi coletado material para a análise na época, o Ministério Público¹⁶⁸ disse que não haveria como investigar o “tipo de material poluente” que causou o impacto. O foco do processo se tornou somente o Rio São João, mas esse documento mostra a repetição desses danos socioambientais inclusive em outros leitos d'água.

Além desses moradores desconfortados com a situação das águas impactadas pelas hidrelétricas da mineradora (Sebastião Antônio, Deilson Ferrarez, Ronaldo Fernandes, Sérgio Silva, não esquecemos de Laureano Amorim), acionando os órgãos legais para lidar com os impactos. Outros grupos da sociedade local/regional reagiram à “mortandade de peixes” no Rio São João. O Conselho do Meio Ambiente de Itaú de Minas (CODEMA) fez um documento

¹⁶⁴ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Inquérito Civil n.º MPMG 0529.08.000032-4, *op. cit.* Depoimento de Deilson Ferrarez Ronaldo Fernandes dia 27 de abril de 2006, fls. 32.

¹⁶⁵ *Ibidem.*

¹⁶⁶ *Ibidem.*

¹⁶⁷ *Ibidem.* Boletim de Ocorrência registrado dia 26 de fevereiro de 2005, fls. 39.

¹⁶⁸ *Ibidem.* Boletim de Ocorrência registrado dia 26 de fevereiro de 2005, fls. 39. Ministério Público (promotor Luís Augusto Belloti), fls. 38-41.

(com fotos dos peixes mortos) relatando o acontecido à Promotoria. Ao irem ao rio na manhã do dia seguinte, disseram que “havia policiais ambientais e várias pessoas” e que constataram “a verdade dos fatos denunciados”. Porém não acusaram a fábrica de cimento, mas dizem suspeitar dela e ficaram “aguardando um parecer da Cia. Cimento Portland Itaú/Grupo Votorantim”¹⁶⁹.

No jornal regional de grande circulação da cidade de Passos-MG, o “Folha da Manhã”, a “mortandade de peixes” era anunciada com uma atmosfera de incerteza quanto a autoria do crime. Como vimos nessas “vozes” extraídas da sociedade nos documentos oficiais da justiça, não há dúvida quanto a culpa da fábrica nesses impactos socioambientais provocados sistematicamente. Mesmo assim, o jornal impresso com maior circulação em Itaú de Minas e nas cidades próximas, diz que somente “Cerca de 100 peixes foram encontrados” e que

Conforme declarou a PA (Polícia Ambiental), a provável causa da mortandade dos peixes foi uma limpeza feita na barragem que pode ter ocasionado a falta de oxigênio na água.

Á o grupo empresarial responsável pela usina esclareceu que ela está dentro dos padrões legais de operação e não descarrega nenhum rejeito ou contaminante no rio São João que podem ter causado o acidente ambiental.

Comunicado

Uma empresa divulgou um comunicado ontem sobre incidente com o seguinte teor: “A Votorantim Cimentos esclarece que as Usinas Santana, Monte Alto e São João estão dentro dos padrões legais de operação e não descarregam nenhum rejeito ou contaminante no Rio São João.

Embora não tenha sido intimada a prestar esclarecimentos pelas autoridades locais, a Votorantim Cimentos vem prestando, de forma espontânea, informações e colaborando com as investigações comandadas pela Polícia Florestal de Passos – Minas Gerais.

Por fim, a empresa reafirma seu compromisso com o crescimento sustentável de Minas Gerais e do Brasil e se coloca a disposição dos técnicos e autoridades para quaisquer esclarecimentos.

Comunicação Corporativa Votorantim Cimentos”¹⁷⁰

Para começar, segundo o depoimento do pescador Deilson Ferrarez, havia tanto peixe morto que dava para encher a caçamba de uma caminhonete, o percurso de milhares de metros afetado pelo barro era longo rio abaixo e estava cheio de peixes mortos. Já a imprensa divulgou um número baixo perto do que ele relatou, diz somente cem peixes. Vemos sinais de discursos

¹⁶⁹ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Inquérito Civil n.º MPMG 0529.08.000032-4, *op. cit.* Relatório do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental de Itaú de Minas (CODEMA), dia 29 de março de 2006, fls. 23-25.

¹⁷⁰ FOLHA DA MANHÃ. Peixes são encontrados mortos. Edição n.º 6584 – Passos-MG, de 31 de março de 2006

atrelados aos interesses da mineradora, o texto informativo abre espaço para “esclarecimentos” dela.

No tópico do jornal nomeado de “Peixes são encontrados mortos”, vemos inicialmente uma narrativa cautelosa quanto a enunciação do acontecimento, e no mesmo quadro do texto, os editores abrem espaço para a própria mineradora se defender publicamente, em um jornal de circulação regional. Há interesses econômicos por trás dessa cumplicidade nos discursos, um sinal disso é a Votorantim Cimentos pagar para anunciar nesse jornal¹⁷¹. Até na imprensa com a maior cobertura do país – Rede Globo – vemos essas ambições, em horários nobres no canal aberto de televisão, quando aparece o cantor Leonardo (Emival Eterno Costa) fazendo propagando de “produtos” como o “Cimento Itaú”¹⁷². Seja na relação Grupo Votorantim com a Globo ou na unidade de Itaú de Minas com o Folha da Manhã, identificamos que o capital gerado pela mineração compra espaços nos veículos de imprensa, anunciando publicamente seus discursos.

3.3.3. Nas águas mansas do tribunal 2.0 (2009)

Três anos após o início do processo (2009), o Promotor Luís Augusto Belloti¹⁷³ entendeu que o laudo produzido pelo laboratório da universidade não informou “[...] se foi o material orgânico o causador da poluição que matou os peixes e nem de onde proveio tal material”¹⁷⁴, pedindo o encerramento. No mesmo ano, a Procuradoria Geral que fica em Belo Horizonte revogou essa decisão, o procurador¹⁷⁵ disse que como tinha passado anos do relatado, “não há mais possibilidade de se apurar a responsabilidade pelos danos ambientais”¹⁷⁶. Novamente o problema/argumento da “demora”, os humanos (justiça) estariam em dissonância com o ritmo

¹⁷¹ Ver os anúncios nos seguintes momentos: Folha da Manhã, nº 4969, 7 de novembro de 2000 (impresso); Folha da Manhã, nº 6044, 26 de maio de 2004 (impresso); Folha da Manhã, nº 6570, 15 de março de 2005 (impresso), Folha da Manhã, 13 de setembro de 2023 (digital); Folha da Manhã, 4 de dezembro de 2023 (digital) e Folha da Manhã, 30 de janeiro de 2024 (digital).

¹⁷² VOTORANTIM Cimentos apresenta nova campanha publicitária criada pela OMZ. Acontecendo Aqui, 2025. Disponível em: <https://acontecendoaqui.com.br/propaganda/votorantim-cimentos-apresenta-nova-campanha-publicitaria-criada-pela-omz/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

¹⁷³ Lembremos que no começo desse ano o promotor que iniciou esse (2006) e o primeiro processo (2004), Samuel da Rocha Oliveira, morreu de acidente com a sua família em 2008. Luís Augusto Belloti o sucedeu na Comarca de Pratápolis-MG.

¹⁷⁴ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Inquérito Civil n.º MPMG 0529.08.000032-4, *op. cit.* Entendimento do promotor Luís Augusto Belloti proferido dia 26 de março de 2009, fls. 40.

¹⁷⁵ Gilvan Alves Franco.

¹⁷⁶ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Inquérito Civil n.º MPMG 0529.08.000032-4, *op. cit.* Procuradoria Geral do Ministério Público de Belo Horizonte dia 26 de março de 2009, fls. 41.

do planeta no antropoceno? Ou seria apenas um discurso na defesa de ambas as partes, a depender do contexto e interesses.

Como há evidências o suficiente para dizer que esse “crime” acontecia há vários anos repetidamente, ele pede para que não seja julgado o derramamento de barro em 2006 por causa da demora, mas que investigue “[...] o nível atual de contaminação das águas no local e a adequação das empresas mencionadas às normas ambientais [...]”¹⁷⁷. Assim como no primeiro processo, o atraso para julgar faz com que a justiça passe a ter o papel de, em tese, fiscalizar o nível de poluição das águas, forçando a mineradora se “automonitorar”¹⁷⁸ e cumprir o que a lei determina.

A partir desse momento, a história nos tribunais será do Ministério Público pedindo a fábrica para separar um pedaço de área para ser Reserva Legal e apresentar o Licenciamento Ambiental da Usina Monte Alto – documento dado pelo órgão ambiental regional (Supram Sul de Minas) que regulariza as atividades da mineradora. Os policiais ambientais também identificaram que a hidrelétrica não tinha licenciamento ambiental, possuía apenas um “parecer jurídico”¹⁷⁹. A lei que tornou obrigatório a realização do licenciamento ambiental é de 1981¹⁸⁰, mesmo assim ela operava normalmente com outro documento.

A questão não é ter uma declaração que dê permissão para poluir, mas é perceber como a mineradora agia em relação às moderadas leis ambientais. Seus advogados disseram que apenas em 2009 ela “foi cientificada da necessidade de adequar suas Usinas à legislação ambiental”¹⁸¹, o que é uma falácia. Uma multinacional do tamanho da Votorantim Cimentos, o mínimo que se espera é que o “setor responsável” – engenheiros ambientais - mantenha ela em consonância com as legislações para poder poluir, nem isso acontecia. Esse (des)tratamento às leis é algo que se repete em outros casos.

¹⁷⁷ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Inquérito Civil n.º MPMG 0529.08.000032-4, *op. cit.* Entendimento do promotor Luís Augusto Belloti proferido dia 26 de março de 2009, fls. 50.

¹⁷⁸ Historicamente, as Deliberações Normativas COPAM n.º 89 de 2005, COPAM n.º 167 de 2011 e COPAM n.º 216 de 2017, atribuem a empresa poluidora o dever dela própria procurar um laboratório particular para produzir relatórios de análise. As Secretarias agem de diferentes formas dependendo do estado. Em Minas Gerais, as análises de fiscalização são feitas por laboratórios cadastrados no Sistema Estadual de Meio Ambiente (SISEMA). Nesse caso, a própria empresa poluidora tem a obrigação de solicitar esses laudos ao laboratório para serem entregues à Secretaria do Meio Ambiente, a frequência desses exames é estipulada pelo próprio órgão no Licenciamento Ambiental.

¹⁷⁹ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Inquérito Civil n.º MPMG 0529.08.000032-4, *op. cit.*, fls. 13-21.

¹⁸⁰ Lei 6.938/81, de 31 de agosto de 1981.

¹⁸¹ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Inquérito Civil n.º MPMG 0529.08.000032-4, *op. cit.* Documento de defesa de 22 de abril de 2013, fls. 95.

Segundo esse mesmo documento da defesa, argumentam que as “usinas hidrelétricas não são empreendimentos geradores de efluentes, nem sanitários nem industriais”¹⁸². Mas não quer dizer que o material despejado no rio, o barro acumulado nas barragens/comportas da hidrelétrica, não seja prejudicial aos ecossistemas água abaixo¹⁸³. A “mortandade de peixes” é apenas uma forma de ver esses impactos, não esqueçamos que os humanos que também vivem próximo e dependem dessas águas, sofrem com o desequilíbrio ecológico causado, as consequências são socioambientais.

3.3.4. A demora (2009-2017)

A história desse caso nos tribunais continua à espera da mineradora e dos órgãos ambientais na adequação das usinas hidrelétricas às leis ambientais – licenciamento ambiental. Afinal, o enredo passou a ser a legalização e não o julgamento do crime amplamente registrado em 2006. Grandes absurdos ainda estão por vir. Mesmo com a insistência dos promotores ao longo de cinco anos, a cimenteira não entregou os licenciamentos ambientais das usinas¹⁸⁴.

A desculpa sempre era a mesma, “os processos de licenciamento ambiental e de obtenção de outorgas das PCHs Monte Alto e São João encontram-se sob andamento na SUPRAM Sul, e por ora a empresa aguarda os respectivos deferimentos e publicações”¹⁸⁵. Como parte do procedimento de “adequação às normas ambientais” proposto pelo procurador¹⁸⁶, a averbação (Reserva Legal) também ficou fadada ao tempo dessa instituição. O órgão ambiental responsável pelo território explorado por ela, é ocasionalmente usado nos tribunais como estratégia para defender a mineradora, esse deve ser um ponto relevante ao olharmos para o “território da justiça”. Em outros processos por exemplo, a anulação de documentos que registraram irregularidades (poluição atmosférica e drenagem do córrego) dão fim as investigações.

¹⁸² PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Inquérito Civil n.º MPMG 0529.08.000032-4, *op. cit.*, fls. 95.

¹⁸³ É importante salientar que as primeiras hidrelétricas (Santana de 1911 e São João de 1930) usam o sistema “fio d'água” para gerar energia, enquanto a Monte Alto de 1953 (alvo da investigação) usa a técnica de “reservatório”. Isto é, acima dessa hidrelétrica foi alagado uma área de 31,09 hectares, 310.300 metros quadrados (25 de abril de 2013, MPMG-0529.08.000032-4, fls. 94). O barro despejado no Rio São João era juntado neste reservatório.

¹⁸⁴ Os pedidos do Ministério Público para que a mineradora apresentasse os licenciamentos ambientais e outorgas para a exploração dos rios (usinas hidrelétricas), foram feitos primeiramente dia 10/09/2012 (MPMG-0529.08.000032-4, fls. 91), depois 05/03/2013 (MPMG-0529.08.000032-4, fls. 92), 22/09/2015 (MPMG-0529.08.000032-4, fls. 98), e dia 27/04/2017 (MPMG-0529.08.000032-4, fls. 120-121).

¹⁸⁵ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Inquérito Civil n.º MPMG 0529.08.000032-4, *op. cit.* Documento de defesa de 22 de maio de 2017, fls. 117.

¹⁸⁶ *Ibidem*. Procurador Gilvan Alves Franco, 26 de março de 2009, fls. 49-50.

Nesse caso, a demora da Supram Sul de Minas para licenciar as atividades da fábrica faz com que o processo se arraste durante anos até ser encerrado mesmo sem ela ter apresentado o documento tão aguardado¹⁸⁷. O importante de se observar aqui, é a relação entre a Votorantim Cimentos e a Supram Sul de Minas (Varginha-MG), esse órgão determina os rumos da história nos tribunais.

3.3.5. A decisão (2017)

Depois de anos esperando os licenciamentos, o promotor diz que “a questão da poluição nos Rios São João e Santana, em Itaú de Minas, exige uma ação muito mais ampla, de nível regional”¹⁸⁸, pois “todas as cidades pelas quais passam”¹⁸⁹ os rios não têm Estação de Tratamento de Esgoto. Além da mineradora, ele comenta sobre outra fonte poluidora dessas águas, que são os curtumes de couro em São Sebastião do Paraíso-MG.

Nesse documento de arquivamento, de um processo que começou com o derramamento de lama (2006) e terminou com a espera do órgão ambiental (2017), o Promotor Alan Carrijo se posiciona sobre a etapa de “fiscalização” nos processos classificados de “crime contra o meio ambiente”. Segundo ele, “não cabe ao Ministério Público tutelar a atuação de órgãos ambientais”¹⁹⁰, ele diz que essa etapa de vistoria cabe a Supram Sul, enquanto seu papel é tomar providências jurídicas para os negligenciamentos. Se olharmos para a história dos processos aqui construída, veremos que o Ministério Público tenta fazer exatamente isso, atua juridicamente após algumas poluições da fábrica. Mas no contexto em que essa investigação estava, a espera do órgão pela regularização provocou essa reação. Um joga para o outro, uma parte (defesa) diz que a conclusão do licenciamento está no aguardo da Supram Sul e a outra (promotor) diz que como já foi dado o andamento, não cabe ao Ministério Público amparar a Supram Sul.

No ano de 2017, a Promotoria de Pratápolis-MG estava envolvida em quatro processos contra a mineradora ao mesmo tempo, já em fase de encerrá-los. Este trabalho começa a criar a dimensão do quanto o judiciário se movimentou por causa da fábrica nessa década, e estamos falando só de “crimes contra o meio ambiente”.

¹⁸⁷ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Inquérito Civil n.º MPMG 0529.08.000032-4, *op. cit.* Arquivamento do processo dia 18 de agosto de 2017, fls. 130.

¹⁸⁸ *Ibidem.* Entendimento do Ministério Público dia 18 de agosto de 2017, fls. 129.

¹⁸⁹ *Ibidem.*

¹⁹⁰ *Ibidem.*

O que era para ser julgado, o derramamento do barro nos rios abaixo, feito sistematicamente pelas usinas hidrelétricas da mineradora, se tornou uma investigação (Inquérito Civil) para apurar “atual” nível de poluição das águas e a adequação da fábrica às normas ambientais. A demora tanto para tramitar no tribunal quanto do órgão ambiental responsável quando foi solicitado, cria uma divisão na história desse caso.

O atraso para julgar os autos juntados nos momentos iniciais (Boletim de Ocorrência, depoimentos, laudos de análise) muda o enredo jurídico, e no final, depois de anos esperando os licenciamentos que nunca chegaram, decidem encerrar o caso mesmo assim. Eu não acredito que se a regularização tivesse acontecido no mesmo ano que foi pedida à Supram Sul (2014), tivesse mudado algo, afinal os impactos nessas águas continuariam só que de forma legal. Mas a questão do tempo (a “demora”), é um elemento que norteia todo o “andar da carruagem”, e merece nossa atenção.

Os processos enfrentados pela fábrica revelam o seu descompromisso com a normas ambientais vigentes, expõe as circunstâncias socioambientais que as águas e formas de vida ligada a ela estão submetidos há oitenta e oito anos. Considerando o porte dessa mineradora, as pequenas multas aplicadas a ela não a inibe de poluir em excesso, a poluição é lucrativa para essa mineradora.

A demora das partes envolvidas nos tribunais e do órgão regional do meio ambiente (Supram Sul de Minas), como vimos, impacta diretamente no desenrolar do processo. Começam com as vozes dos itauenses vendo na justiça uma forma de resistir aos impactos causados pela mineradora, e depois de anos de demora, iniciam uma nova investigação do zero para apurar os atuais níveis de poluição dos afluentes. E no final, mesmo quando a fábrica não cumpre o que é pedido pelo Tribunal de Justiça, após anos de demora novamente, tudo é arquivado e encerrado sem nenhum prejuízo para os seus negócios.

A não responsabilidade da mineradora com os licenciamentos ambientais reflete em debates maiores, de extrema urgência no país hodiernamente. O Projeto de Lei 2159/21, conhecido como “PL da Devastação” aprovada no senado (21/05/2025), atende os interesses das mineradoras e negócios poluidores no geral. Essa mudança tira a necessidade da empresa de solicitar o licenciamento para o órgão ambiental. Essa lei opera em sentido contrário às necessidades do planeta.

No Antropoceno, os paradigmas construídos pelas sociedades nos últimos séculos têm que ser mudados, Pierre Charbonnier chama esse processo de “simetrização”¹⁹¹. Desse modo, as mudanças nas leis seriam uma consequência dessa transformação social. Vemos nesse trabalho, que as leis ambientais não estão aptas para proteger o planeta conforme ele precisa, o papel da Justiça não deve ser de conciliar capitalismo com os afetados por ele, e sim de eliminar o problema na raiz.

Essa grande transformação, de acordo com Kohei Saito, deveria vir a partir de um “decrescimento”¹⁹² do modelo de produção capitalista, que é incompatível com um futuro otimista do planeta em que todos nós vivemos. Para ele, não significa que as pessoas que ainda não tenham acesso à energia e moradia não devem mais ter com essa curva negativa do modelo de produção proposta, mas que podemos repensar os usos e distribuições, como o modelo de vida dos países desenvolvidos, trabalhando em alternativas que decresça a necessidade de impactar os locais minerados e consequentemente o planeta. Além do cimento, a mineradora pesquisada também transforma as jazidas em calcáreo, que é fortemente usado no agronegócio. O crescimento da exploração das jazidas em Itaú de Minas ao longo do tempo, está ligado ao crescimento das cidades e rodovias no país, e até mesmo ao agronegócio, outra grande atividade que contribui para a desequilíbrio ecológico do planeta.

¹⁹¹ CHARBONNIER, Pierre. Abundância e Liberdade: uma história ambiental das ideias políticas. Traduzido por Fabio Mascaro Querido. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2021, p. 275.

¹⁹² SAITO, Kohei. O Capital no Antropoceno. Tradução de Caroline M. Gomes. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2024, p. 69.

CAPÍTULO IV: POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA

Até agora, vimos a “paisagem lembrada” e um pouco do que não é contado através do “território jurídico” a quem a mineradora também se articula para manter seus objetivos em Itaú de Minas. Esse capítulo continuará apresentando elementos para pensarmos na contramão da versão oficial, ressignificando a memória construída sobre a figura das chaminés. Como vimos, é um símbolo do lugar. A história do processo (Ação Civil Pública) que será analisada é sobre um elemento onipresente da paisagem local, o pó. Esse elemento, jogado na atmosfera pela mineradora, torna a paisagem de Itaú de Minas acinzentada, colorindo desde o que vemos (camada de poeira) ao que não enxergamos, como os pulmões humanos.

Apesar desse trabalho estar pensando esse tipo de mineração a partir de um local específico, esse elemento – o pó, está carregado de poluentes que transforma a paisagem planetária, o Monóxido de Carbono emitido pela fábrica por exemplo é categórico quando o assunto é desaquecer o planeta. Isto é, poderíamos tratar esses impactos em múltiplas escalas, sem jamais desconsiderar a planetária.

4.1. A HISTÓRIA DE UM IRMÃO

A Lição de Contagem

Carlos Drummond de Andrade

Alvíssaras, meu capitão. Boas novas chegam de Minas Gerais. O cimento fabricado na cidade industrial de Contagem deixa de ser, ao mesmo tempo, fonte de desenvolvimento nacional e agente destruidor de vidas humanas que deviam beneficiar-se com esse desenvolvimento. A produção dava com a mão direita e tirava (muito mais) com a mão esquerda. Daqui por diante, só poderá dedicar-se à primeira atividade, renunciando definitivamente à segunda. A outras indústrias poluidoras, em pleno funcionamento no país, que aprendam a lição: vinte e um homens de Contagem, decididos, promovendo a ação popular na Justiça, e um prefeito dos que se fazem em Londres e, do outro lado, uma fábrica ávida de lucro a todo custo e insensível ao dano social causado por essa avidez.

Não foi sem muita luta que se chegou a este resultado. Ainda em junho último, uma passeata de protesto contra a poluição de Itaú, iniciativa pacífica, ao jeito das que se fazem em Londres e em tantas outras cidades civilizadas, acabou sendo proibida. Não obstante, o próprio delegado de polícia local se manifestou de acordo com a sua realização. O negócio era engolir pó cinzento sem reclamar, incorporando-o à vida e aos hábitos da cidade, pois se ele dava dividendos, por que reclamar? As chaminés envenenadoras da atmosfera pareciam sagradas. Mas o governador de Minas escutou, afinal, o clamor público e mandou fechar militarmente a fábrica da morte lenta em que se transformara uma prestante fábrica de cimento.

Clamor público: esta bela expressão precisa ser enaltecida em seu exato significado de contentamento e indignação contra o que ofende a consciência geral, pela violação de uma lei anterior às leis: o respeito à vida. Não se confunda esse assomo de revolta

moral com movimentos passionais ou de interesse mesquinho. Não se afronta às instituições ou aos poderes constituídos. Não se confunde subversão ou desordem. Pelo contrário, o clamor público, todas as vezes em que se permite sua manifestação, visa a restaurar o princípio da ordem, identificando com o sentimento de justiça, outra admirável combinação de palavras que se desprende do texto bíblico.

Contra a religião do econômico, elevado à categoria de princípio superior a todas as leis éticas e sociais, levantou-se a voz de 21 mineiros, que não são contra o cimento, mas que pretendem apenas ver sua fabricação obtida sem risco para a saúde dos moradores. Esta coisa tão simples, pois no planejamento de qualquer indústria hão de ser previstos os gastos necessários à segurança de seus operadores e de quantos viverem em redor, constitui-se em espantoso cavalo de batalha, pela indiferença da empresa em cumprir com uma obrigação elementar: a instalação, tantas vezes adiada, de filtros eletrostáticos nas chaminés.

O episódio, com sua lição exemplar, constitui-se na primeira vitória de uma consciência coletiva que vai se formando no Brasil, em defesa das condições de viver, atingidas brutalmente pela falsa concepção de riqueza-desenvolvimento. O que essa consciência exige não é muito, mas o essencial. Basta que um sentido humanístico presida as idéias e realizações de progresso econômico para que este se converta num objeto em si, alcançável de concretizar esses direitos à vida.

Pede-se, reclama-se, clama-se por uma filosofia de desenvolvimento racional e submetida ao bem da pessoa humana, com unidade moral e física, e não ao interesse abstrato de uma potência política. Do contrário, a riqueza que se acumular, aqui e em outro qualquer ponto do mundo, será uma triste, miserável riqueza, espalhada sobre cidades-hospitais, ou cemitérios de cidades.

Crônica publicada no Jornal do Brasil, no dia 16 de agosto de 1975.¹⁹³

Na década de 1970, houve uma revolta da população devido aos impactos da fábrica de cimento do Grupo Itaú na cidade de Contagem-MG. A primeira mineradora desse grupo foi a de Itaú de Minas (1937), como vimos no primeiro capítulo, por isso o nome da empresa carregava o nome do local – Companhia de Cimento Portland Itaú, em 1941 construíram a segunda fábrica, em Contagem. O grupo foi vendido para a Votorantim Cimentos em 1977, que tinha sete unidades esparramadas pelo Brasil. Por isso “a história de uma irmã”. Observar as experiências desse outro lugar, sobre o que já foi registrado e produzido, ajuda a imaginar e refletir melhor sobre as histórias de Itaú de Minas.

A crônica de Carlos Drummond de Andrade publicada em um importante jornal da época - “Jornal do Brasil” do Rio de Janeiro, faz dos 21 vizinhos que entraram na justiça contra a fábrica um exemplo nacional. Mas o motivo de refletirmos sobre essas palavras, não é

¹⁹³ CARDOSO, Newton. A fumaça assassina. Tito Guimarães Filho (organizador). – Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2000, p. 81-83.

somente esse. Apesar de ser uma perspectiva de como os impactos da fábrica de cimento estavam sendo refletidos na mídia nacional¹⁹⁴, tem um outro componente a se considerar.

Esse tão lembrado e estudado “poeta modernista” não está nesse trabalho somente para embelezá-lo. Carlos Drummond de família rica, nasceu em Itabira em 1902, município que a partir de 1940 seria impactado pela mineração de ferro com a criação estatal da mineradora Vale. José Miguel Wisnik fez um estudo minucioso sobre Drummond e a mineração, através dos poemas e outras fontes, ele mostra que a transformação irreversível provocada por essa atividade está diretamente ligada aos seus posicionamentos políticos, como o mostrado.

Os ecos de Itabira estão presentes nos poemas desse autor, a memória do Pico do Cauê é um exemplo disso. A montanha que estava sempre ali ao lado da cidade, foi destruída e cavada pela Vale, desaparecendo. Após essa modificação grotesca provocada na paisagem itabirana, Drummond publicou um de seus poemas mais famoso, “A montanha pulverizada” (1973), onde começa dizendo que:

Chego à sacada e vejo a minha serra,
a serra de meu pai e meu avô,
de todo nos Andrades que passaram
e passarão, a serra que não passa.¹⁹⁵

E termina expressando que:

Esta manhã acordo e
não a encontro.
Britada em bilhões de lascas
deslizando em correia transportadora
entupindo 150 vagões
no trem-monstro de 5 locomotivas
- o trem maior do mundo, tomem nota –
foge minha serra, vai
deixando no meu corpo e na paisagem
mísero pó de ferro, e este não passa.¹⁹⁶

A construção da Vale (1940) aconteceu no mesmo contexto da Companhia de Cimento Portland Itaú (1937). A história desses dois lugares é marcada pelos impactos da modernização do país, sustentada pelas chamadas “indústrias de base”. Por ser uma etapa “base” do

¹⁹⁴ Esse caso foi coberto também pelo jornalismo da Rede Globo, a historiadora Renata Cristina Silva mostra vários momentos dessa cobertura da imprensa. Ver SILVA, Renata Cristina. *Poluição do Ar e Conflitos Socioambientais: O caso da fábrica Itaú – Contagem – Minas Gerais (1975-1988)*. Belo Horizonte, 2018. Dissertação de Mestrado (História) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2018, p. 92-100.

¹⁹⁵ WISNIK, José Miguel. *Maquinação do Mundo: Drummond e a Mineração* – 1 ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 2018, p. 40.

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 41.

capitalismo, o Estado historicamente cumpriu um papel importante na estruturação e maximização da mineração. Itaú de Minas, Contagem, Itabira são exemplos dessa organização que aconteceu no desenvolvimentismo de Getúlio Vargas. Sabido desta relação de Drummond com a mineração, as palavras escritas por ele sobre o caso de Contagem ganham mais sentido.

De acordo com o prefeito de Contagem da época, “A Itaú despejava 108 toneladas diárias de pó sobre seis bairro de Contagem, o equivalente a 10 toneladas de cimento [...]”¹⁹⁷. No processo iniciado na época por 21 moradores locais contra a fábrica¹⁹⁸, um vizinho – Martim Francisco Coelho de Andrade – produziu uma “prova pericial” interessante, ele distribuiu uma caixa de um metro quadrado em casas nas imediações da fábrica, e depois de 24 horas, as recolheu e enviou para Belo horizonte para que o pó fosse analisado pela Universidade Federal de Minas Gerais¹⁹⁹. Segundo Martim,

O fundo das caixas, forrado de branco, ficou cinza-escuro, com uma grossa camada de pó de cimento. [...] Um absurdo, o resíduo era tanto que era possível juntar com a vassoura. Isso até facilitou o trabalho da perícia. A poeira era tanta que cobria os telhados e as roupas nos varais. A chuva caía e formava nos telhados uma carcaça de material terrivelmente perigoso para o organismo humano.²⁰⁰

Os moradores na época solicitaram dados para a Maternidade Santa Rita, de um dos bairros afetados pelas chaminés da fábrica de cimento em Contagem, e enviaram para a Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Os números mostraram que “70% das crianças internadas registravam diagnósticos de doenças broncopulmonares”²⁰¹. As internações nos hospitais do município eram em grande maioria por causa da poluição do ar, provocado principalmente pela fábrica de cimento e outras indústrias, “[...] cerca de 62% dos casos referem-se a problemas respiratórios.

Estava provado, para a Secretaria Municipal de Saúde de Contagem e para quem quisesse saber, que os resíduos de sílica, alumínio, ferro e manganês – que compunham a fumaça de Itaú – provocavam conjuntivite, gastrite crônica, dermatites, bronquite, asma e, depois de algum tempo, até enfisema pulmonar.²⁰²

O gerente da unidade de Contagem, José Carlos de Oliva, era o pai do diretor da unidade de Itaú de Minas, Jorge Dias de Oliva, tratava-se de um negócio de família. Ao contrário do

¹⁹⁷ CARDOSO, Newton. A fumaça assassina, *op. cit.*, p. 172.

¹⁹⁸ Como na década de 1970 não havia uma estrutura jurídica para “crimes ambientais”, os advogados dos moradores usaram o arcabouço jurídico do “Direito de Vizinhança” da época.

¹⁹⁹ Foi identificado 15,21% de óxido de sílica; 54,5% de óxido de calcário; 7,6% de alumínio; 1,21% de óxido de ferro; 36% de magnésio oxidado. Ver CARDOSO, Newton. A fumaça assassina, *op. cit.*, p. 29.

²⁰⁰ CARDOSO, Newton. A fumaça assassina, *op. cit.*, p. 154-155.

²⁰¹ *Ibidem*, p. 76.

²⁰² *Ibidem*, p. 28.

que todos esses indícios apresentados mostram, ele pronunciou o discurso da mineradora em uma nota de esclarecimento dizendo que a poeira lançada pelas chaminés “[...] apresenta um problema visual e um desconforto para os moradores das proximidades da fábrica. Mas seguramente não apresenta qualquer perigo ou dano à saúde [...]”²⁰³. Lembrado por Cardoso (2000) por defender os interesses da mineradora em detrimento da saúde da população, em Itaú de Minas a memória da família desse personagem é construída sobre outra atmosfera.

Uma das principais ruas da cidade, que corta o centro, recebeu o nome do seu filho – Rua Jorge Dias de Oliva. Mas não para aí, além dessa rua, há também uma escola e um campo de futebol com o nome dele (respectivamente, Escola Municipal Engenheiro Jorge Oliva e Estádio Engenheiro Jorge de Oliva). A memória construída sobre esse personagem nos dois lugares, se divergem. A nomeação dos lugares (rua, escola e estádio) nesse caso, segundo o historiador Pierre Nora é a manifestação da memória no lugar (material) - “lugares de memória”. É um

Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais.²⁰⁴

O que notamos aqui, é um “enquadramento da memória”²⁰⁵, uma manifestação do poder nos quadros de compreensão. Não devemos imaginar que o modo de operar (*modus operandi*) da cimenteira em Contagem era diferente da sua “irmã” - unidade de Itaú de Minas. Afinal, a história dos impactos da Companhia de Cimento Portland Itaú começa com a “irmã mais velha”. Olhando para esses dois lugares, as similaridades e diferenças na atuação da sociedade civil organizada contra os impactos socioambientais e as memórias construídas, chama a nossa atenção.

Com a ação judicial iniciada por 21 vizinhos contra a fábrica de Contagem, em 1975 a prefeitura atuou procurando medidas legais (cassação de alvará) para fechar a “fábrica da morte”²⁰⁶. Apesar de vermos que em Itaú de Minas as pessoas procuram a justiça como uma forma de enfrentar os impactos, maneira “individual” de lidar com o problema. E embora tenha

²⁰³ CARDOSO, Newton. A fumaça assassina, *op. cit.*, p. 33.

²⁰⁴ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares, *op. cit.*, p. 7.

²⁰⁵ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio, *op. cit.*

²⁰⁶ Parafraseando a crônica de Carlos Drummond de Andrade (A Lição de Contagem – 1975). Presente em: CARDOSO, Newton. A fumaça assassina, *op. cit.*, p. 81-83.

resquícios de memórias esquecidas que um dia já houve greve, ou seja, uma atuação civil que foi organizada por vários moradores/trabalhadores²⁰⁷.

Os grupos políticos na prefeitura de Contagem se mobilizaram contra a poluição do ar, promovendo o pedido dos moradores para que a fábrica instalasse filtros para amenizar os impactos, pelo menos os “visíveis”. Essa atuação política da prefeitura contra a fábrica é uma experiência que não foi notada em Itáú de Minas. De acordo com a historiadora Renata Silva Cristina, “A intervenção do poder executivo municipal, em agosto de 1975, conferiu maior visibilidade aos incômodos sentidos pela população e afirmou os contornos políticos do conflito”²⁰⁸.

4.1.1. O pó da irmã mais velha (Itáú de Minas)

O tal “pó” é um incômodo para a sociedade de Itáú de Minas em diferentes momentos históricos. Em uma pesquisa financiada pela fábrica de cimento sobre a comunidade no final da década de 1960, foi feito um questionário com milhares de itauenses²⁰⁹. Ao perguntarem o que consideram o principal “problema da comunidade” para 4.667 moradores do município, deram vinte e seis opções de respostas, a segunda mais escolhida foi o “Pó”, ficando atrás somente do desejo de “Emancipação”.

Tabela 1 – Pensamento quanto à situação dos problemas da comunidade

	Urbano	Suburbano	M.Níquel	Rural	TOTAL
Emancipação	915	134	121	147	1.317
Escola profissional	390	48	60	94	592
Escola industrial	87	13	9	13	122
Ampliações de outros cursos	72	13	7	5	97
Divertimentos mais amplos	31	6	10	10	57
Praça	8	-	4	2	14
Parque de diversões	24	3	2	2	31
Asfalto	63	4	1	4	72
Ônibus escolar	6	-	4	4	14
Pó	446	63	62	66	640
Praça de esportes	5	-	2	1	8
Moradia	54	3	1	3	61
Emprego p/ menor	346	47	36	51	480
Desemprego	229	51	31	75	386
Problemas sociais	24	-	7	-	31
Analfabetismo	32	15	8	9	64

²⁰⁷ Esse resquício será apresentado no próximo subtópico.

²⁰⁸ SILVA, Renata Cristina. Poluição do Ar e Conflitos Socioambientais: O caso da fábrica Itáú – Contagem – Minas Gerais (1975-1988). Belo Horizonte, 2018. Dissertação de Mestrado (História) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2018, p. 121.

²⁰⁹ COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND ITÁÚ. Itáú de Minas: estudo de uma comunidade brasileira, tal como é e como poderá ser, *op. cit.*, p. 94.

Pouca valorização da pessoa humana	45	6	7	8	66
Mais comércio	25	3	4	5	37
Problemas econômicos	41	5	3	2	51
Falta de administração	47	3	-	3	53
Famílias numerosas	4	-	-	1	5
Não sei	47	71	22	40	180
Não tenho opinião	33	9	8	17	67
Não há	14	3	2	-	19
Cia.	3	-	-	1	4
Outros	136	28	25	10	199
TOTAL	3.130	528	436	573	4.667

(Companhia de Cimento Portland Itaú, 1970, p. 94)

O desejo político de emancipação, influenciados por grupos políticos na época que buscavam essa separação do território, deve levar em consideração o plano de fundo econômico propiciado pela presença da mineradora²¹⁰. Agora a insatisfação ao “Pó”, que por sua vez deve ser associado aos problemas pulmonares, chama a atenção nessa pesquisa/livro feita pela própria fábrica. Esse indício encontrado, de mais de trinta anos antes do vizinho – Laureano de Souza Amorim - ir à Promotoria (2004), mostra que a insatisfação dele não era algo novo.

Em um documento encontrado da prefeitura também do ano de 1970²¹¹, foi relatado que

O Grande problema da cidade de Itaú de Minas é a poluição da atmosfera, pela poeira lançada pela Cia. de Cimento Itaú, ficando a cidade bem na direção dos ventos dominantes, estando, pois, os telhados das habitações permanentemente cobertos de poeira, bem como as vias públicas, o que torna uma cidade, de certa forma, inóspita²¹².

Mesmo com a sociedade querendo “Implantar um sistema de lavagem de vias públicas [...] a fim de remover, eficientemente a poeira lançada pela Cia. de Cimento [...] mediante aquisição de caminhão-pipa equipado com mangueira de lavagem”²¹³, como também foi identificado nesse relatório, o pó jamais deixaria de causar impactos socioambientais. Essa vontade expressa no relatório da prefeitura talvez sugira que o problema do “pó” era identificado pela sociedade na época por sujar a paisagem local²¹⁴, e não pela perspectiva ambiental. Talvez identificassem um problema pequeno perto do que ele realmente era.

²¹⁰ FOLHA DA MANHÃ. Maioria na Câmara decide apoiar Novelli: Novelli não descarta mais demissões. Jornal Folha da Manhã. Biblioteca Municipal de Passos. Passos-MG, p. 3, 31 ago. 1989.

²¹¹ O documento da prefeitura (Relatório de Desenvolvimento Integrado) foi encontrado na atual “Estação Cultural” de Pratápolis, que fica na antiga Estação Ferroviária. Nesse espaço, sem os cuidados necessários, em uma sala é guardado objetos da memória local, sendo uma espécie de museu.

²¹² PRATÁPOLIS, Prefeitura Municipal de. Relatório preliminar de desenvolvimento integrado de 1970, *op. cit.*

²¹³ *Ibidem*, p. 26.

²¹⁴ Discurso da fábrica sobre o pó na “Nota de Esclarecimento” em: CARDOSO, Newton. A fumaça assassina, *op. cit.*, p. 33-34.

Esses indícios de uma mesma época, ajudam a pensar historicamente o problema da poeira visível que a mineradora lança no ar. Mas não nos esqueçamos que isso tudo é sobre o que é visível aos olhos humanos, para além da poeira que podemos ver, ela também transforma Itaú de Minas/planeta com vários outros poluentes, como será mostrado.

A diferença entre estrutura hospitalar do distrito (Hospital da Fundação Itaú) e a da sede municipal (Hospital Municipal de Pratápolis) era grande. O excesso de pó identificado com os olhos nessa época também era sentido pelos itauenses em seus organismos. Para compreender isso, vamos cruzar algumas informações. De acordo com o relatório da prefeitura antes mencionado,

A assistência médica em Pratápolis é prestada por 2 médicos, 2 dentistas, um Posto de Higiene e Puericultura, em um Hospital Municipal de 9 leitos. Em Itaú de Minas a população é atendida por 3 médicos, 1 dentista e pelos Hospital da Fundação Itaú de 48 leitos.²¹⁵

Sendo que a população dos dois lugares eram praticamente as mesmas nessa época, a discrepância nos números de leitos hospitalares exhibe o custo socioambiental da mineração. O distrito Itaú de Minas tinha trinta e nove leitos a mais que a sede municipal. Na pesquisa feita pela fábrica, ao falarem das causas de mortes entre 1960-1969, a quantidade por causa de doenças pulmonares chama a atenção em relação às de outros tipos²¹⁶. Por se tratar de uma narrativa feita pela fábrica, essas associações feitas por mim (pó e doenças) não são interpretadas na pesquisa/livro, obviamente.

Tabela 2 - Causa-mortis – de 1960 a março de 1969

Cardiopatias	
Insuficiência cardíaca congestiva.....	47
Cardiopatia congênita.....	11
Miocardite chagásica.....	19
Enfarte do miocárdio.....	14
Fibrilação ventricular.....	5
Asma cardíaca.....	3
Endocardite bacteriana.....	1
Edema agudo no pulmão.....	22
TOTAL.....	122

²¹⁵ PRATÁPOLIS, Prefeitura Municipal de. Relatório preliminar de desenvolvimento integrado de 1970, *op. cit.*, p. 10.

²¹⁶ COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND ITAÚ. Itaú de Minas: estudo de uma comunidade brasileira, tal como é e como poderá ser, *op. cit.*, p. 122.

Moléstias neurológicas

Hidrocefalia.....	1
Coma epilético.....	4
Apoplexia cerebral.....	5
Meningite.....	2
Encefalite.....	6
Microcefalia.....	2
Ictus cerebral.....	20
Mongolismo.....	2
Embolia cerebral.....	1
TOTAL.....	43

Moléstias renais

Glomerulo nefrite aguda.....	3
Nefrosclerose.....	1
Uremia.....	10
TOTAL.....	14

Moléstias pulmonares

Tuberculose pulmonar.....	9
Atelectasia pulmonar.....	4
Bronquietasia pulmonar.....	1
Bronquite asmática.....	2
Broncopneumonia.....	54
Bronquite capilar.....	14
TOTAL.....	84

(Tabelas presente no livro “Itaú de Minas: estudo de uma comunidade brasileira, tal como é e como poderá ser” da Companhia de Cimento Portland Itaú de 1970, p. 122)

Se fizermos uma média nos números totais, as mortes por doenças pulmonares representavam aproximadamente 31,9%, as cardíacas 46,3%, as neurológicas 16,3% e as renais 5,3%. O alto índice de doenças pulmonares por causa da poluição respirada é evidente. Como vimos na “história da irmã”, em Contagem as crianças sofriam com doenças “bronicopulmonares” provocadas pela cimenteira. E as crianças itauenses? No território da irmã primogênita não seria diferente, vejamos.

Tabela 3 - Morbidade – menos de 1 ano de idade

Quadro 51

Valor Absoluto

	Urbano	Suburbano	M. Niquel	Rural	TOTAL
Tétano	16	5	1	3	25
Paralisia Infantil	1	1	-	-	2
Infecção	32	6	2	3	43
Febre	14	8	3	2	27
Cardíaco	20	13	2	5	40
Moléstias pulmonares	43	5	3	4	55
Desidratação	68	23	7	12	110
Difteria	5	-	-	2	7
Gripes e resfriados	9	4	1	2	16
Eritroblastose fetal	20	-	2	-	22
Disenteria	20	3	1	3	27
Outras	178	31	13	11	232
Sem resposta	121	3	13	144	281
TOTAL	547	102	48	191	888

(Tabela presente no livro “Itaú de Minas: estudo de uma comunidade brasileira, tal como é e como poderá ser” da Companhia de Cimento Portland Itaú de 1970, p. 213)

Tabela 4 - Morbidade – de 1 a 10 anos

Quadro 52

Valor Absoluto

	Urbano	Suburbano	M. Niquel	Rural	TOTAL
Tuberculose	1	-	-	-	1
Paralisia Infantil	1	-	-	1	2
Outra paralisia	-	-	-	-	-
Ataque	2	-	1	-	3
Moléstias pulmonares	20	8	1	4	33
Moléstias cardíacas	17	2	1	3	23
Tétano	8	1	1	1	11
Infecção	19	1	1	1	22
Vermínose	6	5	2	1	14
Hepatite	4	1	-	-	5
Câncer	2	-	-	-	2
Gripe e resfriados	5	-	-	-	5
Sarampo	11	5	1	-	17
Varíola	1	2	-	-	3
Tifo	1	-	1	-	2
Acidente	3	-	-	1	4
Envenenamento	2	-	-	-	2
Escarlatina	1	-	-	-	1
Cirroze	1	-	-	-	1
Derrame cerebral	3	-	-	-	3
Neurose e psicose	-	1	-	1	2
Suicídio	1	-	-	-	1
Outras	67	30	5	2	104
Sem resposta	53	-	6	-	59
TOTAL	229	56	20	15	320

(Tabela presente no livro “Itaú de Minas: estudo de uma comunidade brasileira, tal como é e como poderá ser” da Companhia de Cimento Portland Itaú de 1970, p. 214)

As “Moléstias Pulmonares” se destacam em meio às outras doenças, é um índice constante nos quadros clínicos de Itaú de Minas. De acordo com esses dados, percebemos que as crianças que cresciam ao entorno da fábrica, desenvolviam seus órgãos do sistema respiratório a partir do cimento inalado. Além desse tipo de doenças perseguida em minha pesquisa, as cardíacas também eram muito recorrentes, tanto nas crianças quanto nos adultos. Mas é claro, os indícios das doenças não aparecem na “história oficial”, os autores que contam a história/memória local esquecem esse preço do “progresso”. As chaminés não são tão sagradas para a vida, como as memórias/paisagens construídas sugerem.

A intervenção dos militares também acontecia em Itaú de Minas, segundo a memória de Efigênia Candia Barbosa, entrevistada por Vânia Campos em seu trabalho, ela lembra que

[...] Toninho Pessoa, juntamente com alguns operários fizeram um movimento grevista no local, por aumento de salários e também no fornecimento de roupas e calçados para trabalharem. Só que o movimento não teve sucesso, pois a fábrica acionou a vinda de soldados para impedir e acalmar os trabalhadores evitando que a manifestação se expandisse.²¹⁷

Essa memória é um indício poderoso para repensar a história da fábrica nesse lugar. Diferentemente do que a memória oficial sugere, percebemos que os itauenses resistiam aos impactos da mineradora. A memória da “greve” sugere que esse enfrentamento acontecia inclusive de maneira organizada. Essa parte da história não contada, foi esquecida ao longo dos anos, tornando um desafio para o pesquisador resgatá-la. Para além dessa questão, essa memória revela também que assim como em Contagem, em Itaú de Minas os militares protegiam o que julgavam ser de “interesse nacional” em detrimento do real interesse dos moradores locais.

Falar sobre os indícios históricos do como a sociedade interpreta o “pó” e das causas das mortes e tipos de doenças dos itauenses, nos prepara para a história de outro processo. Mesmo passado anos, agora vamos ver que a fábrica de cimento de Itaú de Minas ainda emite sua poeira tóxica ao seu entorno, desrespeitando os limites de poluição propostos por organismos reguladores.

4.2. CARTA BRANCA ÀS CHAMINÉS!

Nos anos de 2008, 2009 e 2010, o órgão ambiental responsável (Supram Sul) identificou que a fábrica de cimento estava emitindo Monóxido de Carbono e Material Particulado acima

²¹⁷ CAMPOS, V. A. A Emancipação Política e Administrativa de Itaú de Minas, *op. cit.*, p. 52.

dos níveis permitidos pela lei²¹⁸. Apesar da demora, como parte do procedimento, os autos que comprovam a poluição foram enviados para o Ministério Público cinco anos depois do primeiro registro.

A partir daí (2013), o promotor iniciou uma Ação Civil Pública para julgar esses “crimes ambientais” que movimentou o judiciário em duas instâncias (Pratápolis e Belo Horizonte). Mas a mineradora consegue o que tanto busca, ao passo que o planeta e a comunidade local são afetados por “medidas administrativas”, como veremos. Os documentos (provas) da poluição, foram anulados pela própria Supram Sul em 2015, dando “carta branca” para a fábrica poluir, levando a partir daí, o encerramento do caso por “não haver mais prova”.

4.2.1. Os poluentes das chaminés

Apesar do foco da discussão ser dois poluentes específicos, Monóxido de Carbono (CO₂) e Material Particulado (MP), não devemos pensar que são somente esses que contribuem para a poluição atmosférica. De acordo com os laudos, vemos que além deles, as chaminés da fábrica lançam no ar várias outras substâncias, como óxidos de enxofre, cianetos, amônia, ácido clorídrico e cloro, ácido fluorídrico e fluoretos, metais (antimônio, arsênio, berílio, cádmio, chumbo, cobalto, cobre, cromo, estanho, manganês, níquel, paládio, platina, rhódio, selênio, tálio, telúrio, titânio, vanádio, zinco e mercúrio), óxido de nitrogênio, hidrocarbonetos, dioxinas e furanos²¹⁹.

Mesmo que a maioria sejam emitidos dentro do teto de poluição colocado pelas legislações, a soma de todos esses poluentes no ar resulta em uma mistura nada agradável para a saúde humana e para o não humano. Ela ter emitido o Monóxido de Carbono e o Material Particulado acima dos níveis legais, apresenta o descompromisso com as leis, e como veremos, com a justiça. Como já dito, a justiça é um território onde a fábrica atua para poder minerar sem freios. No entanto, não nos deixemos levar pelo foco nesses poluentes que ela emitiu acima do permitido, pois a soma de todos eles já são o suficiente para causar preocupações.

O Material Particulado, de acordo com professores do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), é uma mistura de partículas líquidas e sólidas que ficam na atmosfera, como se fosse uma poeira tóxica. Segundo os especialistas da área da saúde, “Esse material particulado apresenta uma característica

²¹⁸ LEI CONAMA nº 03 de 1990.

²¹⁹ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Ação Civil Pública n.º 0028069 19.2013.8.13.0529, *op. cit.* Relatório laboratoriais, fls. 39-49.

importante que é a de transportar gases absorvidos em sua superfície até as porções mais distintas das vias aéreas, onde ocorrem as trocas de gases no pulmão”²²⁰.

De acordo com essa explicação, pensemos que o Material Particulado é a poeira. Esse pó emitido pela fábrica, ao ser respirado, facilita o transporte dos poluentes para os pulmões, e vimos que não são poucos. A poeira não está somente nas superfícies que enxergamos, mas também no sistema respiratório. Os personagens políticos que se expressam no relatório municipal de 1970, olham para esse gás poluidor de maneira técnica, não relaciona ele aos problemas de saúde provocados, como esse trabalho propõe. Interpretação parecida como vimos em 1970, no discurso dito pela fábrica de Contagem, de que o pó causava somente um problema de sujeira.

Lembrando que olhar para a saúde da sociedade, é uma perspectiva de ver os impactos socioambientais causados pelos poluentes lançados na atmosfera, não esqueçamos que os efeitos acontecem dentro de um sistema planetário chamado Planeta Terra. Para compreendermos o que influenciou a Crise Climática, devemos levar em consideração o Monóxido de Carbono, que aumenta “a passos largos” após a Revolução Industrial, não cessando desde então. De acordo com Saito,

Como se sabe, o CO₂ é um dos gases de efeito estufa. Esses gases absorvem o calor irradiado da superfície terrestre e aquecem a atmosfera. Graças a esse efeito, a Terra se mantém em uma temperatura adequada para que os humanos e outros seres vivos consigam sobreviver.²²¹

Segundo Charbonnier,

[...] o acúmulo de CO₂ na atmosfera não apenas compromete a habitualidade da Terra, mas exige uma nova concepção de nossas relações políticas com os recursos. Em outras palavras, essas mesmas moléculas contêm o inverso da liberdade, elas são uma prisão ecológica da qual não encontramos saída.²²²

O aumento de emissão desse gás está aquecendo assustadoramente o nosso planeta. Seja o Dióxido de Carbono (CO₂) ou o Material Particulado, quer olhamos para o recorte local ou para o sistema planetário, esses poluentes mesmo em níveis historicamente emitidos devem ser cessados, agora em níveis acima só exhibe um absurdo maior.

²²⁰ BRAGA, A, *et. al.* Poluição atmosférica e saúde humana. Revista USP, 2001, p. 63.

²²¹ SAITO, Kohei. O Capital no Antropoceno, *op. cit.*, p. 14.

²²² CHARBONNIER, Pierre. Abundância e Liberdade: uma história ambiental das ideias políticas, *op. cit.*, p. 12.

4.2.2. Na atmosfera dos tribunais (2013-2019)

Após o recebimento da denúncia do órgão ambiental (Supram Sul), o promotor Alan Carrijo Ramos que já tocava demandas contra a fábrica, iniciadas por outros, iniciou outro processo. Anos depois da instauração, após movimentar o judiciário em duas instâncias, o mesmo órgão ambiental que denunciou a fábrica (Supram Sul) cancelou os autos que comprovam a poluição atmosférica, fazendo com que o caso se encerrasse sem nenhum prejuízo para a mineradora. A Supram Sul dá os passos iniciais e os finais dessa história.

Primeiramente, ela decide multar a fábrica pela poluição praticada em somente vinte mil reais e um centavo. Para tomar tal decisão, usou-se o Código 110 do Decreto Estadual 44.844/08, que a partir de dois mil e oito tipifica e classifica as infrações ambientais, no caso em questão, a infração é considerada “grave” por essa lei. Pelo texto do crime julgado, caberia até a suspensão das atividades (embargo), mas o órgão ambiental preferiu aplicar a “multa simples”.

Uma outra coisa interessante que surge no depoimento prestado ao Ministério Público, é que “[...] há suspeitas de que a fábrica de cimento instalada em Itaú de Minas tem os filtros de suas chaminés abertos ou desligados durante a noite, contribuindo para o aumento da emissão de poluentes”²²³. Essa “suspeita” que vai ser fortemente atacada pelos advogados da mineradora, não é a primeira vez que aparece nos tribunais. No processo desencadeado por Laureano de Souza Amorim em 2004, ao depor na promotoria ele disse:

Que sabe que constantemente é feita medida da quantidade de poluição emitida pelas chaminés, porém essa medição é feita somente durante o dia, e durante a noite acredita que as chaminés são liberadas para limpeza dos filtros, o que faz com que a poluição seja muito maior à noite.²²⁴

Por não ser comprovada no tribunal, os advogados da mineradora atacam fortemente essa “suspeita”. A repetição dessa história merece atenção. Seria a fábrica tão sacana ao ponto de esperar a sociedade dormir para emitir mais poluentes? Considerando os motivos que a levaram aos tribunais, eu não duvido. As chaminés deveriam causar medo, e não provocar um sentimento de identidade em relação ao lugar, como a paisagem/memória é construída.

²²³ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Ação Civil Pública n.º 0028069 19.2013.8.13.0529, *op. cit.* Depoimento dia 20 de novembro de 2013, fls. 6.

²²⁴ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Inquérito Civil n.º MPMG 0529.11.000019-5, *op. cit.* Depoimento de Laureano de Souza Amorim dia 18 de março de 2004, fls. 4.

O motivo que faria com que o processo fosse se arrastar por anos em duas instâncias judiciais, isto é, tanto na Comarca de Pratápolis quanto por desembargadores em Belo Horizonte, é o pedido do Ministério Público para que caso a fábrica poluir novamente (reincidência), ela tenha que pagar uma multa de um milhão para o Fundo Especial do Ministério Público (FUNEMP).

A mineradora não gosta nem um pouco disso, pois ela quer “carta branca” para poluir. O motivo do caso ir para a segunda instância, foi por meio de pedidos da fábrica para revogar justamente essa decisão já aceita pelo juiz da comarca local²²⁵. Mas a saída para ela não ter que pagar um milhão quando fosse pega poluindo novamente não estava nos diferentes instrumentos jurídicos usados para recorrer na justiça²²⁶, mas sim no pedido à Supram Sul para que anulasse os documentos que registraram as poluições em 2008, 2009 e 2010.

Em 2015, após a fábrica solicitar o cancelamento dos autos há dois anos antes²²⁷, a Supram Sul decidiu atender ao pedido²²⁸. Disseram que “[...] verificou-se que a materialidade do ato não foi comprovada, decide-se então pela anulação do auto de infração nº 44630/2013”²²⁹. Como vamos ver, vários atores jurídicos nas duas instâncias votaram para manter a decisão para que ela pagasse um milhão em caso de reincidência, levando a fábrica inclusive a tentar recorrer na terceira instância (Supremo Tribunal de Justiça) em Brasília.

Como pode o órgão ambiental registrar as emissões e aplicar multa leve. E depois de cinco anos notificar o Ministério Público – procedimento técnico, que então decide começar um processo com o objetivo de fazer com que a mineradora cumpra o que já está previsto na lei. E após estar amplamente acordado sobre a decisão da multa de um milhão, caso ela polua novamente, basta apenas o órgão ambiental que registrou o crime invalidar a única prova usada, que era amplamente considerada suficiente, que todo o processo se desmorona e a fábrica consegue o “passe” para poluir²³⁰. A Ação Civil Pública foi oficialmente encerrada em 2019.

É tão simples, parece não ser sobre vidas, mas sim sobre “medidas técnicas”, onde basta apenas a anulação do órgão em Varginha-MG para dizer que a poluição que um dia causou

²²⁵ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Ação Civil Pública n.º 0028069 19.2013.8.13.0529, *op. cit.* Decisão do Juiz Arsênio Pinto Neto, fls. 23-25.

²²⁶ “Agravo de Instrumento” para ir para a segunda instância e o “Recurso Especial” para ir para a terceira.

²²⁷ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Ação Civil Pública n.º 0028069 19.2013.8.13.0529, *op. cit.* Protocolo da Supram Sul R0463694/2013, fls. 356.

²²⁸ *Ibidem*.

²²⁹ *Ibidem*.

²³⁰ A sentença que irá julgar improcedente pelo fato de a única prova usada ter sido anulada, é dada pelo Juiz Elton Pupo Nogueira (30 de novembro de 2017).

danos e agora não causou mais, que tudo termina. O Promotor Alan Carrijo Ramos que iniciou o processo, após essa conquista da fábrica, diz que

Ao que parece a empresa-ré deseja uma carta branca para poluir. [...] Por que a empresa ré tem medo de ser controlada não só pelos órgãos ambientais -os quais, frise-se, estando dando provas de que pouco ou nada fazem para impedir danos ambientais – mas também pelo Ministério Público e pelo Estado-Juiz? A resposta só pode ser uma: prosseguir no cometimento de crimes ambientais e danos de toda ordem, vez que, repetindo, as multas são sempre objeto de recursos administrativos e se vierem a vingar possuem valores extremamente módicos frente ao lucro obtido.²³¹

Essa fala revela o problema estrutural que o Ministério Público sofre ao enfrentar a fábrica pelos impactos (crimes) socioambientais provocados por ela, seja os pesquisados no terceiro capítulo ou esse. Um outro processo, ainda não comentado, foi iniciado em 2014 por ela estar drenando o córrego Calazarte sem licenciamento ambiental, os autos da Supram Sul também foram anulados por essa instituição nesse Inquérito Civil, através do mesmo mecanismo (recurso administrativo)²³². O que também chama atenção, para além da repetição, são as anulações dos autos dos dois processos diferentes terem sido decididas na mesma época, um em agosto e outro em dezembro de 2015.

4.2.3. A fábrica fala em nome da sociedade!

Se olharmos para a estrutura do processo e os interesses das partes envolvidas, em tese quem fala pela sociedade é o Ministério Público. Segundo o promotor instaurador do processo

A negligência, a imprudência e a irresponsabilidade social, infelizmente, têm sido a marca e o diferencial das mineradoras deste País, pois subtraem, do subsolo Brasileiro, riquezas naturais, geram poluições de toda ordem, a exemplo da ré, e, em seguida, negam a prática de infrações penais e administrativas, questionando autuações através de seus “Experts” altamente treinados na arte do sofismo.²³³

Os atores jurídicos que acusavam a fábrica tinham consciência do seu impacto ambiental, mas há brechas que os impedem de defender o real interesse da população. Uma delas é que a própria lei usada para acusá-la foi articulada incansavelmente pela defesa da mineradora. A primeira legislação federal que estipula os níveis de poluição permitido

²³¹ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Ação Civil Pública n.º 0028069 19.2013.8.13.0529, *op. cit.* Entendimento do Ministério Público (Promotor Alan Carrijo Ramos) dia 1 de dezembro de 2015, fls. 358.

²³² PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Inquérito Civil n.º 0017337 37.2017.8.13.0529. Crimes contra o meio ambiente e o Patrimônio (drenagem do Córrego Calazarte). Representante: Ministério Público e Representado: Votorantim Cimentos S.A., de 2015, fls. 20.

²³³ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Ação Civil Pública n.º 0028069 19.2013.8.13.0529, *op. cit.* Entendimento do Ministério Público (Promotor Alan Carrijo Ramos) dia 1 de dezembro de 2015, fls. 358.

(CONAMA nº 03/1990) tinha uma fissura ao permitir que houvesse um “Pico de Poluição” ao ano.

Além desta brecha, outra desculpa que deveria magoar a comunidade itauense é quando a defesa compara a fábrica a um condutor e seu automóvel. Deve estar se perguntando como, pois, vou explicar. Agora veremos a fábrica “falando pela sociedade”.

A comparação existe porque tanto a fábrica quanto um carro emite Monóxido de Carbono, mas será que na mesma intensidade a ponto de compará-los? Para revogar a decisão de que ela deveria pagar um milhão caso poluísse novamente, usam o Decreto Estadual 44.844/08, onde estipula os valores da multa²³⁴. Nele, o valor mais alto, caso ela poluísse a atmosfera acima do permitido novamente seria cem mil reais. Como o Ministério Público pedia que fosse um milhão, a defesa faz essa ingênua comparação:

Mas indague-se: será que esta demanda efetivamente representa os anseios da sociedade? Será que uma sociedade democrática de direito satisfaz-se como uma ação judicial que objetiva romper com a legalidade? Parece que a presente demanda apenas traz insegurança jurídica e poucos senão nenhum benefício à coletividade.

Veja-se será que os representados de Itaú de Minas e adjacências – residentes – almejam ter, sempre, um provimento judicial específico que consigne o que cada lei publicada afirma? Que a legislação vigente seja reafirmada por decisão judicial? Será que este DD. Juízo igualmente almeja decidir sobre todo o cotidiano a exemplo do citado de se demandar ao extremo a um motorista obrigando-o a cumprir o CNT e mais, a pagar multa de R\$1 milhão se estacionar errado, isso tudo por decisão judicial!

Ora se ele, administrado, habilitado, pretende dirigir deve seguir a lei e pronto i.e.: seguir o CNT. Se ultrapassar aqueles limites permitidos, no que ultrapassou, aí sim deve ser chamado à razão legal em juízo. Não contrário. Não supostamente e preventivamente porque num futuro incerto ele pode atropelar alguém!²³⁵

Digamos que essa demanda ainda é branda perto do que a sociedade e o planeta precisam. Mas considerando a multa de um milhão, seria uma certa conquista para a comunidade itauense se essa decisão não tivesse sido revogada pelo órgão ambiental. Para uma empresa do tamanho da Votorantim Cimentos em Itaú de Minas-MG, as multas previstas nas legislações não a inibem de poluir (cem mil reais), pois pode compensar pagar uma pequena multa, comparado ao seu capital, e continuar poluindo.

Ao contrário de como os representantes da fábrica sugerem, acho sim que é uma boa ideia prevenir que a fábrica “atrole” várias pessoas (não seria “alguém”, seriam várias),

²³⁴ Nesta lei, para empresas consideradas de “Porte Grande”, como é o caso, em caso de crime sem reincidência o valor seria vinte mil e um reais (R\$ 20.001,00), de reincidência genérica setenta e três mil trezentos e trinta e três reais e sessenta e sete centavos (R\$ 73.333,67), e reincidência específica cem mil reais (R\$ 100.000,00).

²³⁵ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Ação Civil Pública n.º 0028069 19.2013.8.13.0529, *op. cit.* Documento de defesa dia 16 de janeiro de 2014, fls. 187.

forçando-a a pagar uma multa de acordo com o seu porte, visto que o valor que a lei previa seria “módica”. Mas o discurso usado pelos advogados na defesa da fábrica confunde as coisas, com essa metáfora infundada, parece que o Ministério Público é o vilão e ela a heroína da história/sociedade.

4.3.4. Carta branca concedida!

A decisão da maioria dos personagens jurídicos que tiveram que opinar e votar sobre o valor da multa (lembrando que esse é o motivo da fábrica recorrer incansavelmente, levando o processo para as mãos da Procuradoria Geral e de desembargadores em Belo Horizonte) foi de que um milhão era válido considerando o tamanho da fábrica²³⁶. O procurador²³⁷ disse que “[...] a multa aplicada na instância administrativa não se confunde com a multa cominatória imposta em decisão judicial, que incide somente em caso de descumprimento”²³⁸. Isto é, diferentemente do que a fábrica acusava, a multa de um milhão não era considerada inconstitucional.

A decisão tão temida pela fábrica de se confirmar – pagar um milhão caso poluísse novamente, estava praticamente certa nos tribunais. A fábrica já não tinha mais onde recorrer, visto que a tentativa de levar o caso para ser julgado em Brasília não deu certo. Até que veio a sacada final, o pedido de anulação da Supram Sul dos documentos que comprovam as irregularidades lavrados por essa própria instituição. Independentemente se o caso já estava esclarecido e amplamente decidido por muitos autores jurídicos, a decisão desse órgão no final de 2015 comprometeu tudo que havia sido discutido na movimentação das instâncias judiciais desde 2013.

Essa reviravolta fez com que a fábrica de cimento conseguisse a “carta branca” para poluir, isto é, ela não terá mais que pagar um milhão caso polua novamente com suas chaminés carinhosamente lembradas por muitos. A história desse processo serve como uma experiência para ressignificar os sentidos construídos sobre as chaminés, como vimos no segundo capítulo.

²³⁶ Desembargadores que votaram a favor da decisão: Bittencourt Marcondes (fls. 282-284 e fls. 485-488), Fernando Caldeira Brant (fls. 531-536), Rogério Coutinho (fls. 610-613 e fls. 644), Paulo Balbino (fls. 644), e quando a defesa tentar levar para o Supremo Tribunal de Justiça em Brasília (3º grau), o Ministro Sérgio Kukina nega (fls. 570-572), concordando com a decisão. A Desembargadora Relatora do caso, Teresa Cristina da Cunha Peixoto, primeiramente votou contra a decisão (fls. 263-269), após seus colegas se posicionarem a favor da multa da decisão, ela passou a apoiar (fls. 637-644). Todas as referências (fls.) dessa nota estão em PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Ação Civil Pública n.º 0028069 19.2013.8.13.0529, *op. cit.*

²³⁷ Procurador Luiz Carlos Teles de Castro. O procurador exerce o mesmo papel do promotor, só que em instâncias judiciais diferentes, o primeiro em segundo piso e o promotor na comarca local.

²³⁸ PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Ação Civil Pública n.º 0028069 19.2013.8.13.0529, *op. cit.* Entendimento da Procuradoria Geral (Procurador Luiz Carlos Teles de Castro) dia 20 de fevereiro de 2014, fls. 447.

A história aqui construída sobre a poluição atmosférica mostra que esses impactos são sentidos pela sociedade itauense há décadas. Esse processo iniciado pelo Ministério Público demonstra que a justiça não consegue cessar o excesso das degradações ambientais provocadas na atmosfera. E esse local, a justiça (Fóruns e Tribunais de Justiça), se torna mais um território onde observamos a manifestação dos poderes dessa mineradora no século XXI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da história oficial bem articulada, que transmite uma memória positiva da fábrica de cimento, a investigação do “território jurídico” mostra que a história não é somente como contaram. Olhando para os relatos de itauenses que aparecem nos processos de crimes ambientais e para as medidas em si tomadas pelo Ministério Público, convenhamos que as relações entre a mineradora e a sociedade não são tão harmoniosas, essas experiências aqui trazidas dos porões do Fórum da Comarca de Pratápolis revela experiências que podem ser lidas como “resistências”, para continuar usando a expressão de Amorim.

Esses documentos revelaram a incompetências dos órgãos ambientais e da justiça em frear os impactos da mineradora no século XXI. É evidente como o poder econômico e político da empresa domina as instituições fiscalizadoras. Em Itaú de Minas, a fábrica de cimento se sobrepõe às leis nas experiências analisadas.

Os textos, literário ou mais acadêmicos, que contam a história de Itaú de Minas cumprem um papel importante na comunidade ao transmitir há décadas memórias. Que minhas perguntas e recortes feitos a eles não sejam interpretadas enquanto uma descredibilização aos seus trabalhos. Ao contrário disso, considero-os extremamente fundamentais na construção e manutenção da memória e história deste lugar. A questão é que minhas interrogações têm como ponto de partida a crítica socioambiental à fábrica de cimento, e deste modo, este trabalho mostrou que essa memória que se tornou oficial merece seriamente de reparos, a História está reforçando isso²³⁹. As ferramentas para essa manutenção estão sendo aqui proposta nas narrativas criadas sobre os processos de “crimes contra o meio ambiente”, mostrando como a relação entre os rios, o ar poluído, os itauenses, a mineradora e a justiça marcam também as experiências desse lugar.

A história de Itaú de Minas deve olhar para a fábrica de cimento com outros olhos, com outras memórias. A paisagem de Itaú de Minas não deve ser marcada pelas chaminés do progresso, mas pelas chaminés do regresso. De acordo com Saito,

O crescimento econômico através da modernização havia prometido uma vida próspera. Entretanto, o que está para ser revelado pela crise ambiental no Antropoceno

²³⁹ CHAKRABARTY, Dipesh. O Global e o Planetário: a História na Era da Crise Climática, *op. cit.*

é, ironicamente, o fato de que o crescimento econômico vem arruinando as bases da prosperidade humana.²⁴⁰

Esse trabalho é um esforço para explicar essas “revelações da crise ambiental” olhando para a história de Itaú de Minas. Crimes, poluições, doenças, onde há “prosperidade humana” aqui? Mostra que por trás de grandes cidades cobertas de concreto, há lugares impactados pela fabricação de cimento, muito usado pelas sociedades/cidades modernas, principalmente as “desenvolvidas”. As marcas dessa mineradora no tempo e no espaço não devem ser medidas somente considerando a história do capital e local, mas também refletidas na escala de suas consequências geológicas de milhões de anos – Antropoceno.

Esse trabalho acredita que repensando a memória sobre a fábrica de cimento e revendo a sua história em diferentes escalas, iremos melhor compreendê-la no tempo que vivemos. Não devemos deixar de pensar o papel da memória, tendo em vista que essa crise que assombra os humanos, demanda grandes mudanças por parte desta espécie e está só começando. Quais transformações são (irão ser) provocadas na Memória? Se precisamos de uma “virada-de-chave” para poder habitar a Terra de outra maneira, sinto lhe dizer que precisamos minimamente rever as associações entre as atividades econômicas e o progresso! Essa mutação acontece também na Memória.

²⁴⁰ SAITO, Kohei. O Capital no Antropoceno, *op. cit.*, p. 14.

FONTES DOCUMENTAIS

ANDRADE, A. K. **Estação Itaú**: berço histórico de uma cidade. Itaú de Minas: Letrícia, 2001.

AMORIM, Moisés Alves. **Transformação e Modernização de Itaú de Minas**: da paisagem sertaneja à indústria do cimento (1910-1937). Franca, 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, campus de Franca da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2000.

BRANDÃO, Inácio Loyola. **Itaú 50 anos**. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 1995.

CAMPOS, V. A. A. **Emancipação Política e Administrativa de Itaú de Minas**. Franca: Universidade de Franca, 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (História) – Universidade de Franca, 2001.

CARDOSO, Newton. **A fumaça assassina**. Tito Guimarães Filho (organizador). – Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2000.

COMPANHIA DE CIMENTO PORTLAND ITAÚ. **50º Aniversário**. Edição especial de 50 anos, Itaú de Minas, março de 1987.

_____. **Itaú de Minas**: estudo de uma comunidade brasileira, tal como é e como poderá ser. São Paulo: Empresa Paulista de propaganda, 1970.

FOLHA DA MANHÃ. Peixes são encontrados mortos. **Edição nº 6584** – Passos-MG, de 31 de março de 2006.

_____. Acidente mata promotor. **Edição nº 7343** – Passos-MG, 27 de setembro de 2008.

FOLHA ONLINE. Conheça mais sobre a história do banco Itaú. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 13 ago. 2008. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/mercado/2008/08/438399-conheca-mais-sobre-a-historia-do-banco-itaui.shtml>. Acesso em: 15 mar. 2026.

INFORMATIVO MUNICIPAL. **Jornal da Prefeitura de Itaú de Minas** - edição nº 21, Itaú de Minas, 5 de outubro de 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: Resultados de Itaú de Minas. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

ITAÚ DE MINAS, Prefeitura de. A fundação da Fábrica de Cimento: "UMA AVENTURA". *In.*: **Itaú de Minas: Trajetória de uma cidade progressista - Edição comemorativa de 14 anos de emancipação**, Itaú de Minas, p. 3, 10 set. 2001.

_____. **Itaú Fazendo História**. Editado por Ronaldo Amorim Teixeira. Itaú de Minas: [s. n.], 20001. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oliOVkct7n8>. Acessado dia 15/05/2025.

_____. **Site da Prefeitura de Itaú de Minas**. *In*: Galeria de Fotos. Disponível em: <https://itaudeminas.mg.gov.br/a-cidade/galeria-de-fotos/fotos-antigas>. Acessado dia 15/05/2025.

PEREIRA, Natan. É bom demais 2025. Intérprete: Emival Eterno Costa. [s. l.]: Agência produtora OMZ, 2025. Disponível em: <https://acontecendoaqui.com.br/propaganda/votorantim-cimentos-apresenta-nova-campanha-publicitaria-criada-pela-omz/>. Acessado dia 15/05/2025.

PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Ação Civil Pública n.º 0028069-19.2013.8.13.0529**. Averiguação de poluição atmosférica. Representante: Ministério Público e Representado: Votorantim Cimentos S.A., de 2013.

_____. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Inquérito Civil n.º 0017337-37.2017.8.13.0529**. Crimes contra o meio ambiente e o Patrimônio (drenagem do Córrego Calazarte). Representante: Ministério Público e Representado: Votorantim Cimentos S.A., de 2015.

PRATÁPOLIS. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Inquérito Civil n.º MPMG-0529.08.000032-4**. Mortandade de peixes de espécies diversas no Rio São João. Representante: Ministério Público e Representado: Votorantim Cimentos S.A., de 2012.

_____. Tribunal de Justiça de Minas Gerais. **Inquérito Civil n.º MPMG-0529.11.000019-5**. Apuração de poluição atmosférica e de poluição hídrica (Córrego do Ferro) Representante: Ministério Público e Representado: Votorantim Cimentos S.A., de 2012.

PRATÁPOLIS, Prefeitura Municipal de. **Relatório preliminar de desenvolvimento integrado de 1970**. Livro Tombo Nº 01, Registro 266, Pág. 28-29. Pratápolis, 1992.

RENATO, Carlos. Itaú tem a melhor qualidade de vida na região, aponta IPS. **Folha da Manhã**, Passos-MG, 16 jul. 2024. Disponível em: <https://clicfolha.com.br/itau-tem-a-melhor-qualidade-de-vida-na-regiao-aponta-ips/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

TEIXEIRA, Ronaldo Amorim. **Hino de Itaú de Minas** – Itaú de Minas-MG, 2007.

VOTORANTIM Cimentos apresenta nova campanha publicitária criada pela OMZ. **Acontecendo Aqui**, 2025. Disponível em: <https://acontecendoaqui.com.br/propaganda/votorantim-cimentos-apresenta-nova-campanha-publicitaria-criada-pela-omz/>. Acesso em: 20 mar. 2025.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARÁOZ, Machado Horacio. **Mineração, genealogia do desastre**: O extrativismo na América como origem da modernidade. Trad.: João Peres. São Paulo: Elefante, 2020.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: [s. n.], 2008. ISBN 9788572442978.

BARBOSA, A. Lemos. **Pequeno vocabulário tupi-português**. Livraria São José: Rio de Janeiro, 1951.

BARBOSA; AGUIAR; BURITI; NETO. **História Ambiental e o Direito Ambiental**: Diálogos Possíveis – 1. ed. – Campina Grande: Editora da Universidade de Campina Grande, 2010.

BOURDIEU, Pierre. A gênese dos conceitos de habitus e de campo. In.: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. **Itaú, 50 Anos**. São Paulo: DBA Artes Gráficas, 1995.

- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- CARVALHO, M. Ribeiro. **Dicionário tupi (antigo) português**. Salvador, 1987.
- CATROGA, Fernando. **Memória, História e historiografia**. Editora FGV: Rio de Janeiro, 2015.
- CHAKRABARTY, Dipesh. O clima da História: quatro teses. **Sopro 91**: Panfleto Político Cultural, Trad. Denise Bottmann, p. 2-22, julho/2013.
- _____. **O Global e o Planetário**: a História na Era da Crise Climática. Traduzido por Artur Renzo. São Paulo/Rio de Janeiro: Ubu Editora/Editora PUC-Rio, 2025.
- CHARBONNIER, Pierre. **Abundância e Liberdade**: uma história ambiental das ideias políticas. Traduzido por Fabio Mascaro Querido. – 1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2021.
- DANOWSKI, Déborah; CASTRO, Eduardo Viveiros de. **Há mundo por vir?** Ensaios sobre os medos e os fins. 2. Ed. – Desterro, Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental. Florianópolis, 2017.
- DREIFUSS, René A. **1964, a conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**: A Criminalidade em São Paulo (1880-1924) – 2. ed., 1. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.
- FONSECA, Pedro C. D. Do progresso ao desenvolvimento no Brasil. In: BASTOS, Pedro P. Z.; FONSECA, Pedro C. D. **A era Vargas**: Desenvolvimento, economia e sociedade. São Paulo: Editora Unesp, 2012. p. 51-68.
- FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio - 4ª edição. São Paulo: EDIÇÕES LOYOLA, 1996.
- GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**. SP: Cia das Letras, 1989.
- GRILO, Antonio. **Tocaia do Fórum**: Violência e modernidade. Bauru, SP: Edusc, 2012.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 14ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2024.
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.
- JUNIOR, Luís Carboni. Os processos criminais, a história vista de baixo e a voz dos excluídos da história: breves reflexões teórico metodológicas. **XVII Encontro Regional de História da ANPUH-PR**, 2020.
- KNOLL, Andrew H. **Uma breve História da Terra**: 4 Bilhões de Anos em Oito Capítulos. Traduzido por Carlos Bacci Jr. Alta Books: Rio de Janeiro, 2013.
- LATOUR, Bruno. **Diante de Gaia**: oito conferências sobre a natureza no antropoceno. Traduzido por Maryalua Meyer. Ubu editora/Ateliê de Humanidades Editorial. São Paulo e Rio de Janeiro, 2020.
- _____. **Jamais fomos modernos**: ensaio de antropologia simétrica. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Ed. 1, editora 34, 1994.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1994.
- LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios**: natureza e ruína na Amazônia brasileira. 2. Ed. Editora Universidade de Brasília/Paralelo 15: Brasília, 2013.

MAXIMIANO, Liz Abad. “Considerações sobre o conceito de paisagem”. **RA ‘E GA**, n.8, pp.83-91, 2004.

MOORE, Jason W. **Antropoceno ou Capitaloceno?**: Natureza, história e a crise do capitalismo. Tradução de Antônio Xerxenesky, Fernando Silva e Silva. São Paulo: Elefante, 2022.

NAVARRO, E. de Almeida. **Dicionário de Tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil**. 1ª edição. Global: São Paulo. 2013.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993. p.7-28.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: CPDOC, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SAITO, Kohei. **O Capital no Antropoceno**. Tradução de Caroline M. Gomes. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2024.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4.ed. São Paulo: Edusp, 2006.

_____. **Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal**. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

SILVA, Renata Cristina. **Poluição do Ar e Conflitos Socioambientais: O caso da fábrica Itaú – Contagem – Minas Gerais (1975-1988)**. Belo Horizonte, 2018. Dissertação de Mestrado (História) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2018.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Tradução de Lígia Azevedo. Elefante: São Paulo, 2019.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

WISNIK, José Miguel. **Maquinação do Mundo: Drummond e a Mineração – 1 ed.** – São Paulo: Companhia das Letras, 2018.